

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

TAMARA SOFIA GUANAES SILVA ROSETTI

A DIMENSÃO URBANA DA ARQUITETURA:
AMBIENTES DE TRANSIÇÃO

VITÓRIA
2012

TAMARA SOFIA GUANAES SILVA ROSETTI

A DIMENSÃO URBANA DA ARQUITETURA:

AMBIENTES DE TRANSIÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Intervenção Urbana e Arquitetura da Cidade: teoria e projeto.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Martha Machado Campos

VITÓRIA
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

R817d Rosetti, Tamara Sofia Guanaes Silva, 1963-
A dimensão urbana da arquitetura : ambientes de transição /
Tamara Sofia Guanaes Silva Rosetti. – 2012.
109 f. : il.

Orientador: Martha Machado Campos.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Arquitetura. 2. Espaço (Arquitetura). 3. Urbanização. I.
Campos, Martha Machado. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

TAMARA SOFIA GUANAES SILVA ROSETTI

**A DIMENSÃO URBANA DA ARQUITETURA:
AMBIENTES DE TRANSIÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Intervenção Urbana e Arquitetura da Cidade: teoria e projeto.

Aprovada em _____ 2012

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Martha Machado Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof^a. Dr^a Clara Luiza Miranda
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Luís Antônio Jorge
Universidade de São Paulo

À minha mãe Ruth

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me conduzido até aqui e me possibilitado encontrar pessoas que me incentivaram e me ajudaram a concluir este trabalho.

A meu pai, mãe (em memória), irmãs, sobrinhos, pelo incentivo constante e por serem tão presentes na minha vida.

A Diovano, Rafael, André e Gustavo, pela paciência, suportando tantas vezes a minha ausência nos momentos em família.

A todos os meus amigos, que em algum momento recorri e me ajudaram, ou simplesmente ficaram na torcida para que eu concluísse da melhor forma este trabalho.

Aos professores do mestrado, pelos importantes conhecimentos adquiridos durante o curso.

Aos professores doutores Clara Luíza Miranda e Luís Antônio Jorge, por aceitarem participar deste trabalho e contribuírem na qualificação com sugestões e críticas para o melhor aperfeiçoamento desta dissertação.

À minha orientadora, Martha Machado Campos, pelo apoio e orientação durante todo o trabalho. Sua presença foi essencial e motivadora, meu muito obrigado!

RESUMO

O trabalho aborda a dimensão urbana da arquitetura e investiga a interferência de determinados espaços arquitetônicos na qualidade de vida das cidades. Investiga o potencial dos denominados ambientes de transição, situados entre edifício/rua e edifício/rua/entorno construído - ambos localizados nos pavimentos térreos dos edifícios -, de modificarem a ambiência onde estão inseridos, seja de forma isolada ou em conjunto. Para tanto, a pesquisa se dirige a arquitetura dos edifícios e a inferência da morfologia, da tipologia e dos usos na qualidade do ambiente urbano, isso no contexto ampliado da cidade contemporânea brasileira. A abordagem sobre a articulação entre edifício/rua/entorno construído abrange, de modo geral, sua evolução espaço temporal a partir das intervenções urbanas em cidades europeias no século XIX, considera a ruptura da morfologia tradicional na cidade moderna do século XX, e em específico, a experiência brasileira no âmbito do edifício. No caso dos exemplares brasileiros, por meio de análise de um conjunto de edifícios, em sua maioria ícones da arquitetura brasileira, construídos a partir da década 1930. Por fim, em leitura abrangente e conclusiva, a dissertação se volta para uma abordagem empírica sobre características urbana e arquitetônica de ambientes de transição situados em microáreas selecionadas na região de Camburi, na cidade de Vitória-ES. Pode-se afirmar que a arquitetura isoladamente não determina a qualidade de vida urbana de seu entorno imediato e remoto, constituindo-se em uma das variáveis que condicionam a configuração do espaço urbano, que integrada às demais, certamente pode contribuir no aumento do padrão de urbanidade das cidades.

Palavras-chave: Arquitetura. Tipologia. Morfologia urbana. Espaços coletivos. Planta térrea. Urbanidade.

ABSTRACT

The present work aims to discuss the urban dimension of architecture and to investigate the role of the architectural spaces in the quality of life in between buildings and their environments. It investigates the transitional spaces between building and thoroughfare; building, thoroughfare and built environments located on the ground level of the buildings, and the potential they have to modify (individually or in groups) the environment where they are. For that, the research studies aspects of the architecture that urban buildings (individually or in groups) have and the inference of the morphology, building type and urban environment quality within the extended context of the Brazilian contemporary city. The analysis of the relation between building, thoroughfare and adjacent surroundings will be performed by the lights of, the evolution they have suffered since European urban spatial interventions that took place in the 19th Century; the morphological rupture on the traditional modern city of the 20th Century; the Brazilian experience focused on edifices, by showing analysis of a group of buildings, in their majority, iconic examples of Brazilian architecture from the 1930s onwards; and finally by an extensive investigation on the micro areas that have been selected in the Camburi region, in the city of Vitória-ES, focused on the characteristics of their architectural complex. As a preliminary conclusion, it can be stated that architecture cannot determine the quality in urban life and in its environments by itself, but because of its architectural and urban configuration of space, it may contribute to quality of environment in its surroundings.

Keywords: Urban morphology. Collective spaces. Floor plan. Urbanity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação da cidade de Parma – 1830	16
Figura 2 – Croqui da 1ª era da cidade tradicional	16
Figura 3 – Croqui de Le Corbusier representando a “rua corredor”	16
Figura 4 – Intervenções de Haussmann em Paris	18
Figura 5 – Intervenções propostas por Cerdá para Barcelona	18
Figura 6 – Galerie Vivienne – Paris	19
Figura 7 – Walter Gropius. Diagrama apresentado nos CIAM, em 1930	22
Figura 8 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930	24
Figura 9 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930	24
Figura 10 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930	24
Figura 11 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930	24
Figura 12 – Comparação entre plano figura/fundo da cidade de Parma em 1830 e a cidade de Brasília em 1960	26
Figura 13 – Unidade de habitação em Marselha (1952)	27
Figura 14 (a) e (b) – Unidade de Habitação em Marselha (1952)	28
Figura 15 – Cidade Contemporânea de três milhões de habitantes (1822)	29
Figura 16 – Perspectiva mostrando o conjunto das torres centrais	29
Figura 17 – Ministério da Educação e Saúde	34
Figura 18 – Ministério da Educação e Saúde	34
Figura 19 – Ministério da Educação e Saúde	34
Figura 20 – Croqui mostrando a configuração da cidade da 1ª era	35
Figura 21 – Croqui mostrando a configuração da 2ª era da cidade	35
Figura 22 – Centro comercial Bom Retiro, em São Paulo, década de 1960, de Lucjan Korngold	36
Figura 143 – Les Hautes, Paris (1975), arquiteto Christian de Portzamparc	37
Figura 24 – Edifício Cetenco Plaza, em São Paulo, década de 1980	38
Figura 25 – Auditorium Building, Chicago. Adler e Sullivan (1887-89)	40
Figura 26 – Auditorium Building, Chicago. Adler e Sullivan (1887-89)	40
Figura 27 – Rockefeller Center, Nova York. Raymond Hood, 1931-39	41
Figura 28 – Rockefeller Center, Nova York. Raymond Hood, 1931-39	41
Figura 29- Rockefeller Center, Nova York. Raymond Hood, 1931-39	41
Figura 30 – Tipologias que podem ser observadas com certa predominância nas cidades brasileiras	56
Figura 31 – Tipologia Compacta- Rua da Quitanda, centro do Rio de Janeiro-RJ	57
Figura 32 – Tipologia Tipo-Torre – Alameda Ministro Rocha Azevedo	58
Figura 33 – Edifícios tipo Base-Torre	59
Figura 34 – Os edifícios e quarteirões tipo compactos	60
Figura 35 – Conjunto habitacional em Islington, Londres	62
Figura 36 – Esquema de barreiras ao movimento de pedestres,	

nos térreos de uma superquadra típica do plano piloto de Brasília	63
Figura 37 – Agrupar – Dispersar	67
Figura 38 – Integrar – Segregar	68
Figura 39 – Atrair – Repelir	69
Figura 40 – Abrir – Fechar	70
Figura 41 – MES – Ministério de Educação e Saúde-RJ	71
Figura 42 – MES – Ministério da Educação e Saúde-RJ	72
Figura 43 – MES – Ministério da Educação e Saúde-RJ	72
Figura 44 – Implantação do MES-RJ	73
Figura 45 – MES – Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro	74
Figura 46 – Conjunto Nacional em São Paulo	75
Figura 47 – Conjunto Nacional, Avenida Paulista-SP	76
Figura 48 – Conjunto Nacional, Avenida Paulista SP	76
Figura 49 – Conjunto Nacional, Avenida Paulista-SP	76
Figura 50 – Conjunto Nacional-SP	77
Figura 51 – Croqui de Implantação. Conjunto nacional-SP	77
Figura 52 – Conjunto Nacional-SP	77
Figura 53 – MASP – Avenida Paulista em São Paulo	79
Figura 54 – Plantas implantação do MASP	80
Figura 55 – MASP em São Paulo (2012)	81
Figura 56 – MASP em São Paulo (2012)	81
Figura 57 – MASP em São Paulo (2012)	82
Figura 58 – MASP em São Paulo (2012)	82
Figura 59 – MASP em São Paulo (2012)	82
Figura 60 – MASP em São Paulo (2012)	83
Figura 61 – MASP em São Paulo (2012)	83
Figura 62 – Fotos (a), (b) e (c) – Brascan Century Plaza em São Paulo	84
Figura 63 – Brascan Century Plaza em São Paulo	85
Figura 64 – Brascan Century Plaza em São Paulo	85
Figura 65 – Brascan Century Plaza em São Paulo	86
Figura 66 – Brascan Century Plaza	87
Figura 67 – Praça interna Brascan Century Plaza	88
Figura 68 – Edifício Antares em Vitória-ES (2012)	88
Figura 69 – Edifício Antares em Vitória, implantação	89
Figura 70 – Rua Sete de Setembro em Vitória-ES	90
Figura 71 – Implantação do Edifício Antares	91
Figura 72 – Edifício Antares	91
Figura 73 – Galeria do Ed. Antares em Vitória	92
Figura 74 – Galeria do Ed. Antares em Vitória	92
Figura 75 – Galeria interna. Pavimento Térreo	92
Figura 76 – Galeria interna. Pavimento Superior	92
Figura 77 – Mapa do Brasil e mapa de Vitória	95
Figura 78 – Vista aérea do setor de Camburi	95
Figura 79 – Mapa da da densidade demográfica dos bairros de Vitória	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O EDIFÍCIO E O DESENHO DA CIDADE	16
2.1 DA CIDADE TRADICIONAL À CIDADE MODERNA	17
2.2 RUPTURA DA MORFOLOGIA URBANA TRADICIONAL NA CIDADE MODERNA	21
2.3 POSSIBILIDADES DA NOVA CULTURA URBANA APÓS O MODERNO	33
2.3.1 O edifício moderno no contexto morfológico tradicional	34
2.3.2 Novas tipologias na quadra aberta	36
2.4 USOS MISTOS NOS PAVIMENTOS TÉRREOS	41
3 TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS E O QUARTEIRÃO	45
3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS	45
3.2 TIPO E TIPOLOGIA	46
3.2.1 Conceitos iniciais	46
3.2.2 Tipologia e o movimento moderno	48
3.2.3 Tipologia edilícia: relação dos tipos edificadas e a forma urbana	49
3.3 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE TIPO	51
4 TIPOLOGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DA DIMENSÃO URBANA	54
4.1 TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS E OS EFEITOS NO SEU ENTORNO	55
4.1.1 Parâmetros relacionados à implantação e integração do edifício com o entorno	56
4.1.2 Parâmetros relacionados a tipologias arquitetônicas que promovem integração edifício/rua/entorno construído	65
4.1.3 Parâmetros de incentivos para melhor qualidade urbana dos espaços de transição	67
4.2 EDIFÍCIOS INTEGRADOS COM A AMBIÊNCIA E AS DINÂMICAS DE USO DE SEU ENTORNO: EXEMPLOS BRASILEIROS	73
4.2.1 MES – Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro	73
4.2.2 Conjunto Nacional, São Paulo	77
4.2.3 MASP– Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, São Paulo	80
4.2.4 Brascan Century Plaza, São Paulo	85
4.2.5 Edifício Antares, Vitória	90
5 A CIDADE DE VITÓRIA E O SETOR DE CAMBURI: CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
5.1 EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO URBANA	97
5.2 MICROÁREAS URBANAS: BAIRRO JARDIM DA PENHA	98
MATA DA PRAIA E JARDIM CAMBURI	
5.3 ASPECTOS AGREGADORES DAS MICROÁREAS SELECIONADAS	100
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história do urbanismo, a variação dos contextos políticos e sociais determinou diferentes propostas de desenho de cidades, ainda que em alguns casos se tenha utilizado de elementos morfológicos idênticos. Apesar das diferenciações culturais e socioeconômicas de situações distintas, os elementos morfológicos das cidades, associados à diversidade de tipologias e de usos, permanecem posicionados, organizados e articulados entre si na constituição do espaço urbano, inferindo na qualidade da vida urbana.

No início do século XX, autores ligados ao campo da Arquitetura e do Urbanismo tinham como uma de suas premissas que a arquitetura poderia determinar as relações sociais e a qualidade da vida urbana. Bruno Taut creditava à arquitetura da casa a responsabilidade de ser a “criadora de novas regras sociais” e Le Corbusier sugeria que pela arquitetura se “evitaria a revolução”. Netto afirma que a história da arquitetura desmistificou esses conceitos e sabe-se hoje que o determinismo arquitetônico ou a relação absoluta de causa-efeito, ou causalidade entre forma arquitetônica e seu resultado funcional ou social, não pode ser totalmente determinado como acreditavam os modernistas clássicos (NETTO, 2011). A relação entre arquitetura e os nossos modos de convívio é mais restrita do que foi imaginada pelos autores citados.

Apesar de restrito, estudiosos contemporâneos como Holanda (2011), Netto (2011), Hertzberg (1999) e Gehl (2009) argumentam que a qualidade da vida urbana não pode ser determinada exclusivamente pela arquitetura, mas pode sofrer implicações em função da configuração da arquitetura dos espaços. Para os autores citados, os espaços arquitetônicos, independentemente da escala – edifício individual, grupo de edifícios, bairro ou cidade –, podem influenciar na renovação e qualidade da vida urbana ao seu redor, contribuindo para sua urbanidade¹. Porém, a presença de certas características espaciais não é garantia de qualidade espacial, na medida em que “[...] projetamos a forma a ser construída, não as convenções pelas quais virá a ser utilizada” (HOLANDA, 2011, p. 19). São muitas e complexas as variáveis

1 O conceito de urbanidade adotado neste trabalho se refere a atributos sociais que gerem implicações relacionais entre forma construída, atividade urbana e habitante, como “visibilidade do outro, negociação de papéis e frágil fronteira entre eles, mobilidade social, estruturas societárias mais simétricas etc.” (HOLANDA, 2010).

externas que podem interferir nessa relação, sendo a arquitetura concomitantemente variável dependente e independente. Nas palavras de Holanda:

[...] A relação entre arquitetura e urbanidade não é de determinação, mas do estabelecimento, pela primeira em relação à segunda, de possibilidades (que podem ou não ser exploradas) e de restrições (que podem ou não ser superadas), segundo as circunstâncias (HOLANDA, 2011, p. 15).

Considera-se como problemática principal da dissertação investigar o papel dos espaços arquitetônicos para a qualidade de vida nos ambientes entre os edifícios. Hertzberg (1999) e Gehl (2009) enfatizam a importância dos edifícios não serem pensados como um fim em si mesmos, e sim serem um instrumento para potencializar a vida social. Gehl evidencia a importância do que chama “dimensão socializante” da arquitetura e do urbanismo e a responsabilidade do urbanista e do arquiteto em priorizar a vida social nas cidades. Hertzberg complementa: para ele, a arquitetura deve ser projetada de “*forma convidativa*: a forma que possui mais afinidade com as pessoas” (HERTZBERG, 2009, p. 174).

Diante desse quadro, justifica-se a importância deste trabalho e de seu desafio em discutir a configuração urbana da arquitetura, em específico, sua contribuição na renovação e qualificação dos espaços urbanos ao seu redor. Pesquisa o seu papel no âmbito urbano, na conformação e qualidade dos espaços de transição entre edifício/rua e edifício/rua/entorno construído. Interessa à presente dissertação investigar o potencial dos espaços de transição situados nos pavimentos térreos dos edifícios de modificarem, de forma individual ou em grupo, a ambiência² onde estão inseridos. Soma-se, de modo complementar, a interferência da morfologia, da tipologia e dos usos, na qualidade do ambiente urbano, no contexto ampliado da cidade contemporânea brasileira.

O objetivo deste trabalho reside em pesquisar aspectos da arquitetura dos edifícios urbanos (individual ou em grupo), relacionando-os à morfologia, à tipologia e ao uso, de modo associado ao seu papel de humanizar os ambientes de transição entre o

2 O entendimento de ambiência adotado nesta dissertação se limita a oposição ao conceito de ambiente. Agrega ao ambiente tangível (elementos arquitetônicos e urbanos) dimensões subjetivas da percepção e experimentação, com enfoque no uso e exercício de atividades humanas. Relaciona assim questões de natureza social, de modo associado a percepção urbana, sem no entanto recorrer as teorias existentes no campo disciplinar da arquitetura.

edifício e a cidade, por meio de articulação de funções e definição do domínio público e privado.

A metodologia adotada pressupõe três etapas sequenciais, por vezes sobrepostas, a saber: 1) Revisão bibliográfica sobre o quadro conceitual e contextualização histórica da problemática e exemplos de obras compatíveis com a problemática pesquisada; 2) Levantamento de dados técnicos e fotográficos dos edifícios selecionados como exemplos nas cidades brasileiras; 3) Levantamento das transformações urbanísticas e arquitetônicas do setor urbano Camburi, Vitória-ES, com indicação de microáreas que fundamentam as considerações finais da dissertação.

O capítulo 2, “O edifício e o desenho da cidade”, apresenta conteúdo que busca identificar e caracterizar as relações espaciais entre edifício e seu entorno na cidade contemporânea por meio da evolução e ruptura dos elementos morfológicos das cidades ocidentais, com ênfase no processo de industrialização do século XIX, passando pelas críticas ao projeto moderno até as novas formas de ver a cidade a partir da década de 1960, abordando a diversidade de posições contemporâneas frente à questão tratada nesta dissertação, com destaque para a questão do edifício moderno no contexto morfológico tradicional e das novas tipologias da quadra aberta.

O capítulo 3, “Tipologias arquitetônicas”, investiga outras leituras do espaço produzido no entorno dos edifícios, por meio de questões referentes à diversidade de espacialidades e morfologias de diferentes tipos arquitetônicos. Para tanto, busca conceituar o termo tipologia desde seu conceito inicial até seu entendimento contemporâneo, para no capítulo 4, “Tipologias de consolidação da dimensão urbana”, definir e conceituar a tipologia de dimensão urbana, objeto de interesse específico deste trabalho. Para análise das mesmas, foram definidos parâmetros baseados em estudos de quatro estudiosos da teoria da arquitetura e do urbanismo: o holandês Herman Hertzberger, o dinamarquês Jan Gehl e os brasileiros Frederico de Holanda e Vinicius Netto. Formula-se ainda análise no âmbito da escala reduzida do edifício, dirigida aos ambientes de transição entre edifícios/rua/entorno imediato

em situações brasileiras, selecionadas pela forma de implantação, do uso e das permeabilidades³, critérios promotores de maior integração entre edifício e entorno.

O capítulo 5, “A cidade de Vitória e o setor de Camburi: considerações finais”, investiga a relação edifício/rua/entorno imediato, tomando como base os parâmetros citados no capítulo 4, contudo, analisados em escala mais abrangente do que a do edifício individual. Trata-se de conjuntos arquitetônicos selecionados em quatro microáreas na região Camburi, localizada na cidade de Vitória-ES. Para tanto, o capítulo aborda inicialmente a história das transformações urbanas ocorridas a partir de 1960 até os tempos atuais. Este capítulo abrange as considerações finais da dissertação, cuja abordagem entre edifício/rua/entorno construído se pauta sobretudo no reconhecimento da ambiência e uso dos espaços analisados a fim de demonstrar uma possível dimensão urbana da arquitetura, com ênfase no térreo das edificações.

3 Termo referente à penetrabilidade do espaço, a interface entre o espaço público e o privado resultante da permeabilidade ou do sistema de troca entre eles (NETTO, 2009).

2 O EDIFÍCIO E O DESENHO DA CIDADE

A cidade pode ser entendida como local de encontro e trocas, de entrecruzamento de peculiaridades e contextos espaços-temporais distintos. Apesar da versatilidade inerente às estruturas urbanas atuais, certas cidades são configuradas por elementos morfológicos tradicionais que ainda permanecem como heranças legadas pelas cidades antigas.

Ao longo da história do urbanismo, a variação dos contextos políticos e sociais determinou diferentes propostas de desenho de cidades, ainda que em alguns casos se tenha utilizado de elementos morfológicos idênticos. Esses elementos morfológicos, de acordo com Lamas (2007), são classificados em solo, rua, lote, quarteirão, praça, edifícios, fachadas, monumento, vegetação e mobiliário urbano. Apesar das diferenciações culturais e socioeconômicas de situações distintas, os elementos morfológicos das cidades permanecem posicionados, organizados e articulados entre si na constituição do espaço urbano, inferindo na qualidade da vida urbana.

Na tentativa de identificar e caracterizar as relações espaciais entre o edifício e seu entorno na cidade contemporânea, investiga-se a seguir os elementos morfológicos constituintes de dois modelos dominantes no debate acerca das cidades neste século: a cidade tradicional e a cidade moderna. A partir desses dois modelos, buscam-se desdobramentos no quadro da arquitetura contemporânea por meio de abordagens do edifício na escala da cidade, passando pela escala do edifício no quarteirão até a escala reduzida do edifício propriamente dito.

Apesar da oposição preliminar entre cidade tradicional e moderna, deve-se destacar a inexistência de modelos estanques e a sobreposição de padrões conviventes na cidade contemporânea. Sabe-se hoje que o modelo de cidade tradicional não é tão virtuoso, nem o modelo moderno é tão danoso, pressupondo um padrão híbrido para a complexa cidade contemporânea.

2.1 DA CIDADE TRADICIONAL À CIDADE MODERNA

A cidade tradicional referida neste trabalho se baseia nas características morfológicas basicamente consolidadas no período do Barroco⁴ (de 1600 até cerca de 1750). Os principais fundamentos desse período se baseiam na ordem e no rigor geométrico, ao contrário da cidade medieval, cujos traçados possuem características irregulares.

A principal característica da cidade tradicional é a valorização do traçado. As ruas são geradas em função da concepção fundiária dos quarteirões e de seu parcelamento em lotes de pequenas propriedades. Outro importante elemento de composição urbana nessas cidades são as praças. Para compreender melhor esse período é necessário investigar as características dos elementos constituintes da cidade tradicional, partindo principalmente do entendimento da rua, da praça e dos quarteirões.

As ruas da cidade tradicional atendem a um sistema de circulação, mas sobretudo possuem um caráter visual, decorativo e organizador de efeitos cênicos e estéticos. De acordo com Lamas (2007, p. 172), “a rua renascentista será um importante sistema de circulação, até se tornar, no período barroco, em cenário-corredor para as grandes movimentações, procissões, cortejos e paradas”. A arquitetura que inicialmente apenas conformava esses percursos agora vai adquirir também a função de cenário dos mesmos, refletindo relações sociais de poder e ostentação.

A praça é, de acordo com Lamas (2007, p. 176), “entendida como um recinto ou lugar especial, e não apenas um vazio na estrutura urbana. É o lugar público onde se concentram os principais edifícios e monumentos [...]”. Estes são as igrejas ou os palácios e agregam atividades de valor cultural nas cidades. Para o mesmo autor, a praça constitui o “[...] lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio” (LAMAS, 2007, p. 102).

4 Benevolo (1987, p. 11) atribui o termo cidade tradicional a um tipo de cidade e de prática urbanística e construtiva que se formam na segunda metade do século XIX, a qual denomina cidade neoconservadora.

O quarteirão é delimitado por vias e se subdivide em lotes e edificações. Ele se diferenciara de acordo com o seu posicionamento na estrutura urbana, assumindo formas, dimensões e volumes diferentes. Lamas (2007, p. 188) descreve duas situações em que o quarteirão se diferencia: “[...] a primeira, como resultado intersticial ou resíduo ‘ocasional’ dos traçados, assumindo formas irregulares; a segunda, corresponde à utilização do quarteirão como elemento morfológico-base, gerador do espaço urbano, por repetição e multiplicação”. Ainda de acordo com o autor, nas duas situações, o quarteirão é ocupado na periferia da construção.

Stump (2008) remete-se à mesma questão destacando que a cidade tradicional se configura principalmente por *ruas e praças*, conformando *vazios, quarteirões e edifícios isolados*, conformando *sólidos* (Figura 1). O autor destaca o predomínio do sólido em relação aos seus vazios, pois os edifícios, na maioria das vezes, eram implantados sem recuos laterais, transformando o quarteirão numa massa contínua e fechada (Figura 2). O mesmo autor destaca que “o caminhar por massas contínuas sintetiza a paisagem urbana da cidade tradicional” (STUMP, 2008, p. 20). Essas massas contínuas alinhadas, conformando ruas, caracterizam a “rua corredor”, assim denominada por Le Corbusier (Figura 3). Para Benévolo (1987, p. 11), a rua corredor constitui o padrão da cidade tradicional, caracterizada como canal de tráfego e ambiente sobre o qual se situam os alinhamentos comerciais.



Figura 1 – Representação da cidade de Parma – 1830, onde, na apresentação de figura (espaços livres e coletivos) e fundo (edificações), pode-se perceber o maciço sólido cortado por bordas bem definidas.
Fonte: Holston, 1993, p. 31.

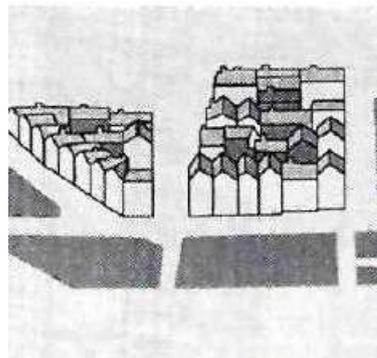


Figura 2 – Croqui da 1ª era da cidade (tradicional) representando as ruas delimitadas pelas construções implantadas sem recuos configurando as massas contínuas e fechadas.
Fonte: Portzamparc, 1997, p. 36.



Figura 3 – Croqui de Le Corbusier representando a “rua corredor”. Denominação criada pelo arquiteto e que representa a morfologia da cidade tradicional.
Fonte: Benevolo, 1987, p. 24.

Para Portzamparc, os cheios e vazios configuram a cidade tradicional, sendo a rua o grande destaque como esquema único e simples de organização dessa cidade. Para o autor, é através dos vazios dos espaços públicos (ruas e praças) que essa cidade pode ser “vista, compreendida, percorrida e planificada” (PORTZAMPARC, 1997, p. 38).

Na cidade tradicional, a massa contínua predominava sobre os edifícios isolados. Estes eram exceções, localizavam-se em áreas centrais e se destinavam a usos religiosos ou institucionais, sendo muitas vezes associados ao espaço público coletivo, a exemplo da praça e do mercado. As ruas eram o lugar do comércio, sendo os pavimentos térreos utilizados para oficinas e lojas e sobre estes é que se localizavam as habitações (SCALISE, 2004). A linha de encontro entre interesses públicos e privados situa-se no limite entre os edifícios e os espaços comuns necessários ao funcionamento da cidade tradicional. Diante do exposto, conclui-se que nesse período o espaço de transição entre o edifício e a rua era bem delimitado.

Os edifícios isolados e os vazios, articulados a traçados retilíneos provenientes de eixos e planos, vão propiciar efeitos espaciais, agregando ao tecido urbano pontos de perspectiva. Em termos de recursos do desenho urbano do séc. XIX, a quadrícula, a geometria, o traçado regular e a perspectiva barroca são abundantemente utilizados, sistematizados e melhorados, tornando as cidades mais complexas e enriquecendo sua estrutura urbana. Esse enriquecimento formal ocorre por meio da criação de jardins e parques, alamedas e passeios públicos, avenidas e *boulevards* (LAMAS, 2007). Cabe lembrar que são recursos utilizados nas principais intervenções urbanas do séc. XIX ocorridas em Paris (1853), Barcelona (1859) e Viena (1857), paradigmas das mudanças advindas do processo de urbanização e crescimento das cidades europeias nesse período.

A industrialização e a rápida urbanização levaram a população do campo a migrar para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Com o aumento da população, surgem os primeiros bairros operários que logo apresentam problemas de insalubridade e falta de infraestrutura. As intervenções urbanas mencionadas são exemplares das mudanças advindas do processo de urbanização e crescimento das cidades nesse período. Paris recebe grandes intervenções idealizadas por Haussmann na parte velha da cidade (Figura 4), onde são realizados

rasgos que formarão eixos monumentais; em Barcelona, as intervenções propostas por Ildefonso Cerdá ocorrem sobretudo em função da expansão da cidade (Figura 5), onde é proposta uma grelha ortogonal cortada por diagonais que confluem numa grande praça; e em Viena, as intervenções são realizadas na ocupação de vazios deixados pelas muralhas medievais.

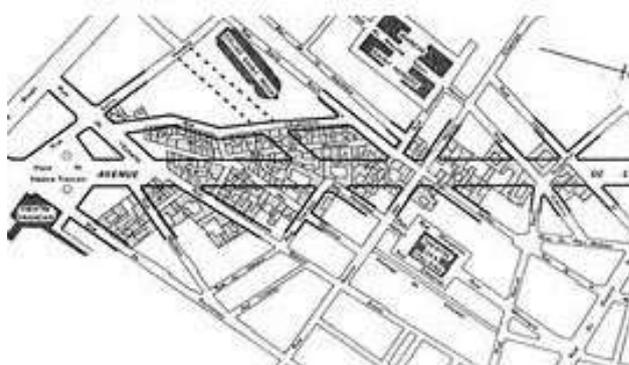


Figura 4 – Intervenções de Haussmann em Paris. O traçado e o reparcelamento da Avenida de L'opéra. Fonte: Lamas, 2007, p. 215.

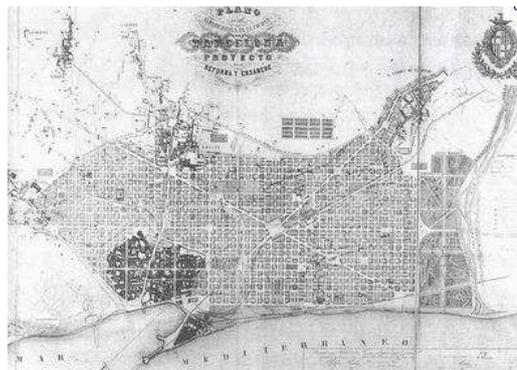


Figura 5 – Intervenções propostas por Cerdá para Barcelona para expansão da cidade. Fonte: Lamas, 2007, p. 217.

Apesar das transformações ocorridas nesse período, Lamas afirma que

[...] no séc. XIX, o desenho urbano vai continuar as regras tradicionais de composição do espaço e de relacionamento das suas partes, ou elementos morfológicos. A rua, a praça, a avenida, as relações entre edifício fachada-espaço urbano, a utilização de quadrículas e traçados, etc. A ruptura morfológica que se processa no século XIX é de dimensão, escala e forma geral da cidade (LAMAS, 2007, p. 203).

Sob essa ótica, Stump considera que as intervenções urbanas realizadas nesse período “não substituíram a trama urbana de vazios dentro de sólidos, como fizeram as propostas modernas do início do século XX, mas sim hierarquizaram este tecido por meio de grandes eixos” (STUMP, 2008, p. 22).

Em Paris, em algumas situações o quarteirão será rasgado por galerias comerciais, configurando o fim do quarteirão como unidade impenetrável. Essas intervenções iniciam uma nova conformação do espaço de transição entre o edifício e a rua. As

passagens dentro das galerias (Figura 6) interligam ruas, remetem para dentro do edifício a complexidade do tecido urbano, transformando esses edifícios em cidades em miniatura.

[...] Estas passagens, uma recente invenção do luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo de especulação. Em ambos os lados dessas galerias, que recebem luz do alto, alinham-se lojas mais elegantes, de modo tal que a passagem é uma cidade, um mundo em miniatura, onde o comprador encontrará tudo que precisar (BENJAMIN, 2006, p. 953).

Essa nova espacialização irá desfazer o rígido limite entre vazios e sólidos da cidade tradicional, potencializando a vivência da cidade entre os moradores e renunciando a evolução morfológica de diluição do quarteirão que ocorrerá no século XX (LAMAS, 2007, p. 214).



Figura 6 – Galerie Vivienne – Paris.

Passagens por dentro das galerias interligando ruas, configurando o fim do quarteirão como unidade impenetrável e remetendo para dentro do edifício a complexidade do tecido urbano.

Fonte: <<http://parisalacarte.wordpress.com/2010/06/27/passagens-cobertas-em-paris/>>. Acesso em: 29/05/2011.

2.2 RUPTURA DA MORFOLOGIA URBANA TRADICIONAL NA CIDADE MODERNA

De acordo com Jan Gehl e Gemzoe Lars (2002), as cidades sempre foram o lugar para o encontro, o comércio e a circulação. Nas cidades tradicionais, esses três

usos existiam em harmonia, na medida em que quase todos os deslocamentos eram realizados a pé, possibilitando num mesmo passeio pela cidade encontrar gente, comercializar, conversar e apreciar a vista, resgatando expressões dos autores. No entanto, nas cidades industrializadas do século XX, “as condições para os três usos principais do espaço público mudaram. Os novos padrões de tráfego, comércio e comunicação foram tão radicais que interromperam séculos de tradição na praxis urbana” (GEHL; LARS, 2002, p. 13). Os usos desenvolvidos nas ruas, praças e parques, espaços públicos tradicionais na história urbana, adquirem novas conotações simbólicas e valores, gerando ruptura da morfologia urbana existente, sugerindo um novo modelo de organização do espaço urbano: o modelo moderno.

Desde as primeiras propostas revolucionárias elaboradas pelos chamados pré-socialistas da primeira metade do século XIX – Owen, Fourier, Cabet – à Carta de Atenas nos anos 30 do século XX, os urbanistas buscam alternativas à cidade existente. As propostas deveriam refletir os anseios da época, fornecer respostas eficazes às novas necessidades, sobretudo quanto à salubridade e racionalidade urbana. Nessa perspectiva, interessa apontar que as respostas no âmbito da arquitetura moderna, assim como no urbanismo, resultam das transformações econômicas, sociais e culturais desencadeadas pela revolução científica dos séculos XIX e XX. A arquitetura moderna se torna movimento, isto é, uma linha precisa de pensamento e ação, quando a própria arquitetura adquire as características da investigação científica moderna no primeiro pós-guerra (BENEVOLO, 1987). A definição anterior ilustra os anseios da época, demonstrando como a cidade moderna irá repudiar a cidade tradicional e substituí-la por um novo modelo, onde a morfologia tradicional será abandonada (LAMAS, 2007).

O mesmo autor indica que a cidade moderna tem suas primeiras experiências no início do século XX e prosseguem até os anos 60. Essas experiências contemplam momentos diferentes numa evolução que inicialmente repudia a cidade tradicional até substituir rapidamente todos os resíduos do denominado urbanismo formal⁵ e transformá-la num novo modelo. É no ambiente de reconstrução do pós-guerra que esse modelo encontrará as condições necessárias para implementar de forma

5 Prática urbanística do início do século XX que considera dar continuidade às morfologias urbanas tradicionais e aceita inovações resultantes de outros contributos disciplinares (LAMAS, 2007, p. 234).

generalizada os princípios e postulados modernos para transformação da cidade. De acordo com Lamas (2007), esse novo modelo,

dará lugar à destruição e abandono do quarteirão, da rua e até da própria praça; que em seu lugar se propõem as tipologias da torre, da banda e do bloco; que a cidade deixa de se organizar como mistura funcional para se dividir em zoneamentos rígidos; e em que se dá a quebra de integração recíproca dos vários elementos morfológicos que constituem a estrutura urbana (LAMAS, 2007, p. 298).

A origem da pesquisa desses novos modelos pode ser encontrada nos CIAM – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. K. Frampton (1997) e Lamas (2007) classificam os congressos em 03 fases: a primeira, de 1928 a 1933, trabalha principalmente a questão da habitação e seus desdobramentos na formação das cidades; a segunda fase, de 1933 a 1947, investiga questões do planejamento urbano sob a ótica funcionalista, tendo como protagonista Le Corbusier; a terceira fase, de 1947 a 1956, se caracteriza pelos questionamentos de eficácia das formas urbanas modernas, iniciando crítica contundente ao racionalismo e funcionalismo (LAMAS, 2007, p. 337).

Entre os congressos mais representativos estão os de 1930 e 1933. O III Congresso do CIAM (1930) tem como tema “A estrutura e dimensão do bairro”, no qual W. Gropius “traz para discussão as regras de implantação e afastamentos dos edifícios e as suas relações com a altura e a densidade habitacional, que ficaram célebres na história” (LAMAS, 2007, p. 340). A exposição do arquiteto alemão com o título “Casas unifamiliares, edifícios médios ou blocos altos?” busca demonstrar as vantagens dos edifícios altos sobre os edifícios baixos, através de esquemas que relacionam densidade, altura dos edifícios e distância entre eles (Figura 7).

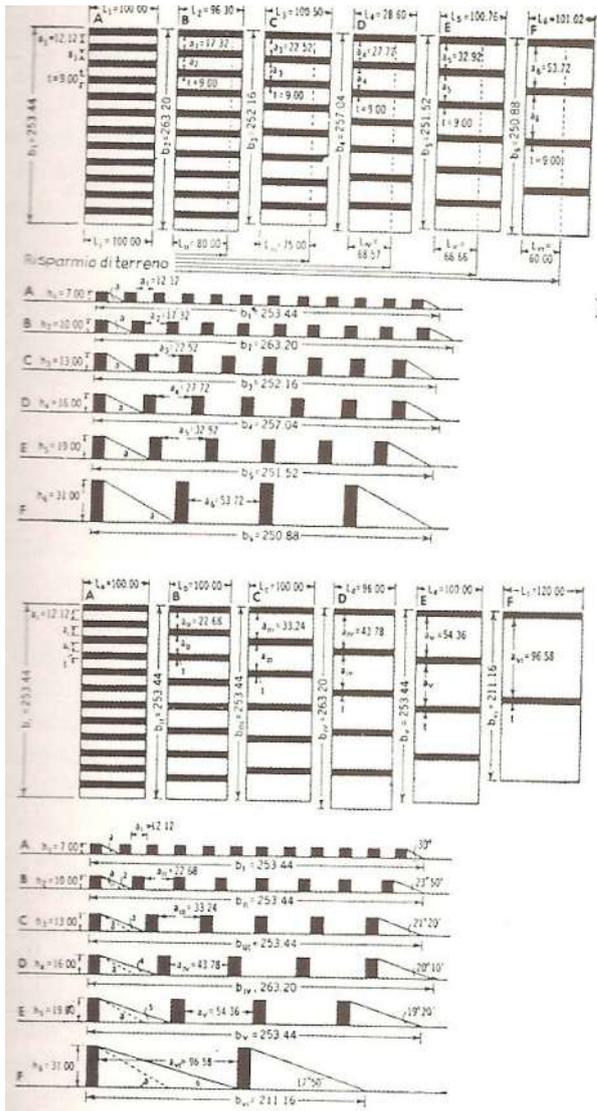


Figura 7 – Walter Gropius. Diagrama ilustrando a questão: “casas unifamiliares, edifícios médios ou blocos altos”, apresentado nos CIAM, em 1930.

Fonte: Lamas, 2007, p. 341.

A análise do diagrama acima considera que

as condições no que diz respeito ao ar, sol, vista e distância dos blocos vizinhos melhoram aumentando a altura C e D. Em A e B essas condições são constantes, mas quanto mais altos são os edifícios, menor é o terreno necessário para igual quantidade de espaço habitável (BENEVOLO, 1987, p. 37).

A partir de análises e pesquisas no âmbito habitacional, a morfologia urbana passa a ser determinada pela questão do alojamento, modificando a metodologia da concepção moderna.

Para o urbanismo moderno, a célula habitacional é o elemento-base de formação da cidade. O agrupamento de células habitacionais passa a determinar a forma do edifício, e o agrupamento de edifícios passa a determinar a forma do bairro (LAMAS, 2007, p. 340).

Outro fato importante no III Congresso do CIAM é a apresentação da formulação teórica da *Vila Radiosa* (Figuras 8, 9, 10 e 11) por Le Corbusier. No sistema urbano apresentado, os conjuntos edificados mais expressivos são os blocos contínuos a *rédents* (denteados). Estes ocupavam área de 400 x 400 m contornados por vias de circulação de automóveis, possuíam 50 m de altura e propunham densidade de 100 habitantes por hectare. Os objetivos de Le Corbusier para a Vila Radiosa expressos na apresentação do III CIAM (BENEVOLO, 1987, p. 17) são “abandono do binômio casa-rua; criação da função pura: alojamento; estabelecimento de uma série pelo *rédent* ; forma do *rédent* suscetível de variedade arquitetural”.

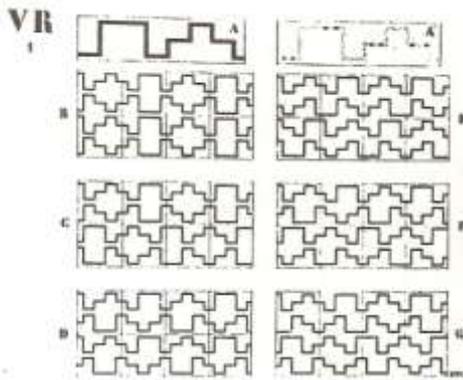


Figura 8 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930. Combinações do elemento típico.
Fonte: Benevolo, 1987, p. 50.

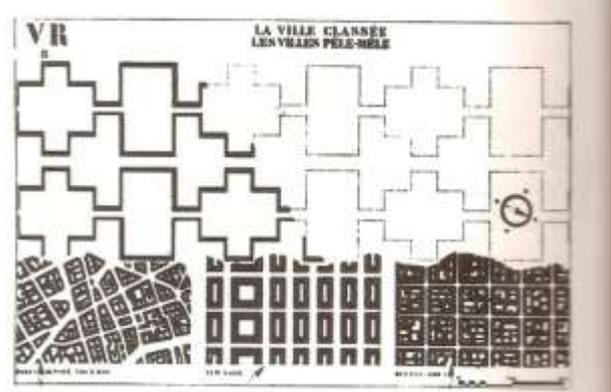


Figura 9 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930. Comparação do novo tecido com o tradicional.
Fonte: Benevolo, 1987, p. 50.

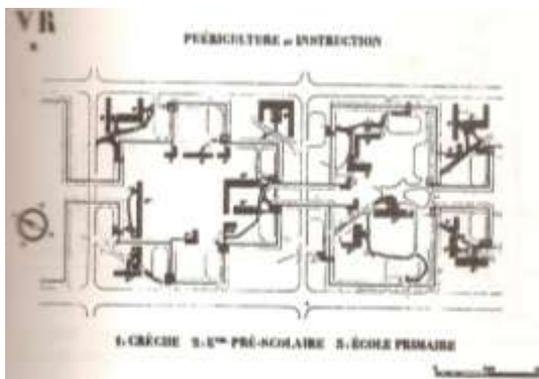


Figura 10 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930. Inserção dos serviços escolares ao pé dos blocos residenciais.
Fonte: Benevolo, 1987, p. 50.

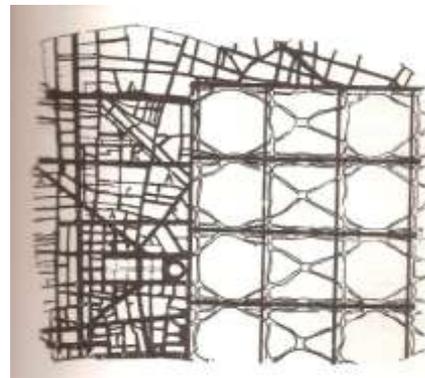


Figura 11 – Vila Radiosa – Le Corbusier, 1930. Comparação entre a rede viária tradicional e a rede da Vila Radiosa.
Fonte: Benevolo, 1987, p. 50.

Em detrimento da distribuição dos usos do solo, os espaços públicos sofrem consideráveis transformações que são debatidas em 1933, durante o IV CIAM, e posteriormente sistematizadas e publicadas em um documento coletivo, a Carta de Zonificação das Cidades, conhecido como a “Carta de Atenas”. Esse documento condena a rua corredor da cidade tradicional, propõe separação de pedestres dos carros e liberação da superfície dos terrenos para uma área verde ilimitada. De forma sintetizada, Abraão (2008) descreve as mudanças na morfologia da cidade moderna: “a rua passou a ser percurso, o parque passou a ser espaço verde, a habitação passou a ser alojamento, a rua corredor passou a ser corredor dos edifícios” (ABRAÃO, 2008, p. 70).

A morfologia de espaços urbanos anteriormente constituídos de ruas, praças, avenidas e largos passa a ser na cidade moderna constituída de edifícios isolados

pousados no território. Esse novo modelo irá transformar definitivamente a conformação do espaço de transição do edifício e a rua e do edifício e o seu entorno. Essas transformações surgem em função da nova proposta de conexão do edifício com a cidade e das novas tipologias arquitetônicas adotadas; da nova forma de implantação dos edifícios e da diferenciação dos usos no pavimento térreo.

O edifício na cidade moderna tem sua implantação descondicada do lote. Eles são implantados de modo descontínuo, desalinhados entre si e com a trama viária. Em síntese, não estão implantados no lote, mas numa imensa área verde. Portanto, diferente da cidade tradicional, na qual o edifício está implantado dentro do lote, lado a lado com outras construções, delimitando ruas e conformando uma massa contínua.

Para sintetizar as mudanças ocorridas da cidade tradicional para a moderna é interessante comparar a representação da cidade de Parma (1830) com a cidade de Brasília (1960) (Figura 12). Ao aplicar a inversão de figura e fundo, percebe-se de maneira clara a predominância de vazios e de edifícios isolados na morfologia moderna (Brasília – 1960) em relação à cidade de morfologia tradicional (Parma – 1830). E mais, percebe-se a inversão na percepção do espaço urbano. Ao inverter os elementos constituintes da cidade tradicional, a cidade moderna muda sua imagem e percepção visual. No lugar da massa contínua e fechada dos quarteirões, com bordas bem definidas e delimitando ruas, tem-se na cidade moderna um desalinhamento das edificações entre si e destas com as vias, eliminando qualquer vestígio da “rua corredor” e do quarteirão fechado. A paisagem absorvida através desses edifícios, concebidos com volumes puros e livres em todas as suas faces, incluindo a parte térrea e a cobertura, é a de uma cidade de barras sobre pilotis em espaços abertos, livres e coletivos.



Figura 12 – Comparação entre plano figura/fundo da cidade de Parma em 1830 e a cidade de Brasília em 1960.

Fonte: Holston, 1993, p. 131.

Em síntese, o modelo moderno de cidade, sobretudo em sua vertente corbusiana, propõe visão internacionalizada pautada na revolução dos costumes sociais, negação do passado e investimento em novas técnicas. Na proposta europeia, os edifícios pontuais são interligados por espaços fluidos, conformados pelos terreos livres e fachadas transparentes, numa tipologia de prismas horizontais (a exemplo da “Unidade de Habitação em Marselha” de 1952) e prismas verticais (a exemplo dos edifícios comerciais da “Cidade Contemporânea para três milhões de habitantes” de 1922), ambos propostas de Le Corbusier. Nos dois exemplos, as volumetrias estão assentadas sobre pilotis e interligadas à cidade por meio de sistemas de transporte de massa e rodeada de espaços livres.

Na cidade moderna, as novas concepções de edifícios buscam a salubridade e a racionalidade urbana. Para alcançar tais objetivos, além dos edifícios implantados de forma espaçada, tal como mencionado, outros conceitos foram desenvolvidos e exaustivamente defendidos por Le Corbusier. Um exemplo expressivo são as emblemáticas Unidades de Habitação. Nessas construções, o arquiteto franco-suíço propõe o ideal de uma unidade mínima de cidade, onde os edifícios são quadras verticalizadas dispostas livremente em relação à trama viária em um enorme espaço ajardinado. Observa-se radical mudança no parcelamento e na ocupação do solo, vide a comparação proposta por Boesiger (1994) entre a Unidade de Habitação em Marselha e uma cidade jardim horizontal, na Figuras 13, a seguir.

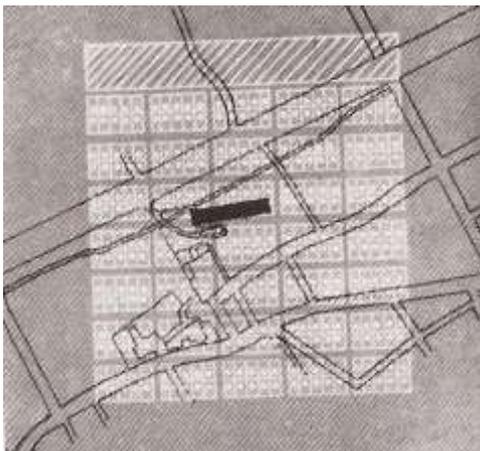


Figura 13 – Unidade de habitação em Marselha (1952).

Comparativo demonstrando a ocupação do solo para a mesma população alojada numa cidade jardim horizontal.

Fonte: Boesiger, 1994, p. 193.

Observa-se evidente ruptura morfológica e de uso na interligação do edifício e seu entorno, na medida em que propõe situar o comércio no centro da edificação, retirando-o do solo urbano e transferindo a rua corredor da cidade tradicional na circulação interna do edifício. Na concepção de Le Corbusier, os pavimentos térreos desses edifícios são constituídos de espaços livres (Figura 14), sem atividades definidas previamente e voltadas ao uso coletivo, portanto, de domínio público.

Como consequência imediata, o edifício perde o contato direto com a rua. Devido a sua implantação de forma dispersa no território, nota-se, segundo Bahima (2009), que:

Ao invés da continuidade e do alinhamento do tecido constituído de quarteirões, face a ruas e praças, as edificações se mostram em todas as suas fachadas ao espaço coletivo, desaparecendo a antiga polaridade entre o domínio público da rua com o domínio privado do quarteirão, em que as fachadas forneciam uma transição entre dois mundos, pertencentes simultaneamente a um e a outro (BAHIMA, 2009).



(a)



(b)

Figura 14(a) e (b) – Unidade de Habitação em Marselha (1952).

(a) Térreo vazio desprovido de função específica. (b) Comércio situado no centro da edificação.
 Fonte: BURRI, René. RÜEGG, Arthur. **Le Corbusier: Moments In The Life Of A Great Architect**.
 Basel: Birkhäuser, 1999. p. 126; 132.

Desse modo, o pavimento térreo define essa relação de domínio público e privado, por oposição e polaridade, portanto, desaparece a distinção entre esses domínios não somente nas fachadas das edificações, mas sobretudo na vida urbana postulada pela cidade moderna.

Outro aspecto importante de ruptura da forma tradicional de relacionar o edifício ao seu entorno é a conexão entre o edifício e a circulação da cidade. Para exemplificar essa nova relação, pode-se citar o projeto “Cidade Contemporânea para três milhões de habitantes”⁶ (Figuras 15 e 16), de Le Corbusier, em que se propõe uma sobreposição de fluxo, algo inexistente na cidade tradicional. Nesse projeto, têm-se os seguintes princípios fundamentais: “descongestionamento do centro da cidade; aumento da densidade; aumento dos meios de circulação; aumento das superfícies arborizadas” (LE CORBUSIER, 2000, p. 161). Para tal, propõe na parte central um conjunto de vinte e quatro torres com função de abrigar a parte administrativa da cidade e contempla, no centro geométrico da mesma, uma grande estação que

⁶ Trabalho exposto em novembro de 1922 no Salão de Outono em Paris (LE CORBUSIER, 2000, p. 155).

abriga, entre a plataforma e o 3º subsolo, trens de longa distância, trem interligado com o subúrbio, cruzamento local, autopistas e aeroporto na sua cobertura.



Figura 15 – Cidade Contemporânea de três milhões de habitantes (1822). Le Corbusier, maquete.

Fonte:

<<http://www.athenaeum.ch/images/Corbusier%20ville%203millionsg.JPG>>. Acesso em: 20/07/12.

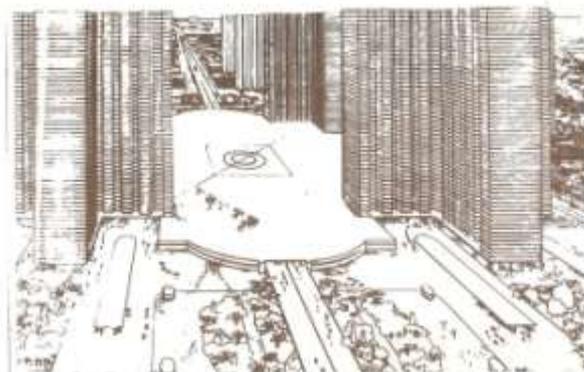


Figura 16 – Perspectiva mostrando o conjunto das torres centrais.

Fonte: *Arquitetura revista*, FAU/UFRJ, v. 5, p. 75, 1987.

Os fluxos concentrados em vários níveis na base das quatro torres centrais conduzem a uma nova forma de conexão do edifício com a cidade, onde o pedestre não está interligado ao edifício através do fluxo rua-pavimento térreo, e sim pela sobreposição de várias camadas de vias que o conduzem ao edifício utilizando diversas formas de transporte típicas da era industrial, tais como carros, trens, metrô e até avião. Nesse modelo, o pedestre da cidade tradicional já não existe, ele se restringe aos espaços verdes, destinados às atividades de lazer e separados dos outros setores da cidade, perdendo a característica principal da cidade de encontro, comércio e circulação. É importante mencionar que nesse projeto há uma possível reapresentação do espaço público cívico, representativo da centralidade e da esfera pública da cidade de outrora, situado formalmente em espaço de uso público concentrado entre as torres altas centrais.

Diante das possibilidades técnicas que surgem dos edifícios altos, para Le Corbusier seriam essas as mais adequadas expressões da urbanística moderna, a cidade se transforma, “[...] deixa de ser o lugar da arquitetura urbana, para ser o lugar da arquitetura dos grandes edifícios isolados e autônomos [...]” (LAMAS, 2007, p. 356).

Para Gehl, essa nova maneira de pensar a conexão da cidade trouxe grandes mudanças nos três usos principais da cidade: encontro, comércio e circulação, que a partir do século XX não são mais utilizados simultaneamente no mesmo espaço público. Para o autor, as condições dos usos das cidades como locais de encontro e de troca de informações foram muito modificadas. Na análise de Gehl, o local de encontro e a forma de comunicação mudaram radicalmente no século XX, “[...] o desenvolvimento dos novos meios de publicação e eletrônica forneceu às pessoas um avalanche de informações sobre a comunidade e o mundo em geral. Já não era necessário nenhum pregoeiro público” (GEHL; LARS, 2002, p. 13). Surge um fluxo interminável de comunicação indireta entre as pessoas: primeiro o telégrafo, depois o telefone, o celular, o e-mail e a internet. Outro aspecto a considerar nesse contexto são as novas formas de mobilidade individual proporcionadas pelos carros e por outras formas de viagens a longa distância, produzindo novas possibilidades de encontro entre as pessoas.

A circulação também sofreu grandes alterações: os bondes elétricos e as bicicletas introduzidas no fim do século XIX permitiram a expansão significativa das cidades. Já no século XX, com a introdução do carro, os padrões de transporte se modificaram completamente.

Em particular, depois da segunda guerra mundial, o tráfego de veículos na cidade desenvolveu-se a sobressaltos e o uso do espaço público mudou em função deste. O tráfego pesado de carros não coexiste pacificamente com os usos da cidade como lugar de encontro e de comércio. Esses usos estiveram em equilíbrio por séculos e estão agora em conflito aberto (GEHL; LARS, 2002, p. 13).

A cidade como lugar de comércio também sofreu grandes modificações. O comércio, que inicialmente acontecia nas feiras abertas, gradativamente se muda para lojas ao longo das ruas e das praças, depois para lojas e supermercados maiores e, por fim, para centros comerciais, normalmente afastados dos centros das cidades.

Neste processo, a “vida pública” dos locais de comércio tornaram-se estritamente controladas, todas as atividades e interações humanas passaram a ser reguladas por guardas de segurança. O comércio retirou-se quase literalmente da arena pública e restringiu-se à esfera privada (GEHL; LARS, 2002, p. 13).

As primeiras reações contra a urbanística moderna surgem na década de sessenta. A aplicação indiscriminada dos princípios da cidade funcional gerou críticas de

diversas naturezas, por autores de diversas áreas de conhecimento, sobretudo das ciências humanas, como Pierre Francastel, Henri Lefebvre, Jane Jacobs e Christopher Alexandre (LAMAS, 2007).

[...] A utilização indiscriminada das formas urbanas racionalistas e dos edifícios altos e espaçados influenciaram numerosos conjuntos habitacionais sem vida, desprovidos de espaço e de identidade; a organização distributiva da cidade em áreas funcionalmente especializadas provocou a perda de residência nas áreas centrais e perda de outras funções nas áreas habitacionais, retirando vida e animação às primeiras nos períodos noturnos e fins de semana e gerando a monotonia e problemas sociais nas segundas; e também congestionamentos de trânsito e custosos movimentos pendulares da população (LAMAS, 2007, p. 345).

Apesar de reconhecer as consequências negativas acima citadas, Lamas (2007, p. 344) destaca ser abusivo atribuir aos CIAM e à Carta de Atenas a total responsabilidade pelos desastres urbanísticos nos últimos cinquenta anos. Opinião semelhante tem Bernard Huet, que, apesar de reconhecer a importância de ambos na urbanística do pós-guerra, julga excessiva a responsabilidade neles depositada:

Pelo menos no que concerne à real difusão do documento, já que as constatações e recomendações do IV CIAM não ultrapassaram provavelmente um pequeno círculo de leitores, em sua maior parte arquitetos e, portanto, suscetíveis de uma influência mais ideológica que real na questão da política urbana (HUET, 1987, p. 82-83).

2.3 POSSIBILIDADES DA NOVA CULTURA URBANA APÓS O MODERNO

Nas décadas de 1950 e 1960, surgem questionamentos sobre os princípios e práticas da cidade moderna, sobretudo devido a seu cunho abstrato e universalizante, que desconsidera a análise de cidades existentes. O ideal racionalista sofrerá críticas quanto à percepção espacial do transeunte pela distribuição horizontal das funções da cidade, onde os edifícios são monofuncionais, situados em setores igualmente monofuncionais. Tais questionamentos vão se estendendo entre urbanistas e sociólogos da época, que passam a crer no fato contrário ao proposto pelo movimento moderno: a vida urbana existe onde há mistura e superposição de funções, como habitar, recrear, trabalhar e circular⁷. A

7 Vários autores de diversas disciplinas questionaram tais questões. Destaca-se aqui a economista Jane Jacobs, com o livro *Morte e vida das grandes cidades*, e o sociólogo marxista Henry Lefebvre, com o livro *O direito da cidade*. Defendendo a vitalidade dos bairros tradicionais, Jane Jacobs critica

monofuncionalização é vista como destruidora da essência da cidade. Outro fator relevante é o surgimento de uma nova cultura do espaço público. Os espaços livres na cidade passam a ter um novo papel, geram novas espacialidades como a disciplina do paisagismo e o desenho urbano (MONTANER, 2001, p. 82).

O modernismo passa a ser questionado, chamando a atenção para a importância da qualidade urbana, revendo as condições de vida na cidade, a poluição e a invasão de carros nas ruas e avenidas (GEHL, LARS, 2002. p. 08). É retomado o valor dos espaços públicos para função de encontro, circulação e comércio, não mais de forma contemplativa, precisam ser dinâmicos, de acordo com o ritmo dos grandes centros urbanos, conduzindo a uma transformação do planejamento urbano e da arquitetura do espaço público.

Essa forma de olhar a cidade, procurando devolver a habitabilidade da cidade moderna, irá influenciar nos espaços de transição do edifício e a rua e do edifício e seu entorno. Algumas vezes, de maneira favorável, o edifício moderno será implantado em contexto da cidade tradicional; em outras, irá compor novas tipologias no quarteirão, como no caso das quadras abertas. Além dos aspectos morfológicos, outro aspecto importante que contribuirá na mudança dos espaços de transição são os novos usos adicionados ao pavimento térreo, pois irão contribuir na construção de edifícios geradores de espaços de usos coletivos, incentivando a concentração de pessoas e transformando a espacialidade no entorno dos mesmos.

2.3.1 O edifício moderno no contexto morfológico tradicional

Novas cidades foram projetadas no século XX com planos urbanísticos baseados nos padrões modernos mencionados. Grande parte dos planos precisaram se adaptar à cidade existente, sobrepondo o edifício moderno à cidade tradicional. Além disso, surgem críticas a partir das décadas de 1950 e 1960 por arquitetos, sociólogos e população em geral à pobreza espacial, funcional e qualitativa das

na sua obra a falta de humanidade das zonas das metrópoles norte-americanas, onde foram aplicados os princípios da Carta de Atenas (MONTANER, 2001, p. 82).

periferias produzidas pelo “urbanismo operacional”⁸. A crítica destaca o reducionismo de tipos arquitetônicos dispostos sobre espaços livres, que irão produzir uma homogeneidade que tende a enfraquecer as características da obra moderna. Apesar desse contexto, em algumas situações,

[...] curiosamente, em veia oposta, o edifício moderno, quando submetido a leis contrárias a seus postulados urbanos teóricos, ou seja, limitado pelas pressões de densidade urbana e parcelamento do solo e regras restritivas, opera a favor de suas estratégias compositivas, reconhecendo nos elementos primários da morfologia urbana as condições específicas para estabelecer relações visuais necessárias à sua configuração formal (BAHIMA, 2009).

As condições acima citadas são identificadas no continente americano com destaque em algumas cidades brasileiras, onde o edifício moderno está implantado satisfatoriamente num contexto morfológico tradicional. Uma multiplicidade de tipos arquitetônicos modernos, configurados por pavimentos tipos e térreos livres, serão implantados em lotes tradicionais ou em quadras inteiras, muitas vezes ao lado de quarteirões de muros sólidos. Essa forma de implantar o edifício moderno irá criar uma relação diferenciada do edifício com a rua e com seu entorno, criando uma relação mais integrada com o sítio onde está inserido.

O exemplo mais representativo é o edifício considerado marco inaugural do modernismo brasileiro, o Ministério da Educação e Saúde (MES), na cidade do Rio de Janeiro, projetado em 1936 pela equipe de Lúcio Costa e tendo como consultor Le Corbusier⁹ (Figuras 17 a 19). O edifício implantado no meio da quadra se desprende da ideia de rua corredor e do compromisso de se relacionar com outros edifícios por critério de continuidade. Destaca-se pelas relações locais que são criadas nos seus espaços externos livres, no nível do térreo. Estes ganham destaque pela morfologia de seu entorno, como destaca Lúcio Costa:

[...] Criamos um espaço livre necessário em torno do prédio que, localizado numa quadra circundada por ruas relativamente estreitas e de construções no alinhamento, fica em posição de destaque em relação aos demais edifícios (COSTA, 2007, p. 57).

8 Urbanismo burocrático, onde as grandes questões do urbanismo deslocam-se para a estrutura econômica e funcional dos conjuntos e dos programas quantitativos e distributivos (LAMAS, 2007, p. 372).

9 Projeto com análise retomada no capítulo 4 desta dissertação.

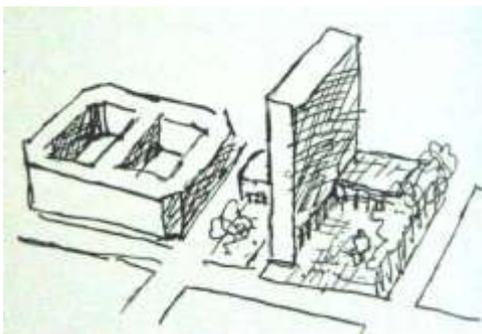


Figura 17 – Ministério da Educação e Saúde, RJ – Lúcio Costa e equipe, 1937-43. Perspectiva.
Fonte: Hertzberger, 1999, p. 79.

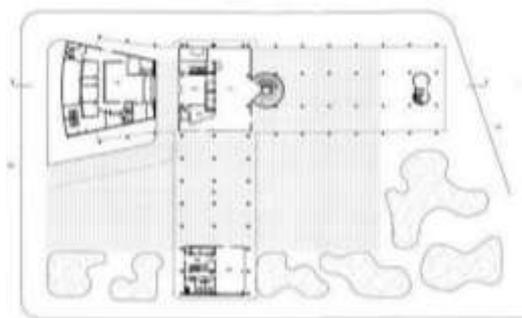


Figura 18 – Ministério da Educação e Saúde, RJ – Lúcio Costa e equipe, 1937-43. Planta baixa pavimento térreo.
Fonte: Cavalcanti, 2001, p. 371.



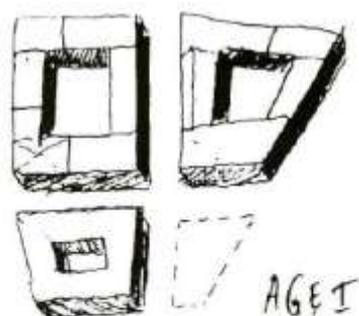
Figura 19 – Ministério da Educação e Saúde, RJ – Lúcio Costa e equipe, 1937-43.
Fonte:
<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/02.021/807>>. Acesso: 20/07/2012.

O edifício é constituído de prisma de quatorze pavimentos sobre parte de volume baixo perpendicular ao primeiro, ambos apoiados por pilotis. Os pilotis associados aos pátios descobertos criam uma praça que interliga com as ruas circundantes à quadra. A implantação do edifício contrapõe a morfologia de fachadas contínuas ao seu redor.

2.3.2 Novas tipologias na quadra aberta

Outros caminhos são utilizados no intuito de intermediar dois modelos de configurações tão distintas como os da cidade tradicional e moderna. Um desses caminhos é a solução contemporânea para os grandes aglomerados urbanos denominada “quadra aberta”. O arquiteto francês Cristian de Portzamparc, no seu texto “A terceira era da cidade”, conceitua quadra aberta como configuração da nova

cidade, denominada por ele como 3ª era, resultante da tentativa de conciliar as configurações das cidades da 1ª era (cidade tradicional) e da 2ª era (cidade moderna) (Figuras 20 e 21).



*les vides du système me
imposent leur forme,
les îlots s'adaptent.*

Figura 20 – Croqui mostrando a configuração da cidade da 1ª era.

Fonte: Portzamparc, 1997, p. 36.



*les objets bâtis imposent
leur forme puisqu'ils
sont des vides*

Figura 21 – Croqui mostrando a configuração da cidade da 2ª era da cidade.

Fonte: Portzamparc, 1997, p. 37.

Na busca de uma arquitetura que conquiste outra dimensão urbana entre a esfera pública e a esfera privada, a quadra aberta fragmenta o quarteirão, dispondo os edifícios autônomos de forma livre no interior da mesma, tornando a área permeável sem precisar romper com o tecido urbano pré-existente, e sim redefinindo a quadra.

A quadra aberta permite reinventar a rua: legível e ao mesmo tempo realçada por aberturas visuais e pela luz do sol. Os objetos continuam sempre autônomos, mas ligados entre eles por regras que impõem vazios e alinhamentos parciais. Formas individuais e formas coletivas coexistem. Uma arquitetura moderna, isto é, uma arquitetura relativamente livre de convenção, de volumetria, de modenatura, pode desabrochar sem ser contida por um exercício de fachada imposto entre duas fachadas contíguas (PORTZAMPARC, 1997, p. 46).

Apesar de essa tipologia não ser uma novidade, traz um novo posicionamento perante a cidade: a de um elemento híbrido conciliador. Ao mesmo tempo em que busca recuperar o valor da rua e da esquina da cidade tradicional, busca também valorizar a autonomia dos edifícios modernos. Para Portzamparc, a medida proposta busca novas proporções:

Colocar esses novos territórios à medida de nossos corpos, ao alcance de nossos passos, de nossa vista, de nossa voz [...] nas pequenas dimensões trata-se de reinventar uma espacialidade, um sentido de espaço não construído que perdemos. Ritmar a densidade, condensar e criar

intimidades em locais específicos para abrir mais à frente zonas não construídas (PORTZAMPARC, 1997, p. 15).

Para Abílio Guerra¹⁰, ao menos quatro exemplos de quadra aberta na cidade de São Paulo podem ser considerados de excelente qualidade. São eles: Centro Comercial do Bom Retiro, Cetenco Plaza, Centro Empresarial Itaú e Brascan Century Plaza. Esses projetos datam de 1960 a 2000. Dentre esses, destacaremos dois exemplos com datas de implantação diferenciadas: Centro comercial Bom Retiro e Cetenco Plaza.

O *Centro Comercial Bom Retiro* (Figura 22), projetado pelo arquiteto Lucjan Korngold, judeu polonês que migrou para o Brasil em 1940, foi construído em 1960, no Bom Retiro, São Paulo. Está implantado no centro da quadra, num terreno de aproximadamente 7000,00 m², podendo ser acessado por dois lotes em ruas distintas: Rua José Paulino e Rua Ribeiro de Lima. Abriga usos residenciais, comerciais e serviços.



Figura 22– Centro Comercial Bom Retiro, em São Paulo, década de 1960, de Lucjan Korngold.
Fonte: Guerra, 2011.

O Centro Comercial é composto por blocos contínuos de quatro pavimentos, localizados no perímetro do terreno, e uma torre de dez andares isolada no centro do terreno. A disposição dos edifícios no terreno desenha ruas internas destinadas a pedestres e automóveis que dão acesso ao embasamento comercial de todo o complexo, promovendo a transposição da quadra.

10 GUERRA, Abílio. Quadra aberta. Uma tipologia urbana rara em São Paulo. **Projetos**, São Paulo, 11.124, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.124/3819>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

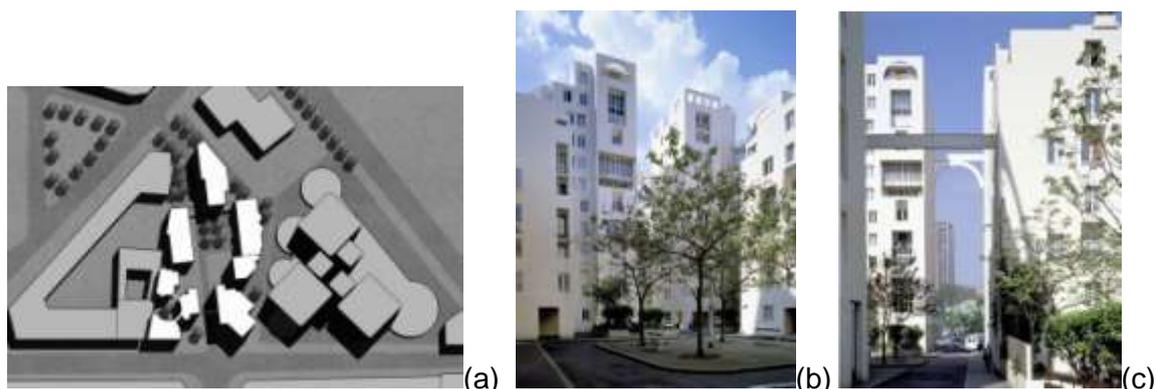


Figura 23 – Les Hautes, Paris (1975), arquiteto Christian de Portzamparc.
 (a) Planta de implantação do modelo de quadra aberta, (b) vistas externas.
 Fonte: Portzamparc, 1997, p. 51; 52; 54.

Abílio Guerra destaca a semelhança da implantação desse centro comercial com a implantação de Hautes Formes (Figura 23), de Portzamparc:

Ao contrário de Hautes Formes, onde Portzamparc solta a maioria de suas pequenas torres das construções lindeiras, Korngold – seguramente para aproveitar ao máximo o terreno disponível, afinal se tratava de um empreendimento privado e voltado para o mercado imobiliário – preferiu encostar a edificação contínua na linha divisória do terreno. Contudo, a disposição distinta dos volumes em Hautes Formes e no Centro Comercial do Bom Retiro não impede uma curiosa semelhança entre as duas implantações, com seus dois acessos locados em vias em lados opostos do terreno (GUERRA, 2011).

Além das ruas internas no nível da rua, o projeto contempla uma rua elevada para pedestres que interliga todo o andar de sobreloja dos edifícios implantados nas divisas dos lotes, multiplicando a potencialidade das áreas coletivas do complexo. Vale lembrar que essa estratégia de multiplicar o tecido urbano em diversos níveis, separando o fluxo de pedestres do de veículos, foi utilizada em diversos edifícios da primeira metade do século XX, como o exemplo mencionado anteriormente da “Cidade contemporânea para três milhões de habitantes”, de Le Corbusier, em 1922. Nos condomínios alveolares, as circulações de pedestres e automóveis são separadas, sendo o térreo e o subsolo destinados ao tráfego de automóveis e as circulações elevadas interligando as quadras são destinadas a pedestres. No entanto, o Centro Comercial Bom Retiro não é um projeto de cidade, como no exemplo corbusiano citado, e sim uma proposição de espacialidade urbana de quadra aberta inserida num entorno de maciços sólidos característicos da cidade tradicional, preservando a rua, as esquinas e as fachadas características da mesma.

Outro exemplo de quadra aberta citado por Guerra (2011) é o *Edifício Cetenco Plaza*, localizado na esquina da Avenida Paulista com a Alameda Ministro Rocha Azevedo em São Paulo. Projetado por Rubens Carneiro Vianna e Ricardo Sievers em 1970 e concluído em 1981, o empreendimento é constituído por duas torres de escritórios, com 25 andares cada uma, e uma praça de 10000,00 m² entre elas.

O projeto é fruto do momento em que se consolida na Paulista uma nova centralidade na metrópole, trazendo para a avenida atividades econômicas importantes de outras áreas distintas da cidade. Na época, os principais bancos do centro velho migraram para a região, sendo destinado aos térreos das duas torres abrigar atividades bancárias. As duas torres gêmeas de planta quadrada são posicionadas com afastamentos diferentes em relação à Alameda Ministro Rocha, criando um espaço livre com praças e passagens pelas duas ruas. Um terceiro acesso a essa praça acontece pela Rua Frei Caneca, por detrás do edifício ao lado, Banco Itaú, projetado pelo arquiteto Rino Levi (Figura 24).

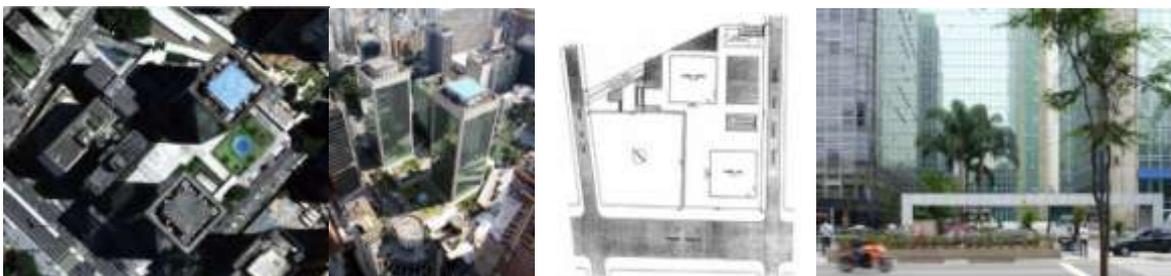


Figura 24 – Edifício Cetenco Plaza, em São Paulo, década de 1980.

Fonte: Guerra, 2011.

A praça é uma grande área permeável aos pedestres que transitam pelo interior das áreas privadas sem maiores barreiras e local de descanso dos usuários da região que utilizam os bancos e jardins. Apesar das críticas ao espaço “frio” da praça, “desolada praça nova-iorquina”, nas palavras de Ruth Verde Zein, Guerra destaca a importância do projeto:

[...] Demonstra a antevisão dos arquitetos responsáveis, que previram com enorme acerto o uso intenso que teria o espaço muitos anos depois, quando as ruas da Avenida Paulista são tomadas por multidões nas horas de pico e as áreas livres lindas passam a funcionar como bem-vindos escapes do tumultuado vai e vem de pessoas¹¹.

11 Idem.

Além dos aspectos morfológicos mencionados, outro aspecto do edifício moderno contribuirá na mudança dos espaços entre o edifício e seu entorno, objeto de interesse deste trabalho. Trata-se dos usos mistos e coletivos, que se adicionados no pavimento térreo dos edifícios contribuem com a geração de espaços coletivos, incentivam concentração de pessoas e transformam a espacialidade no entorno dos mesmos.

2.4 USOS MISTOS NOS PAVIMENTOS TÉRREOS

Outra questão a ser analisada, mas agora na escala do edifício, é a espacialidade dos pavimentos de transição, principalmente no que se refere à evolução da planta e da inserção de novos usos nesses pavimentos, propiciando uma nova relação entre o edifício e seu entorno.

Propostas contrárias às segregações de funções acontecem nas cidades americanas buscando integrar diversas funções no mesmo edifício. O volume térreo desses edifícios se relaciona com o entorno e com a construção em altura, propondo uma tipologia que remete à complexidade de funções da cidade para o interior do edifício. Surgem edifícios geradores de espaços comunitários a partir dos usos mistos e com circulações integradas às infraestruturas e à malha urbana.

É importante destacar que a presença de funções mistas no interior do edifício e circulações além do nível do solo urbano não são novidades na história da arquitetura. A residência medieval sobre a loja e apartamentos sobre uma ponte (Vecchio, em Florença) são exemplos de fusão entre o edifício e as infraestruturas urbanas em época anterior ao pós-guerra. A grande diferença entre os exemplos antigos e os construídos a partir do séc. XIX é a organização anteriormente horizontal e a mais recente caracterizada pela estratificação vertical (MAHFUZ, 2011, p. 62).

Já em 1889, destaca-se uma obra norte-americana que utiliza o conceito de uso misto, o Auditorium Building, projetado por Dankmar Adler e Louis Sullivan, em Chicago (Figuras 25 e 26). Esse edifício sobrepõe várias atividades como hotel, escritórios, teatro, sendo considerado o primeiro edifício a materializar tal ideia

(MAHFUZ, 2011, p. 63). O edifício leva a complexidade da cidade para dentro, tornando-se um marco na época da sua construção.

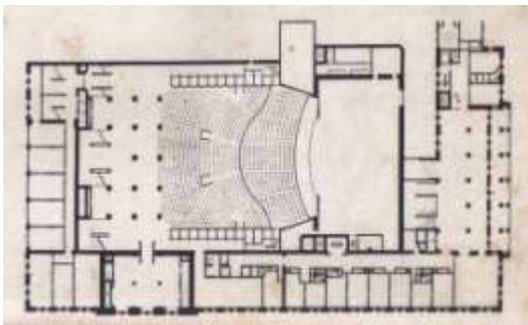


Figura 25 – Auditorium Building, Chicago. Adler e Sullivan (1887-89). Planta baixa.

Fonte:

<<http://www.arth.upenn.edu/spr01/282/w2c2i15.htm>>. Acesso em: 20/04/2011.

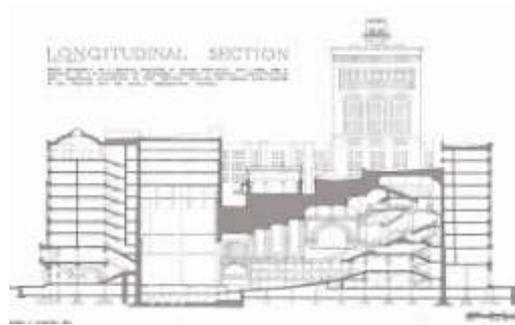


Figura 26 – Auditorium Building, Chicago. Adler e Sullivan (1887-89). Corte Longitudinal.

Fonte:

<<http://www.arth.upenn.edu/spr01/282/w2c2i15.htm>>. Acesso em: 20/04/2011.

Outro importante exemplo que contrariou a doutrina proposta nos CIAMs foi a construção do edifício Rockefeller Center (Figuras 27 a 29), em Nova York (1931-39). O projeto do arquiteto Raymond Hood é constituído por 19 edifícios comerciais, ocupando área de 89000,00 m² entre as ruas 48th e 51st. Propõe pela primeira vez criar espaços públicos articulados com o prédio em altura, através de um programa misto onde se concentram escritórios, comércios, serviços, ruas e praças. Esse edifício é considerado gerador de centralidade urbana por propor multifuncionalidade, novas possibilidades de galerias cobertas, mostrando ser possível obter uma relação positiva com o urbanismo tradicional (MAHFUZ, 2011, p. 68).

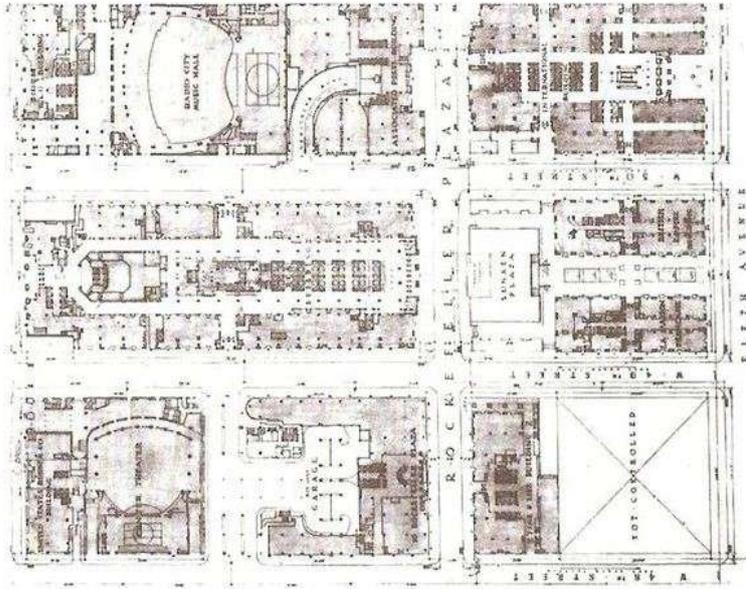


Figura 27 – Rockefeller Center, Nova York. Raymond Hood, 1931-39.
Edifício gerador de centralidade urbana.
Fonte: Mahfuz, 2011, p. 68.



Figura 28 – Rockefeller Center, Nova York.
Raymond Hood, 1931-39.
Pista de patinação na grande praça do complexo.
Fonte:
<http://www.arquipera.com/2011_06_01_archive.html>. Acesso em: 13/03/2012.



Figura 29 – Rockefeller Center, Nova York.
Raymond Hood, 1931-39.
Vista geral do complexo.
Fonte:
<http://www.arquipera.com/2011_06_01_archive.html>. Acesso em: 13/03/2012.

Hertzberger exalta a diversidade de uso da praça rebaixada no meio do Rockefeller Center:

[...] Assume aparências bem diferentes no verão e no inverno. No inverno há os patinadores, e nos meses de verão o gelo dá lugar a um terraço com muitos assentos entre plantas e guarda-sóis. Este espaço claramente definido oferece todas as oportunidades para que as circunstâncias mutáveis das diferentes estações sejam exploradas ao máximo (HERTZBERGER, 1999, p. 106).

Pode-se dizer, genericamente, que esses edifícios abrigam as cidades. Incorporam ao seu programa de necessidades elementos da cidade, como usos públicos, praças, passagens etc. Em alguns exemplos, assimilam também fluxos urbanos, incorporando ruas, circulação de pedestres ou de veículos, ligando partes urbanas ou não e propondo a permeabilidade entre os domínios públicos e privados.

Os novos edifícios propostos nesse conceito se opõem ao isolamento e permitem uma congruência entre os edifícios, promovendo a integração entre eles. Segundo Zeidler (apud SCALISE, 2004, p. 17), o edifício “plurifuncional supera o conceito de megaestrutura ao assumir novamente o tecido urbano como marco e ser elemento de conexão com tal contexto. Pretende responder às necessidades funcionais contemporâneas”.

Outro aspecto importante a ser considerado sobre a multifuncionalidade dos novos edifícios é seu potencial em promover alterações radicais no conceito tradicional de espaços públicos, que não ficarão mais restritos à rua, à praça e ao pátio.

O espaço público atual já não se restringe aos tipos básicos de espaço aberto da cidade tradicional: rua, praça e pátio, os quais aparecem consideravelmente transformados em vazios sem qualidade destinados somente à mobilidade. Muitas atividades públicas anteriormente associadas com o espaço aberto estão se transferindo para o interior de edifícios que têm como características principais o uso misto, a tridimensionalidade, a estratificação, as grandes dimensões e o fato de serem localizados, muitas vezes, na periferia das grandes cidades, ou pelo menos fora do núcleo histórico (MAHFUZ, 2011, p. 72).

Percebe-se que esses edifícios geradores de centralidade, concebendo diversos usos, sobrepondo diversos fluxos urbanos e incorporando no seu interior atividades públicas estão inseridos numa nova morfologia da cidade. A morfologia da cidade atual não se configura mais em sólidos rasgados por vazios e nem por sólidos isolados dentro de vazios, e sim por uma sobreposição de tecidos urbanos em diversos níveis de complexidade.

3 TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS E O QUARTEIRÃO

Outras leituras do espaço produzido no entorno dos edifícios se faz necessária para ampliar o entendimento da evolução dessas espacialidades, tal como exposto no capítulo anterior. O texto que segue aborda essa problemática por meio de abordagens referentes à diversidade de espacialidades e morfologias de diferentes tipos arquitetônicos e da evolução da quadra.

3.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS

A expressão “tipo edifício”, apesar de muito usada na história da arquitetura, nem sempre é utilizada para se referir à mesma ideia, sendo considerada por muitos autores como expressão ambígua, servindo a várias interpretações, a depender de quem a utiliza. Apesar das diversas interpretações, de uma maneira geral, o termo “tipo” é utilizado com os seguintes objetivos: servir como categoria analítica; como um dado auxiliar à atividade compositiva; ou como recurso bivalente aos dois objetivos ao mesmo tempo (NASCIMENTO, 2011).

Existem conceitos de tipo que utilizam como categoria de análise os *aspectos da plástica*, sob o ponto de vista da caracterização formal, como exemplo os edifícios em forma de “L”, edifícios pátio, edifícios fita ou edifícios barra. Outra forma de utilizar o termo é como categoria de análise essencialmente *funcional*. Nesse caso, os tipos são associados a um rótulo programático-funcional, cuja classificação se confunde com o título dado às instituições que fazem uso dos edifícios, como, por exemplo, hospital, prisão, escola, igreja e tantos outros. Como utilização sobreposta às duas interpretações citadas, temos a união do rótulo funcional com alguma característica formal para tornar a classificação mais compreensível, como, por exemplo, temos as nomenclaturas: templo de planta circular; torre de escritórios e casa-pátio, dentre outras (NASCIMENTO, 2011).

Para entender melhor essas diversidades conceituais e a extensão do termo é necessário remontar ao conceito original, suas derivações ao longo da teoria da arquitetura até chegarmos às revisões mais recentes sobre sua utilização nos estudos do ambiente construído.

3.2 TIPO E TIPOLOGIA

O conceito de tipologia foi introduzido na área disciplinar de arquitetura a partir do século XIX. Diversos teóricos da arquitetura utilizaram diferentes interpretações para o termo e, assim como a morfologia, foi na transição da cidade tradicional para a cidade moderna que “as questões relativas à noção ou à ideia de tipo, [...] foram praticamente relegadas ao esquecimento” (STRÖGER, 2001, p. 07), sendo retomadas na década de 1960 principalmente por teóricos italianos. A partir desse momento, arquitetos, teóricos e críticos da arquitetura retomam o debate sobre as contribuições da tipologia no desenvolvimento projetual.

3.2.1 Conceitos iniciais

O conceito de tipo relacionado à arquitetura surge por meio dos enciclopedistas franceses a partir do século XIX. Em 1832, Quatremère de Quincy faz uma importante definição de tipo arquitetônico no *Dictionnaire Historique de L'Architecture*. Nesse documento, Quatremère afirma existir na arquitetura uma essência particular a cada exemplar edificado, um conteúdo com forma indefinida, mas possível de ser reconhecido. Para o autor, existe uma “regra que precede o modelo” ou a “razão original da coisa” (QUATREMÈRE DE QUINCY, apud NASCIMENTO, 2010, p. 107). Sua maior contribuição para o assunto diz respeito à distinção entre *modelo* e *tipo*, conceito que será largamente utilizado por teóricos e críticos de arquitetura do século XX, como os italianos Giulio Carlo Argan e Aldo Rossi. Nas palavras de Quatremère de Quincy, a definição de *tipo*:

A palavra “tipo” não representa tanto a imagem de uma coisa a ser copiada ou imitada perfeitamente quanto a ideia de um elemento que deve, ele mesmo, servir de regra ao modelo. [...] O modelo, entendido segundo a execução prática da arte, é um objeto que se deve repetir tal como é; o tipo “é”, pelo contrário, um objeto, segundo o qual cada um pode conceber obras, que não se assemelharão entre si. Tudo é preciso e dado no modelo; tudo é mais ou menos vago no “tipo”. Assim, vemos que a imitação dos “tipos” nada tem que o sentimento e o espírito não possam reconhecer. Para tudo é necessário um antecedente, nada sai do nada (QUATREMÈRE DE QUINCY, apud ROSSI, 2001, p. 25).

No texto apresentado por Quatremère de Quincy, não se percebe intenção explícita de tratar da prática ou do método para se conceber edifícios, sendo o texto

especulativo, não prescritivo (NASCIMENTO, 2011). Para o autor, na busca pela essência da arquitetura, Quatremère se apoia “em critérios mais pragmáticos para sua existência – os fatores sociais e econômicos que precedem a necessidade humana de edificar um abrigo a uma dada atividade” (NASCIMENTO, 2011, p. 107).

Nesse período, J. Durand, teórico importante a tratar sobre o assunto, produz um estudo tipológico objetivo onde busca racionalizar os métodos de projeto elaborando “uma série de lições sobre como soluções volumétricas compositivas consagradas poderiam ser utilizadas em combinação a modelos planimétricos para vários programas edilícios” (DURAND, apud NASCIMENTO, 2011, p. 109). Ao contrário de Quatremère,

a preocupação de Durand era a de tornar o exercício de projeto uma atitude prática e objetiva [...] foi justamente o processo de simplificação geométrica das diversas partes componentes do edifício e a reversão representada pela *marche à suivre*, que parecem constituir-se na maior contribuição de Durand (STRÖGER, 2001, p. 17).

Apesar das diferenças, ambos os teóricos vincularam seus trabalhos à ideia de *tipo*, demonstrando a complexidade e a diversidade de interpretação do conceito. Para responder à crise da disciplina no século XVIII, Quatremère procura soluções por meio *da história e da filosofia*, enquanto que Durand, *da ciência e da tecnologia* (STRÖGER, 2001, p. 23).

A partir da revolução industrial, onde grandes transformações foram introduzidas nas condições de trabalho, nos modos de vida, na configuração das cidades e na concepção dos espaços urbanos, surge simultaneamente a *tipos* antigos um “novo entendimento dos *tipos*, não mais implícitos como em épocas precedentes, mas explicitamente propostos como *ferramentas de produção* do espaço construído” (PANERAI, 2006, p. 115).

Já no final do século XVIII, “os arquitetos começaram a falar em ‘crise’ na arquitetura, quando a tradição clássica começa a ser questionada em busca de novos paradigmas para soluções arquitetônicas” (COLQUHOUN, apud STRÖGER, 2001, p. 33). A tipologia como categoria conceitual e de projeto ancorada na tradição clássica da arquitetura está nesse momento pontuando o contexto de crise.

3.2.2 Tipologia e o movimento moderno

No início do século XX, como já mencionado, o movimento moderno em busca de novos caminhos para a arquitetura se posiciona contrário à teoria acadêmica utilizada até então. Menospreza as lições que a história possa fornecer descartando a ideia de *tipo* como precedente para o projeto e vinculando a arquitetura aos novos modos de vida.

Os teóricos do movimento moderno rechaçavam o conceito de *tipo*, tal como ele havia sido entendido no século XIX, porque para eles era sinônimo de imobilidade, um conjunto de restrições impostas ao criador, que para eles devia gozar de liberdade total (MONEO, apud STRÖGER, 2001, p. 34).

As transformações promovidas pela indústria em desenvolvimento vão desencadear numa nova forma de ver a obra de arquitetura. A crescente busca pela racionalização de meios e formas da produção arquitetônica leva a pensar o edifício como objeto que poderia ser produzido em série, entrando em desacordo com os ideais modernistas que viam a obra de arquitetura como única, sem história e sem precedentes. Essa contradição é citada por Rafael Moneo:

Assim, na obra de Le Corbusier se faz evidente a contradição que existe entre aquele modo de entender a arquitetura que a considera como fato singular e único e aquele outro que a vê, simplesmente, como resultado do processo ao qual cabe qualificar de industrial (MONEO, apud STRÖGER, 2001, p. 35).

O conceito de tipo, anterior ao moderno, cuja semelhança das edificações não impedia uma infinidade de variações dos objetos, passa a partir do século XX a servir de garantia para uma produção tipificada, padronizada, normatizada. Após os sobressaltos da guerra, da revolução comunista e da crise dos anos 1920, o movimento moderno retoma o mito do progresso técnico, da industrialização da construção, da produção em série e da standardização. A noção de tipo passa a esvaziar-se de seu sentido de origem, não designando nada mais além de objetos normatizados, em diversas escalas. O termo tipo, utilizado de forma fetichista, passa a ser sinônimo de modernidade (PANERAI, 2006, p. 119).

3.2.3 Tipologia edilícia: relação dos tipos edificados e a forma urbana

Após a segunda guerra, alguns autores tecem duras críticas às realizações do modernismo. Preocupados com o processo de projeto, voltam a discutir os conceitos de “tipo”. Um dos países que mais produziu obras críticas ao modernismo foi a Itália, sendo Saverio Muratori o maior crítico no campo da teoria e história da arquitetura. Muratori¹² volta a utilizar o conceito de tipologia arquitetônica com o objetivo de estudar o tecido urbano das cidades italianas, relacionando-o, diferentemente do período moderno, com a dimensão histórica e com os instrumentos de projeto.

Muratori postulava que o “tipo” era a chave para entendimento entre as formas da cidade e os elementos componentes da mesma, pelos estudos tipológicos era possível um estudo morfológico da cidade (MONEO, apud STRÖGER, 2001, p. 36).

O método proposto por ele – *tipologia edilizia* – era eminentemente descritivo e historiográfico. Busca evitar a classificação puramente abstrata e estética, sendo o tecido urbano observado como um todo. A tipologia edilizia contempla

[...] não só os edifícios, mas os muros, as ruas, os jardins, a massa edificada da cidade, a fim de classificá-los em relação à forma urbana de um dado período histórico (PANERAI, 2006, p. 123).

Por meio do estudo da relação entre os tipos construídos e a forma urbana, busca compreender a estrutura da cidade analisando os elementos da estrutura urbana e os processos de crescimento. Panerai (2006, p. 125) destaca a ruptura da escala tipológica, na medida em que a “unidade de intervenção deixa de ser a casa ou a parcela edificada e passa a ser o renque, o quarteirão ou o loteamento”.

Aldo Rossi e Giulio C. Argan, autores com produção teórica de grande repercussão, tratam da relação entre cidade e edifícios por meio do conceito de tipo arquitetônico e morfologia urbana. Ambos apresentam semelhanças quanto ao entendimento da cidade como objeto artístico e na percepção da arquitetura como elemento formador da cidade. Contudo, fazem pouca referência ao trabalho de Muratori, tomando como referência o conceito de tipo de Quatremère de Quincy (NASCIMENTO, 2011, p. 112).

12 Sua obra *Studi per una operante storia urbana di venezia*, em 1959, “marca o retorno de uma de uma reflexão sobre a forma da cidade” (PANERAI, 2006, p. 122).

Giulio Argan reacende o interesse pela tipologia ao discutir o assunto no seu artigo “Sobre o Conceito de Tipologia Arquitetônica”¹³, tornando-o tema central do discurso arquitetônico. Ele defende uma visão histórica global que propiciará uma interpretação da arquitetura através de um marco histórico e cultural. Para Argan, todo edifício pode ser conceitualmente reduzido a um *tipo*, podendo vir a ser codificado na forma de representações gerais. A noção de *tipo* não deve ser associada a uma ou outra forma que possa ser descrita detalhadamente. Para Argan:

A criação de um “tipo” depende da existência de uma série de construções que tenham entre si uma evidente analogia formal e funcional. Em outras palavras, quando um “tipo” é definido pela prática ou pela teoria da arquitetura, ele já existia na realidade como resposta a um complexo de demandas ideológicas, religiosas ou práticas ligadas a uma determinada situação histórica em qualquer cultura (ARGAN, apud NESBITT, 2008, p. 269).

Esses conceitos são retomados e melhor desenvolvidos a partir da década de 60, com destaque para Aldo Rossi. Com base numa reflexão sobre a História da Arquitetura, Aldo Rossi, no seu livro *A arquitetura da cidade*, discute a importância das questões tipológicas na criação arquitetônica e urbana. Ele contribuiu para a formulação de uma metodologia arquitetônica historicista, que defendia a estrutura da cidade tradicional e que se apoiava numa interpretação crítica da história. Para Lamas (2007, p. 424),

O seu contributo para a revisão e abandono do urbanismo moderno é dado enquanto legitima a revalorização das formas urbanas tradicionais – da rua ao quarteirão, da praça ao monumento –, bem como da geometria e do traçado, no ato de projetar a cidade. Para Rossi, a arquitetura da cidade não é a arquitetura do edifício isolado, como na urbanística moderna, mas o princípio ordenador no qual se desenvolvem e estruturam as tipologias que integram a forma urbana.

O conceito de tipo, na teoria de Rossi, “está relacionado com a importância outorgada ao tecido urbano – cada tipologia arquitetônica deve ser entendida em função da morfologia urbana [...]” (MONTANER, 2001, p. 142). A obra de Rossi, apesar de fazer referência às definições da expressão tipo feita por Quatremère de Quincy, utiliza o mesmo termo com conotação bastante distinta. Para Quatremère, o conceito de tipo é especulativo, busca encontrar fatores que sejam subjacentes à

13 Artigo editado em 1962 por Munique por C.H. Beck. ARGAN, Giulio C. Sobre a tipologia em arquitetura. In: NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 268.

forma edificada, enquanto para Rossi o interesse está justamente pelas características dos edifícios. Outra diferença é a análise generalista de Quatremère, na qual busca construir uma teoria analítica, enquanto Rossi, com a tipologia *edilizia* italiana, busca um método prescritivo (NASCIMENTO, 2011, p. 115).

3.3 DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE TIPO

Diante de conceitos tão distintos para o mesmo termo, como atualizar seu entendimento? Para Nascimento (2011), a discussão contemporânea sobre tipo deve ser efetuada sobre o conceito de Quatremère, e não sobre as suas derivações. Ele considera que o interesse atual sobre os conceitos de Quatremère se dá pela visão assertiva da arquitetura como produto de expectativas sociais, ao contrário da tipologia *edilizia* italiana, considerada, pelo mesmo autor, conceitualmente simplificada.

Para Krüger, o “tipo” é um instrumento com finalidade tanto analítica como projetual. Na análise do autor, o conceito de tipo em arquitetura

[...] ainda é pertinente se tivermos em vista o estudo analítico dos artefatos arquitetônicos, tanto no que diz respeito à combinação não arbitrária de atributos destes, para efeitos de classificação, como às regras de elaboração dos mesmos, para efeito de projeto (KRUGER, 1985, p. 103).

Para Moneo, o “tipo” como modelo teórico pode ser eficaz como ferramenta auxiliar no projeto, e argumenta que: “a obra de arquitetura não pode ser considerada como um fato único e isolado, singular e irrepitível, uma vez que sabemos o quanto está condicionada pelo mundo que a rodeia e por sua história” (MONEO, apud STRÖGER, 2001, p. 40).

Para Panerai, os tipos isolados “não são de grande interesse e só adquirem sentido quando inseridos em um sistema global” (PANERAI, 2006, p. 135). Ele argumenta que a análise tipológica pode se situar em diversos níveis.

Ainda que não seja o caso de se estabelecer regras absolutas, nem de definir todas as tipologias possíveis, podemos fornecer algumas indicações gerais o bastante para serem aplicadas a diferentes níveis, porém suficientemente precisas para permitir uma prática real de análise (PANERAI, 2006, p. 127).

Alguns autores contemporâneos têm demonstrado interesse pela relação entre sociedade e ambiente construído e utilizam o termo tipo em sua produção teórica sobre a arquitetura. Bill Hillier e Hanson Julienne lançam em 1984 o livro *The social logic of space*, onde apresentam uma teoria geral de como as pessoas se relacionam com o espaço em ambientes construídos. Para os autores, a arquitetura deve ser descrita a partir de relações geradas pela organização espacial, e não por seu aspecto físico-material (HILLIER; HANSON, 1984). Para Hillier, o “tipo” não é determinado pelas características técnicas, e sim por um sistema de relações entre indivíduo e espaço e indivíduo com outros indivíduos no espaço, antes mesmo de ser um objeto edificado (NASCIMENTO, 2010, p. 27).

Em consonância com estudos recentes, argumenta-se que, apesar da arquitetura por si só não determinar a qualidade do espaço, são muitas e complexas as variáveis envolvidas, podendo a configuração dos edifícios associados à morfologia das cidades afetar nossos modos de convívio social e os processos de segregação da cidade atual (HOLANDA, 2010; HERTZBERGER, 1999; NETTO, 2006). Nesse sentido, sabe-se que o determinismo arquitetônico ou a relação absoluta de causa-efeito, ou causalidade entre forma arquitetônica e seu resultado funcional ou social, não pode ser totalmente determinado como acreditavam os modernistas clássicos (NETTO, 2011). Prosseguindo, Holanda afirma:

Em situações sociais reais são enormes a quantidade e a complexidade de variáveis, embora uma evidência crescente sugira papel não passivo da arquitetura para com nossos estilos de vida e maneiras de encontrar (ou não) pessoas. Há situações em que o determinismo arquitetônico é óbvio. Noutras, as relações são fortes, porém não definitivas, e existem as muito tênues. A estrada que liga a arquitetura aos sistemas de encontros interpessoais tem mão dupla; a arquitetura é concomitantemente variável dependente e independente. Cabe entender seu papel em casos específicos (HOLANDA, 2011, p. 15).

Nos termos de Netto, “a presença das características espaciais não é garantia de existência de qualidade espacial, entretanto, é certo que sua presença contribui para situações urbanas com potencial de mais alta qualidade espacial” (NETTO, 2009, p. 164). Esse argumento, nos termos do mesmo autor, acentua a importância de analisarmos a real dimensão da determinação arquitetônica, aceitarmos a existência da causalidade tanto quanto as complexidades do objeto, procurando entender os efeitos, para que erremos menos e acertemos mais na passagem entre intenções de projeto e os efeitos do objeto construído (NETTO, 2006).

O que interessa neste estudo não é ser dogmático, “prescrever” um tipo ideal, como já vimos anteriormente na história da arquitetura. Pretende-se apontar parâmetros de estudo e comparação que possam balizar o entendimento e postura dos arquitetos e urbanistas na análise e construção de espaços de transição com fruição pública. Certamente não se pretende definir todos os aspectos e relações possíveis relacionados ao assunto, mas buscar indicações que permitam uma análise consistente dos edifícios que possuam vocação para função de espaços integradores da vida pública, em outras palavras, que sejam arquiteturas com dimensão urbana.

4 TIPOLOGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DA DIMENSÃO URBANA

Vimos nos capítulos anteriores que várias são as classificações tipológicas possíveis para os edifícios, que resultam dos usos, das funções, da plástica, dentre outras. Na questão desenvolvida por este trabalho, a classificação tipológica que nos interessa abordar em especial diz respeito aos aspectos relacionados à sua dimensão urbana. São tipologias que se destacam por possuírem a propriedade de modificar o espaço urbano ao seu redor, ampliando suas possibilidades de uso e promovendo acontecimentos espontâneos que promovam uma maior integração do edifício com o local onde está inserido.

Com o propósito de se aproximar de uma classificação que melhor se ajuste aos objetivos deste estudo, propõe-se uma classificação relacionada à *posição comportamental* dos espaços de transição dos edifícios em relação ao seu entorno, ou seja, aos desdobramentos relacionados à categoria da ação, ao seu “papel” na configuração do seu entorno. Um edifício com dimensão urbana neste trabalho se refere a edifícios que, ao se inserirem num dado espaço, causam rebatimentos positivos no uso, na paisagem, consolidando suas dimensões públicas para além dos aspectos visuais, para além do atendimento a expectativas privadas contidas no seu programa de necessidades.

De esta forma, los edificios deben pasar de ser considerados como un fin en sí mismos para, a través del diseño de su forma y disposición en el espacio, convertirse en un instrumento para potenciar la vida social en la ciudad a través del atractivo del espacio público, lugar donde se desarrollan numerosas actividades sociales y desde el que se percibe la ciudad (GEHL, 2009, p. 11).

O papel ativo do edifício no seu entorno será analisado neste trabalho por questões relativas à implantação do edifício no lote ou na quadra, a integração com o entorno existente, bem como a articulação entre programa de uso e acesso/circulação. Alguns aspectos da arquitetura dos edifícios selecionados para análise serão destacados como estratégias espaciais influentes na configuração de ambientes que integram pessoas. São estratégias que podem contribuir no entendimento de como alguns edifícios são mais ou menos permeáveis, mais abertos ou mais restritivos à participação de públicos distintos, mais propícios a usos coletivos e mais ou menos integrados ao ambiente e à vida urbana.

Para buscar tais parâmetros, o trabalho se baseia em análises sobre a relação entre edifício e cidade, destacadas por arquitetos estudiosos da teoria da arquitetura, que de alguma maneira tangenciam o tema abordado nesta dissertação, a saber: o holandês Herman Hertzberger, o dinamarquês Jan Gehl e os brasileiros Vinicius Netto e Frederico de Holanda. As contribuições de cada autor são complementares e, a partir delas, busca-se um olhar mais atento aos aspectos da arquitetura relacionada ao seu entorno imediato e dos efeitos das tipologias na vitalidade do ambiente onde estão inseridos.

Por fim, formula-se leitura e interpretação de espaços de transição entre edifícios/rua/entorno imediato em situações brasileiras selecionadas.

4.1 TIPOLOGIAS ARQUITETÔNICAS E OS EFEITOS NO SEU ENTORNO

Projetar um edifício num lote privado pode potencialmente significar a oportunidade de criação de ambientes de interesse público e coletivo muito além do que se pode imaginar *a priori*. Alguns edifícios indicam que a arquitetura, mesmo em espaços privados, pode abrir possibilidades de uso e entendimento do ambiente urbano como espaço público. Podemos dizer que esses edifícios têm um impacto e uma importância que extrapolam os limites do lote, criam um ambiente integrador entre edifício/rua/entorno construído, diminuindo as fronteiras entre exterior e interior dos edifícios, atenuando, como diz Hertzberger, a rígida divisão entre domínio público e privado.

Devemos considerar a qualidade do espaço das ruas e dos edifícios relacionando-os uns aos outros. Um mosaico de inter-relações – como imaginamos que a vida urbana seja – requer uma organização espacial na qual a forma construída e o espaço exterior (que chamamos de rua) não apenas sejam complementares no sentido espacial e, portanto, guardem uma relação de reciprocidade, mas ainda, e de modo especial – pois é com isto que estamos preocupados –, na qual a forma construída e o espaço exterior ofereçam o máximo de acesso para que um possa penetrar no outro de tal modo que não só as fronteiras entre o exterior e o interior se tornem menos explícitas, como também se atenua a rígida divisão entre o domínio privado e o público (HERTZBERGER, 1999, p. 79).

Ainda sobre a qualidade do ambiente de transição, ou espaços intermediários, nas palavras do mesmo autor:

Embora a expressão da relatividade dos conceitos de interior e exterior seja antes de tudo uma questão de organização espacial, o fato de uma área tender para uma atmosfera mais parecida com a da rua ou mais parecida com a de um interior depende especialmente da qualidade do espaço público (HERTZBERGER, 1999, p. 83).

Holanda (2010) e Netto (2006) denominam essa qualidade do espaço como “urbanidade” do lugar. Apesar das muitas conotações que o termo possa ter, eles a utilizam para compreender as possíveis implicações relacionais entre forma construída, atividade urbana e habitante.

Para seu florescimento a urbanidade precisa de uma arquitetura com determinados atributos: espaço público bem definido, forte contiguidade entre edifícios, frágeis fronteiras entre espaço interno e externo, continuidade e alta densidade do tecido urbano etc. (HOLANDA, 2010).

Para buscar parâmetros de configuração dos ambientes de transição relacionados ao espaço gerado entre pavimento térreo do edifício, rua e os edifícios ao seu entorno, este estudo se utiliza de dimensões derivadas das tipologias arquitetônicas classificadas por Netto (2006) nos termos a seguir.

4.1.1 Parâmetros relacionados à implantação e integração do edifício com o entorno

No decorrer da história das cidades, o edifício se posicionou em relação ao traçado urbano de várias formas, variando conforme os aspectos econômicos e sociais de cada período e que a morfologia da maioria das cidades atuais é formada por diversas camadas, herança dos períodos vividos pelas mesmas.

Para Vinicius Netto (2006), apesar da presença de camadas de morfologias distintas, algumas tipologias arquitetônicas predominam nas cidades brasileiras. Diante dessa predominância, Netto, juntamente com demais pesquisadores, pressupõe que tipos arquitetônicos diferenciados podem gerar efeitos diferenciados no seu entorno. O autor ainda busca entender a relação existente entre tipologias reproduzidas predominantemente nas cidades brasileiras e possíveis ineficiências e impactos negativos no seu entorno²⁷. Para esses pesquisadores, algumas tipologias

27 Pesquisa em desenvolvimento: **Desempenho urbano e morfologia arquitetônica**: Relações entre predominância tipológica e a vitalidade social e microeconômica em cidades brasileiras. A

podem contribuir negativamente no ambiente de transição entre o edifício e seu entorno, de forma a diminuir ou aumentar a vitalidade dos mesmos.

Os parâmetros relacionados à implantação e integração com o entorno serão considerados em função de diferentes tipologias existentes nas cidades brasileiras. Apesar da variedade e muitas vezes da sobreposição das mesmas, iremos adotar, para efeito de estudo, a classificação das tipologias adotada por Netto (2006) como predominantes nas nossas cidades (Figura 30). Para o autor, esses tipos, guardadas variantes culturais ou de análise, podem ser agrupados, de acordo com a forma externa – grau de alinhamento ou de continuidade de suas fachadas –, em três modalidades²⁸: tipologias **compactas**; tipologias **rarefeitas** tipo-torre; tipologias **semicompactas** tipo base-torre.

pesquisa busca desenvolver abordagens qualitativas e quantitativas de análise, tomando como base quatro cidades brasileiras. São elas: Natal, RN; Rio de Janeiro, RJ; Florianópolis, SC; Porto Alegre, RS. Material disponível em: <http://arq.ufsc.br/infoarq/wp-content/uploads/pesquisas/projeto_tipologia_vitalidade.pdf>. Acesso em: 20/01/2012.
28 Idem, p. 08.

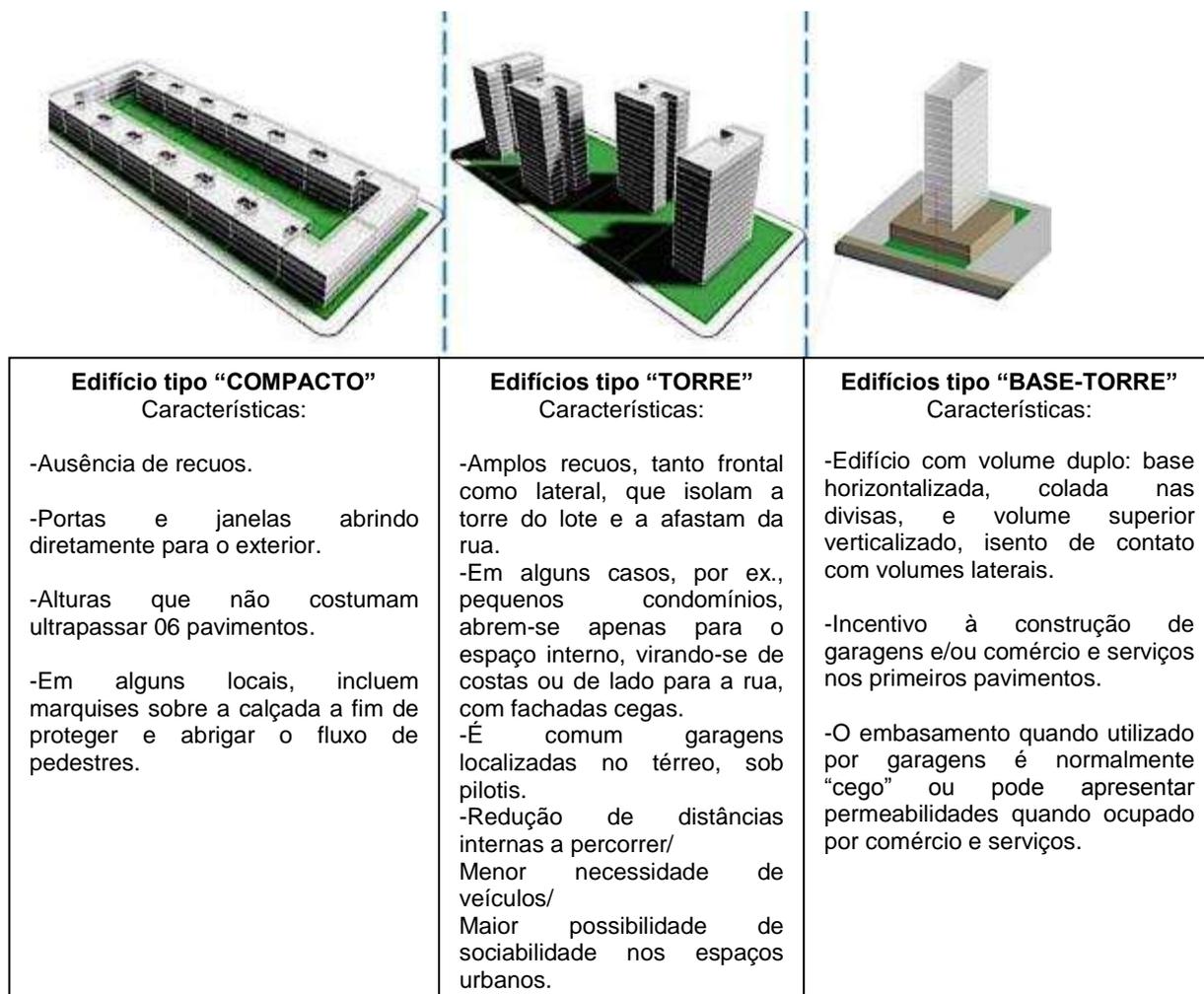


Figura 30 – Tipologias que podem ser observadas com certa predominância nas cidades brasileiras.
Fonte: Netto, 2006.

Para Netto (2009), a componente global da urbanidade está relacionada à condição de posicionamento de cada um dos espaços da cidade em relação ao todo maior onde esse espaço se insere. Para o autor, antes de projetar um edifício, é importante analisarmos o local onde será inserido: quais as tipologias existentes no entorno, quais os acessos, quais os usos existentes nos pavimentos térreos vizinhos. Essas análises poderão contribuir para uma solução mais adequada quanto à integração e urbanidade desejada.

Cita-se a seguir considerações relacionadas aos impactos que essas três tipologias predominantes nas cidades brasileiras podem gerar no seu entorno. Estas considerações serão relacionadas à implantação do edifício, diversidade de usos nos pavimentos térreos e acessos e circulação.

Na primeira consideração em destaque, **implantação do edifício**, os aspectos a serem analisados dizem respeito à forma de implantação no lote ou quadra, à existência ou não de recuos frontais e laterais e aos impactos que essas soluções podem gerar no entorno. Analisaremos esse aspecto nas três tipologias dadas como predominantes nas cidades brasileiras.

As **tipologias compactas** (Figura 31), caracterizadas por maior continuidade da forma construída, fachadas sem recuos laterais e frontais, mais aberturas de portas e janelas voltadas para a rua, geram continuidade dos térreos, diminuem a distância a percorrer entre os mesmos, estimulam o caminhar a pé e a maior vitalidade no entorno, gerando uma relação mais direta entre rua e edificação.



Figura 31 – Tipologia *Compacta* – Rua da Quitanda, centro do Rio de Janeiro-RJ. Pouca distância entre os edifícios estimula o andar a pé, menos utilização do carro e mais vitalidade no local.
Fonte: <<http://urbanidades.arq.br/2012/02/tipos-arquiteticos-e-vitalidade-urbana/>>. Acesso em: 17/08/2011.

As **tipologias tipo torre** (Figura 32) promovem a fragmentação da volumetria do quarteirão e a rareficação dos tecidos urbanos. As edificações com essa tipologia são caracterizadas pela falta de continuidade e grandes recuos (lateral e frontal). Tais características geram redução da densidade dos quarteirões, menor circulação de pessoas no local e maior distância a percorrer. A pouca atividade no vazio entre as torres, além de diminuir a circulação de pedestres entre as mesmas, pode estimular o uso de veículos para se realizar as atividades recorrentes do dia a dia. Essa falta de vitalidade pode produzir uma sensação de insegurança no local. Os amplos recuos laterais e frontais isolam a torre no lote afastando-o da rua, diminuindo a relação fachada-rua. Em alguns casos, os térreos são utilizados por garagens (pilotis ou não), que potencializam a pequena circulação de pessoas em função da baixa atratividade de atividades nos ambientes de transição.



Figura 32 – Tipologia *Tipo-Torre* – Alameda Ministro Rocha Azevedo em São Paulo.

Grandes distâncias a percorrer entre os edifícios estimulam o uso do carro, contribuem com a diminuição de pedestre circulando, colaborando com a sensação de insegurança no local.

Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.124/3819>>. Acesso em: 17/08/2011

Para Hertzberger, a predominância dessa tipologia de assentamento aberto tem um efeito desastroso sobre a coesão do todo, onde é maior a oposição entre espaço público e privado.

Quanto mais os edifícios se afastam uns dos outros como volumes autônomos com fachadas individualizadas e entradas privadas, menos coesão subsiste, e, especialmente, maior é a oposição entre o espaço público e o privado, ainda que as quadras de edifícios possam ser projetadas com galerias de acesso ou ruas internas cobertas ou mesmo com um espaço privado a seu redor (HERTZBERGER, 1999, p. 77).

O autor destaca a importância de alguns edifícios projetados nas décadas de 20 e 30 do século XX, de grande relevância, quando analisados no entorno de onde estão inseridos. Um dos exemplos citados é o Ministério da Educação e Saúde, já mencionado neste trabalho. Ainda de acordo com o autor, a qualidade alcançada no entorno desse edifício é fruto da não predominância dessa tipologia nas construções do entorno.

É importante ter em vista, no entanto, que essa solução perderia muito de sua qualidade se os blocos circundantes fossem projetados de acordo com o mesmo princípio. Neste caso, a área como um todo iria apresentar a imagem padrão de uma cidade moderna. É justamente a surpresa do contraste que torna o princípio tão claro neste caso (HERTZBERGER, 1999, p. 79).

As **tipologias base-torre** (Figura 33) são formadas por base horizontalizada colada nas divisas e volume superior verticalizado sem contato com volumes laterais. O embasamento passa a definir a relação do edifício com a rua. Quando constituído por garagens, normalmente configurado por paredes “cegas”, percebe-se uma menor interação com o entorno, desestímulo a possíveis relações sociais e de

encontro e contribuição com sensação de insegurança no local onde estão inseridos. Quando constituído por comércio e serviços, os impactos negativos são amenizados ao produzir uma diversidade de atividades positivas, estimulando o encontro e a vitalidade própria das cidades com trocas sociais, econômicas e políticas.



Figura 33 – Edifícios e quarteirões tipo *Base-Torre*. Podem assegurar a continuidade dos térreos e produzir uma diversidade positiva quando o embasamento é constituído por comércio e serviços. Fonte: Netto, 2006.

O segundo aspecto a ser analisado relacionado aos impactos que as tipologias predominantes nas cidades brasileiras podem gerar no seu entorno diz respeito aos **usos nos pavimentos térreos**.

A importância da diversidade de usos e os aspectos citados no item anterior já foram abordados por outros autores ao longo das últimas décadas. Um dos primeiros autores a abordar o assunto foi Jane Jacobs, em 1961 (JACOBS, 2000). A autora observa que as rarefeitas tipologias modernistas produziam espaços vazios, sem vida ou sem usuários, verdadeiras “cidadelas da iniquidade”. Para a autora, as grandes áreas livres geradas entre os edifícios não se prestam aos encontros, mas, ao contrário, frequentemente à violência. Jacobs observou ainda que as tipologias mais tradicionais, as chamadas neste trabalho de compactas, alinhadas na divisa dos lotes, com grande permeabilidade entre público e privado, aliada à diversidade de usos nos pavimentos térreos dos edifícios, geravam mais movimentação nas ruas, maior contato entre as pessoas, maior sensação de segurança. Pareciam mais capazes de incentivar e sustentar a vida urbana (Figura 34).



Figura 34 – Os edifícios e quarteirões tipo *compactos*.

Alinhadas na divisa dos lotes, podem gerar mais movimentação nas ruas principalmente quando aliadas à diversidade de usos promovida por comércios e serviços nos pavimentos térreos.

Fonte: Netto, 2006.

A diversidade a que a autora se refere não se restringe ao uso nos pavimentos térreos, mas sobretudo ao nível socioeconômico da população e à tipologia das edificações. Hoje é quase consensual que a diversidade de usos é positiva, estimula densidade urbana e variedade de atividades nos térreos das edificações, com ênfase no comércio e serviço. Com isso, se intensifica a presença de pedestres circulando, o que nas palavras de Jacobs funcionaria como os “olhos da rua”.

Prosseguindo com Netto e sua referência em Hillier, cabe afirmar que:

Térreos não inventam consumidores, não intensificam o número de habitantes em uma área, nem toda área em uma cidade tem densidade arquitetônica ou de habitantes ou tem acessibilidade para sustentar térreos comerciais; tal demanda aparece em centralidades urbanas, em bairros com certa densidade habitacional, ou ruas de boa acessibilidade (HILLIER, 2002, apud NETTO, 2011).

Apesar dessas condicionantes, o mesmo autor afirma que diferentes tipos atuam de forma diferenciada também nesse aspecto. Para tanto, faz distinção do resultado obtido referente a usos diversificados no pavimento térreo, entre as tipologias compactas e tipo-torre. Nas tipologias *compactas*, a continuidade das fachadas, com pequenas distâncias, estimula a circulação de pedestres, que é intensificada quando os térreos são formados por comércios e serviços, permitindo ainda mais movimentação de pessoas. A existência de unidades residenciais próximo a esses locais é importante para essa movimentação, caso contrário, tendem a ficar desertos no período noturno. Nas tipologias *tipo-torre*, a rareficação do tecido com grandes distâncias a percorrer entre os edifícios reduz a sinergia positiva entre fachadas de lojas e serviços. Os térreos com grandes afastamentos laterais e de frente induzem

um uso privado, em função do distanciamento provocado entre o passeio e o pedestre, que afasta o potencial consumidor.

O terceiro aspecto a ser analisado, relacionado aos impactos que as tipologias predominantes nas cidades brasileiras podem gerar no seu entorno, diz respeito aos **acessos e circulação** no âmbito da geração de **barreiras e permeabilidades** no espaço urbano.

A segregação socioespacial é sem dúvida o principal fator de agravamento dos problemas das grandes cidades brasileiras. Cada vez mais depara-se com construções que refletem o momento atual de medo e insegurança urbana. Arquitetos e urbanistas têm investido em tipologias largamente utilizadas pelo mercado imobiliário atual que paradoxalmente ajudam a intensificar o sentimento de insegurança, a segregação e a violência nas cidades.

Os *tipos-torre* com afastamentos laterais, térreos privados e gradeados e os condomínios fechados terminam por intensificar a segregação socioespacial. Para Netto (2006), essas tipologias oferecem apenas uma “ilusão de segurança”, considerando que a segurança só acontece internamente nos edifícios gradeados e protegidos por guaritas. O rompimento com a área externa produz efeitos negativos sobre as ruas em sua volta, a exemplo dos muros cegos, com longas distâncias sem comércio e serviços, portanto, sem a circulação de pedestres.

Para Holanda, é importante considerar que o arquiteto e urbanista não projeta a temporalidade de eventos e nem regras para utilizarmos os lugares, projeta barreiras e permeabilidades, e estas implicam impactos nos lugares (HOLANDA, 2011, p. 25).

As **barreiras e permeabilidades** nos espaços de transição podem ser entendidas como menos ou mais integração entre espaços internos de edifícios e espaços externos públicos. Para o autor, a contribuição da arquitetura quanto à segregação e à insegurança do local onde está inserida pode ser relacionada em função de ao menos três fatores: 1) recuos frontais e térreos com usos privados, quando reproduzidos com predominância, tendem a afastar o pedestre e esvaziar as ruas do entorno; 2) longos muros ao redor das construções; 3) menos portas e janelas nas fachadas, espaços urbanos “cegos” (totalmente fechados para o externo).

Certamente que todos esses aspectos contribuem para a diminuição na circulação de pedestres. Como dito anteriormente, para Jacobs (2000), esse é um dos grandes problemas da sensação de insegurança em alguns lugares, pois, ao contrário do que estimulam essas tipologias, o melhor meio de manter uma segurança é estimular a circulação dos pedestres nas ruas, aumentando a vigilância mútua.

Em alguns casos, agrava-se a segregação em função da diversidade de acessos aos edifícios, por meio de ruas de acesso exclusivo a garagens dos edifícios, potencializando a separação entre pedestres e veículos (Figura 35).



Figura 35 – Conjunto habitacional em Islington, Londres.

1-Paredes “cegas” para a rua.

2-Rua dá acesso apenas a garagens

3-Entrada das residências por meio de passarelas elevadas separa os fluxos de pedestres e veículos.

Fonte: Holanda, 2011, p. 27.

Para Holanda (2011, p. 29), a falta de barreiras ou a alta permeabilidade também pode gerar baixos fluxos de pedestres e sensação de insegurança. Para o autor, os traços modernistas são caracterizados por duas versões no aspecto da segregação: a dura e a suave. A dura investe na segmentação da cidade via enclausuramento e proliferação de barreiras (muros, guaritas); a suave investe na separação por meio do esgarçamento do tecido urbano e de proliferação de distâncias entre os edifícios e destes com a rua (tipologia tipo-torre).

A alta permeabilidade (Figura 36) permite longos horizontes visuais, muitas opções de percurso para os pedestres e dissolve a possibilidade de encontro e vivência nesses locais. Na análise feita na cidade de Brasília, o autor conclui:

O que pareceu louvor à liberdade de ir e vir – permeabilidade até por debaixo dos prédios – resultou em muitos e fracos fluxos de pedestres mesmo em áreas densas e mais centrais de Brasília (Figura 30) (HOLANDA, 2011, p. 31).

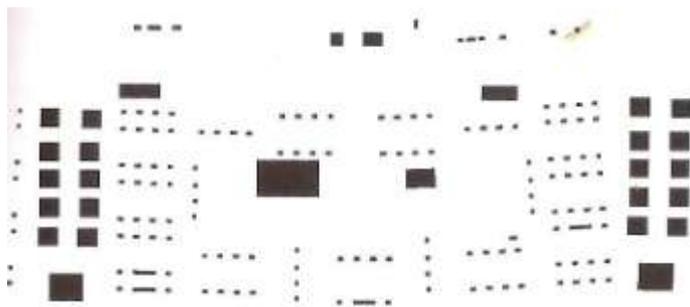


Figura 36 – Esquema de barreiras ao movimento de pedestres nos térreos de uma superquadra típica do plano piloto de Brasília.

Os retângulos menores são representações das circulações verticais e os maiores são edifícios comerciais diversos. Demonstra o alto grau de permeabilidade gerado pela grande quantidade de espaços abertos.

Fonte: Holanda, 2011, p. 31.

4.1.2 Parâmetros relacionados a tipologias arquitetônicas que promovem integração edifício/rua/entorno construído

Além da relação edifício/rua/entorno construído, levando em conta a morfologia, implantação, usos na face externa da construção e acessos e circulação, vale a pena destacar algumas características relacionadas ao interior desses pavimentos térreos que permitem maior integração entre público e privado. São elas: a **penetrabilidade** e a **multiplicidade de usos nos edifícios**.

Em relação à **penetrabilidade**, Hertzberger (1999, p. 40) argumenta que “o intervalo é a chave para eliminar a divisão rígida entre áreas com diferentes demarcações territoriais”. O autor destaca a importância dos espaços intermediários igualmente acessíveis para ambos os lados, mesmo quando do ponto de vista administrativo possam pertencer quer ao domínio público quer ao domínio privado. Esse intermediário algumas vezes se prolonga para dentro dos edifícios, permitindo que a rua se prolongue para o interior do edifício.

Na Paris do século XIX, as galerias comerciais rasgam o quarteirão, configurando o fim do quarteirão como unidade impenetrável e trazendo para o interior do edifício a complexidade do tecido urbano. Observa-se que ao longo do tempo essas tipologias vêm sendo muito utilizadas nas cidades ocidentais, sobretudo nas brasileiras,

contribuindo para transformar o seu entorno. Essas passagens ou galerias são muito utilizadas nas tipologias *semicompactas* formadas por embasamento e torre, onde usualmente se instalam garagens e/ou comércios e serviços nos primeiros pavimentos.

As galerias nos térreos podem estimular possibilidades de acessos aos edifícios, muitas vezes interligando ruas adjacentes ao edifício e utilizando o comércio e serviços no interior de seus pavimentos para incentivar o uso das mesmas. Esse recurso pode gerar maior circulação de pessoas, diminuir distâncias entre ruas, contribuir com a microeconomia do local e promover mais vitalidade e sensação de segurança. Claro que a penetrabilidade e a interligação de ruas pelas galerias não são por si só garantias de vitalidade do espaço. Outras variáveis são importantes para alcançar tal objetivo. Para Netto (2009), deve-se sempre considerar a relação do edifício com as ruas e com os edifícios no seu entorno.

[...] O que ocorre como sinal de vitalidade em uma rua (a rua como canal, ladeada por atividades e formas arquitetônicas) pode ser relacionado com o que ocorre na rua de trás. Haveria uma natural “sinergia” entre trechos morfológicos. [...] Densidades e usos das arquiteturas e seus térreos e interfaces com o espaço da rua têm efeitos multiplicadores. Estes são relacionados (filtrados, diluídos ou multiplicados) pelos efeitos da própria rede de ruas (NETTO, 2009, p. 11).

Hertzberger (1999) ressalta a importância da tipologia galeria, no que diz respeito à fronteira entre o público e o privado. Para o autor, nas galerias, a fronteira público/privado é parcialmente abolida, tornando o espaço interior mais acessível e o tecido das ruas mais unido.

O conceito de galeria contém o princípio de um novo sistema de acesso no qual a fronteira entre o público e o privado é deslocada e, portanto, parcialmente abolida; em que, pelo menos do ponto de vista espacial, o domínio privado se torna publicamente mais acessível (HERTZBERGER, 1999, p. 77).

Quanto ao aspecto de **multiplicidade de usos nos edifícios**, alguns edifícios podem, em certos casos e em relação aos usos nos pavimentos térreos, extrapolar o uso a que foram determinados. Usos temporários ou não intencionais podem surgir em forma previamente pensada para outra função específica, gerando diversidade e movimento ao local. Para Hertzberger (1999), o edifício pode de maneira não intencional permitir interpretações diferentes. Para o autor, o arquiteto deve ir além da relação forma-função:

Em tudo que formos construir, devemos tentar não só ir ao encontro das exigências da função no sentido estrito, mas também fazer com que o objeto construído possa cumprir mais de um propósito, que possa representar tantos papéis quanto possível em benefício dos diversos usuários individuais (HERTZBERGER, 1999, p. 150).

Cabe citar outra tipologia em relação à **multiplicidade de usos nos edifícios**: a dos edifícios geradores de centralidade urbana. Esses edifícios incorporam no seu programa a multifuncionalidade, na qual o pavimento térreo se relaciona com o entorno e a construção em altura, remetendo a complexidade de funções da cidade para dentro do edifício. São edifícios geradores de espaços comunitários a partir dos usos mistos, com circulações integradas às infraestruturas e malha urbana.

Para Hertzberger, o projeto deve ser ajustado para oferecer o máximo de incentivos e para tal o arquiteto deve lançar mão da sua capacidade imaginativa. Para o autor, “é o único meio de se chegar aos fatos verdadeiramente básicos: o programa por trás do programa (de construção)” (HERTZBERGER, 1999, p. 164).

4.1.3 Parâmetros de incentivos para melhor qualidade urbana dos espaços de transição

Como mencionado, para Hertzberger (1999, p. 164), o projeto deve ser ajustado para oferecer o máximo de incentivos a fim de buscarmos a qualidade urbana no local onde está inserido. Outros autores também trabalham com a mesma expectativa, como o arquiteto e professor norueguês Jan Gehl. Para esse autor, o arquiteto deve se preocupar com a escala humana nas cidades. Para tanto, deve buscar converter os espaços térreos dos edifícios em instrumento para potencializar a vida social nas cidades, combinando diversas atividades para tornar esses espaços de transição significativos e atrativos.

É entre os edifícios que todos vivemos e esse espaço está cada vez mais negligenciado. [...] O térreo, o que se passa ao nível da rua, é essencial para a qualidade urbana. E os arquitetos precisam ter a habilidade de trabalhar com isso. É uma provocação: é preciso ter um estudo especial onde as pessoas sejam mais importantes do que o skyline (GEHL, 2011, p. 60).

Para Gehl, embora a estrutura física sozinha não seja determinante, não tenha influência direta sobre a qualidade e a intensidade dos contatos sociais, o arquiteto e

o urbanista podem influenciar as possibilidades de encontro, possibilitar ver e ouvir as pessoas, qualidades importantes como ponto de partida para outras formas de contato.

La experiencia de estar con otras personas supone una oportunidad particularmente animada y atractiva de recibir estímulos. Comparada con la experiencia de ver edificios y otros objetos inanimados, la de estar con gente – que habla y se mueve- ofrece abundantes variaciones sensoriales. No hay un solo momento igual cuando se circula entre la gente. El número de situaciones y estímulo nuevos es ilimitado. Aún más, afecta al tema más importante de la vida: la gente (GEHL, 2009, p. 29).

Alguns processos ou estratégias de projeto são relatados pelo autor no sentido de criar estímulos que possibilitem maior intensidade de contatos sociais e, por consequência, mais vitalidade ao espaço. São eles: 1) agrupar/dispersar; 2) integrar/segregar; 3) atrair/repelir e 4) abrir/fechar. A seguir, expõem-se as estratégias propostas por Gehl e os respectivos diagramas/esquemas gráficos.

Gehl enfatiza que, ao projetar um edifício, pode-se estimular a agregação ou a dispersão de pessoas e acontecimentos (Figura 37), denominada pelo par de ações de **agrupar/dispersar**. Ressalta-se que não são os edifícios, e sim as pessoas e os acontecimentos que pretende-se agrupar. Desse modo, conceitos urbanísticos normatizados pelos planos diretores, como taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento, não são conclusivos quanto à concentração adequada das atividades humanas. Segundo Gehl, para estimular ou agrupar precisamos adequar a escala humana do projeto, projetar distâncias que permitam o pedestre *ver e experimentar* a partir da análise do entorno em amplo contexto de projeto.

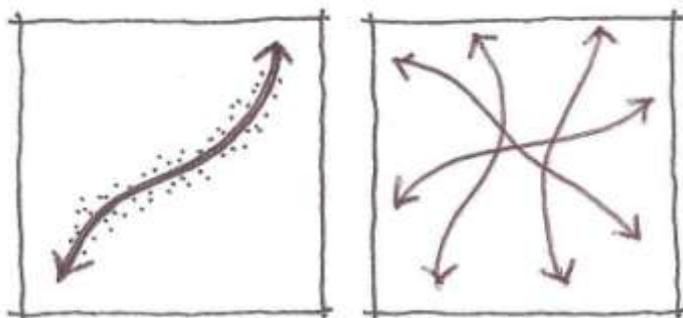


Figura 37 – Agrupar – Um único caminho onde se abrem várias entradas.

Dispersar – Várias possibilidades de percurso podem gerar desencontros.

Fonte: Gehl, 2009, p. 93.

A forma de implantação do edifício e a orientação das entradas externas dirigidas aos pedestres são determinantes a esse respeito. Para Gehl, existe um raio de ação habitual para a maioria dos pedestres, que é de 400 a 500 m, contudo, para se obter concentração, possibilidade de ver outras pessoas e experimentar atividades, essas distâncias devem ficar em torno de 20 a 100 m. Portanto, edifícios grandes com fachadas largas e poucas entradas possibilitam uma dispersão efetiva dos acontecimentos.

Outro cuidado importante quanto a agrupar e dispersar se refere às atividades que deverão ocupar os térreos dos edifícios na sua face da fachada. Para o autor, a vida da rua se reduz drasticamente quando, na fachada ao nível da rua, atividades pequenas são substituídas por atividades grandes como bancos e concessionárias de carros. São atividades geradoras de vazios ou “buracos” no tecido da cidade. Ele cita que em algumas cidades dinamarquesas só permitem esses usos nessa posição, quando não excedem a 5,00 m, buscando amenizar o efeito das cidades monótonas (GEHL, 2009, p. 107).

Para Gehl, a integração na arquitetura deve possibilitar que várias atividades e categorias de pessoas possam funcionar e estar juntas, lado a lado. Já a segregação implica a separação de funções e grupos que se diferenciam uns dos outros. Este par de ações é denominada por Gehl (2009) **integrar/segregar** (Figura 38).

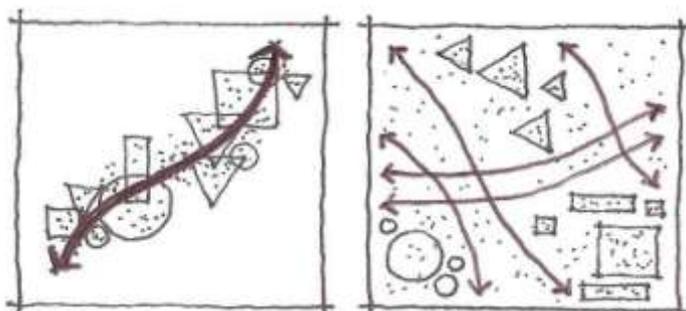


Figura 38 – Integrar – Várias atividades e categorias de pessoas lado a lado.

Segregar – Funções e grupos de pessoas de forma dispersa.

Fonte: Gehl, 2009, p. 113.

Um dos aspectos que podem contribuir para integrar diversos tipos de pessoas e atividades se refere aos tipos de usos nos pavimentos térreos. Para o autor, deve-se evitar criar zonas monofuncionais. Mesmo um edifício com uso específico, por exemplo escritórios, pode no seu pavimento térreo incorporar outros usos complementares, tais como restaurantes, lojas, cafés etc., que propiciem diversidade de fluxos de pessoas.

Outro aspecto que pode permitir integração diz respeito ao tipo de circulação de acesso às atividades externas e ao interior dos edifícios. Num modelo de circulação compartilhada com carro, pedestres e bicicletas se produz uma marcada separação de pedestres e atividades. A circulação de acesso de uso exclusivo de pedestre pode ser dividida, segundo o autor, genericamente em espaço de movimento ou passagem e espaço de estar. O primeiro é utilizado para se deslocar a um destino, sendo utilizado ora de forma tranquila e ora com certa pressa e agitação. O segundo, o espaço de estar, é utilizado para atividades de descanso, observação da paisagem, espera, dentre outros. Esses dois tipos de espaço podem acontecer independentes ou interligados, podendo quando planejados adequadamente integrar pessoas. É o caso dos caminhos sombreados, de fácil deslocamento, sem obstáculos, desníveis ou interferências e as áreas de estar como praças, com equipamentos como bancos e floreiras, localizados em posição próxima às circulações de pedestres, que permitam um descanso ou espera.

Alguns aspectos na forma de implantar o edifício podem repelir as pessoas e as atividades para que se desloquem do espaço público para o privado e vice-versa, denominada por Gehl (2009) como par de ações de **atrair/repelir** (Figura 39).

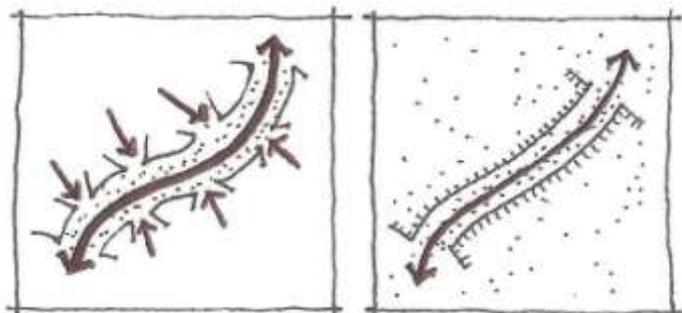


Figura 39 – Atrair – Atitudes que possibilitem o deslocamento entre as instâncias públicas e privadas.

Repelir – Atitudes que reprimem ou não incentivam o deslocamento entre os limites das duas instâncias.

Fonte: Gehl, 2009, p. 113.

Nos termos de Gehl, quando o limite de transição entre essas duas esferas é fortemente delimitado, quando as barreiras são claramente percebidas, como por exemplo os muros, grades e guaritas, que sinalizam a delimitação do território privado, a tendência é repelir o acesso das pessoas, tanto física quanto psicologicamente. Ao contrário, espaços sem barreiras, com limites flexíveis, estimulam a conexão entre ambos. O autor ressalta que poder ver da rua o que está se passando nos espaços externos do edifício e vice-versa pode ser um elemento de atração, apesar de não ser suficiente para estimular a atração. Ele cita ainda, dentre outros aspectos importantes para atrair, as distâncias a percorrer entre a rua e o edifício, que como vimos anteriormente devem ser curtas; a qualidade desse percurso, que pode ser qualificado com inclusão de equipamentos urbanos como bancos que possibilitem pequenas paradas; caminhos arborizados ou sombreados e o atrativo de atividades que estimulem a transição, como comércios, por exemplo.

Abrir os espaços de transição pode representar a possibilidade de visão do que acontece do outro lado do limite entre as instâncias do público e do privado. Esse incentivo é denominado por Gehl (2009) pelo par de ações de **abrir/fechar** (Figura 40). Para o autor citado, além da visão poder gerar curiosidade, estimula a troca de experiências e o contato entre as pessoas.

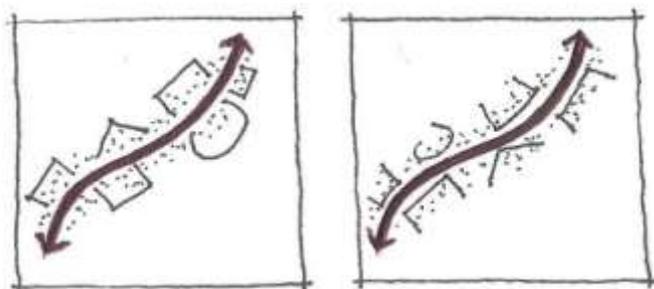


Figura 40 – Abrir – Possibilidade de visão, de contato e de troca de experiências.

Fechar – Em alguns casos, o próprio uso exige essa restrição.

Fonte: Gehl, 2009, p. 133.

Para tanto, não basta retirarmos barreiras, criarmos janelas e portas ou utilizarmos a transparência do vidro, é necessário se ater também às distâncias. Gehl cita o exemplo de uma biblioteca:

Una biblioteca con amplias ventanas retranqueadas entre 10 e 15 metros, y una biblioteca con ventanas que dan directamente a la calle ilustran las dos situaciones. En un caso se puede ver un edificio con ventanas; en el otro, una biblioteca en uso (GEHL, 2009, p. 133).

É claro que esse aspecto não deve ser generalizado em qualquer situação de projeto. Em alguns usos, por características de uso, não se justifica a visão ou a integração. É o caso das escolas, onde poder olhar pelas janelas pode significar dispersão de atenção dos alunos, ou em algumas fábricas, que por questão de produtividade ou necessidade de concentração não seja de interesse essa visão.

Gehl (2009, p. 137) ressalta que recentemente se tem observado uma tendência de criar espaços aparentemente públicos em edifícios privados, principalmente estimulando o comércio. Ele cita como exemplo os shopping centers, que interrompem a cidade criando ruas e praças internas e se fecham para o exterior. Do ponto de vista do empreendedor, pode ser uma boa solução, mas do ponto de vista da cidade, o resultado quase sempre é a dispersão das pessoas, a segregação e a insegurança nos seus arredores.

4.2 EDIFÍCIOS INTEGRADOS COM A AMBIÊNCIA E AS DINÂMICAS DE USO DE SEU ENTORNO: EXEMPLOS BRASILEIROS

A morfologia, a tipologia, a diversidade dos usos, os acessos, a densidade e alguns incentivos para que as pessoas circulem entre os edifícios podem permitir maior vitalidade urbana. Esta seção abrange análise de um conjunto de edifícios que remetem à problemática central da dissertação. São, em sua maioria, edifícios ícones da arquitetura brasileira, construídos entre décadas de 1930 e 2000, que possuem um papel ativo no seu entorno e permitem maior vitalidade onde estão inseridos. São eles: o Ministério de Educação e Saúde (MES), Conjunto Nacional, Museu de Arte de São Paulo (MASP) e Brascan Century Plaza. A exceção do edifício Antares visa a pontuar o debate localmente.

4.2.1 MES – Ministério da Educação e Saúde

Arquitetos: Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão, Ernani Vasconcelos (consultoria de Le Corbusier).

Ano: 1937-1943.

Local: Rua da Imprensa, Rua Araújo Porto Alegre, Avenida Graça Aranha, Rua Santa Luzia-RJ.



Figura 41 – MES – Ministério de Educação e Saúde-RJ.

Fonte: (a) <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/293>>. Acesso em: 25/05/2011. (b) e (c) Arquivo pessoal.

Os estudos sobre o edifício do Ministério da Educação e Saúde, principalmente devido ao seu papel pioneiro e sua repercussão internacional, são variados e amplamente trabalhados pela historiografia brasileira. Neste trabalho, cabe reenfatar o fator de precursor do modelo de inserção do edifício moderno num contexto morfológico tradicional. Destaca-se o “efeito libertador” do edifício

(HERTZBERGER, 1999, p. 79), propiciado pela forma livre de implantação na quadra, que oferece no seu térreo o máximo de acesso e permeabilidade, diminuindo a fronteira entre o exterior e o interior, entre o público e o privado.

A **implantação** do edifício ocupa uma quadra inteira, circundado pelas ruas da Imprensa, Rua Araújo Porto Alegre, Avenida Graça Aranha e Rua Santa Luzia, no centro do Rio de Janeiro. Predomina no seu entorno edifícios com tipologias compactas e contínuas, inseridos em traçado urbano de morfologia tradicional (Figura 42).

O MES possui tipologia moderna com prisma racional de quatorze pavimentos, sobre volume baixo horizontal perpendicular ao prisma vertical, ambos apoiados por pilotis. A implantação proposta permite criar em torno e sob o edifício amplos espaços públicos inseridos em uma das zonas mais congestionadas do Rio de Janeiro, sugerindo um possível novo ambiente urbano, livre das restrições convencionais (BENEVOLO, 1976, p. 712). O espaço público gerado, uma grande praça pavimentada, ora é coberta, ora descoberta. A parte coberta possui grandes colunas espaçadas e pé direito duplo, permitindo, apesar privado, acesso público às ruas adjacentes (Figura 43).



Figura 42 – MES – Ministério da Educação e Saúde (RJ, 1937-1943).
Observa-se implantação moderna em contexto morfológico tradicional.
Fonte: Google, 2012.



Figura 43 – MES – Ministério da Educação e Saúde (RJ, 1937-1943).
Observa-se monumentalidade gerada pelo pé direito duplo no pilotis e demais fatores.
Fonte: Foto de Michel Gautherot, 1946.

Ainda quanto à inserção urbana, o edifício se impõe diante do contexto, divergindo da implantação tradicional prevista pelo plano Agache (1931).

A situação do edifício em meio de quadra subvertia as normas de ocupação do Plano Agache que abrigava a construção dos volumes alinhados no perímetro externo do lote e refletia um modelo de implantação de arranha-céus isolados não caracterizadores das combatidas ruas corredores (SEGAWA, 2002, apud PAIVA, 2006).

Nos dizeres de Cavalcanti, para a nova identidade nacional, foi elaborada no campo da arquitetura a produção de “uma obra monumental, que no caso do MES, começa na própria ocupação do prédio, criando enorme praça na acanhada estrutura urbana das ‘ruas-corredores’ no Centro do Rio de Janeiro” (CAVALCANTI, 2006, p. 56).

A permeabilidade visual e a possibilidade de acesso sem barreiras permitem ao pedestre encurtar caminho entre as ruas circundantes atravessando diagonalmente entre as colunas e sob o edifício (Figura 44). O espaço se torna convidativo por gerar, como disse Hertzberg, um “efeito libertador”, uma sensação de paz e tranquilidade no meio do trânsito, barulho e correria das ruas circundantes (Figura 45).

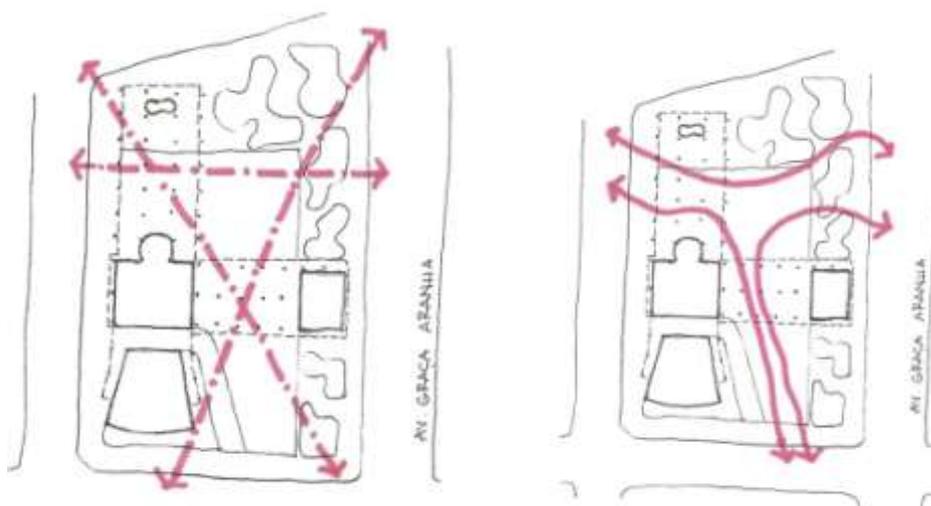


Figura 44 – Implantação do MES-RJ.
Permeabilidade visual e acesso sem barreiras.



Figura 45 – MES – Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, 1937-1943.
 (a) Transição da calçada para o interior da praça por meio de passeios largos e sombreados.
 (b) Grande praça, ora coberta, ora descoberta.
 Fonte: Arquivo pessoal.

A circulação na calçada é sombreada, se estendendo para o interior da praça interna por meio de grandes passeios sob árvores altas e pequenos canteiros (Figura 45). A grande praça pavimentada, além de interligar as ruas circundantes, dá acesso ao edifício por uma grande porta envidraçada e acesso à Funarte. Pela Rua da Imprensa existe um pequeno acesso de serviço e apoio por onde circulam veículos e conduz o fluxo por pequeno meio fio até a saída na Rua Araújo Porto Alegre, de forma a evitar o cruzamento dos carros com os pedestres.

O espaço vazio entre o edifício e o passeio público traz o mesmo piso da calçada em pedra portuguesa, propiciando passeios largos e sombreados, mas evita descansos ou permanência, restringindo-se a espaço livre para circulação, apreciação da arquitetura e distanciamento das dinâmicas agitadas do entorno.

O edifício configura-se sobre pilotis, com térreo livre e sem uso específico, a não ser de acesso ao ministério. Está implantado perpendicularmente à avenida, despreendendo-se totalmente da ideia de rua corredor, de alinhamentos e do compromisso de se relacionar com outros edifícios por uso da continuidade ou de usos comerciais nos térreos, típicos das tipologias compactas ao seu redor.

De forma diferenciada do MASP, cuja praça do térreo é utilizada e conhecida pelas constantes manifestações públicas, feirinhas e usos diferenciados, o MES, apesar dos amplos espaços da praça, não possui essa conotação e usos.

A obra monumental do MES foi o primeiro grande marco da arquitetura moderna brasileira, com reconhecimento internacional em 1943, ano de sua inauguração, apresentado pela revista norte-americana *Progressive Architecture* como “a obra de arquitetura mais importante das Américas”, ainda de acordo com a revista:

O Ministério da Educação e Saúde é considerado, até hoje, um dos paradigmas da arquitetura moderna mundial, precursor dos grandes edifícios públicos modernos construídos na Europa e nos EUA após a guerra, como a sede da ONU, em Nova York, de 1947/1952, primeiro prédio de vidro de grande porte realizado nos EUA.

4.2.2 Conjunto Nacional

Arquiteto: David Libeskind.

Ano: 1955-1958.

Local: Avenida Paulista, R. Padre J. Manoel, Alameda Santos, R. Augusta – SP.



Figura 46 – Conjunto Nacional em São Paulo – 1955/1958, de David Libeskind.
Fonte: Google, 2012.

A importância do Conjunto Nacional nesta pesquisa ocorre por caracterizar edifícios que “abrigam cidades”, por meio da penetrabilidade que interliga ruas ao seu redor, por criar ruas e praças internas e pela justaposição de atividades (habitacional comércio e serviços). Expressa modelo de cidade adensada que propicia vitalidade ao lugar.

O edifício está implantado em quadra inteira, circundado pela Avenida Paulista, Rua Padre João Manoel, Alameda Santos e Rua Augusta. No seu entorno, encontram-se edifícios altos com predominância de edifícios empresariais. Trata-se de edifício representativo para consolidação das características atuais da Avenida Paulista.

A obra está vinculada ao processo de deslocamento do capital do Centro Novo para a Avenida Paulista e contribuiu para acelerar a verticalização e a mudança de uso e ocupação dessa região. Representou também uma

nova tipologia para os edifícios multifuncionais que surgiram em São Paulo a partir de 1935 com a construção do Edifício Esther de Alvaro Brazil e Adhemar Marinho (BRASIL, 2012).

Caracteriza-se pela combinação de duas lâminas distintas, configurando a tipologia *base-torre* (Figuras 47 a 49). A primeira define o volume de embasamento, na divisa do lote, com três pavimentos abrigando galeria com centro de compras e serviços (cinemas, restaurantes etc.), a segunda constitui-se por torre com vinte e um pavimentos, pensados inicialmente em habitações e hotel, mas modificado o uso no decorrer do projeto para habitações e escritórios. Na cobertura do embasamento foi projetado jardim com pilotis da torre, articulando os dois volumes.

Observam-se duas escalas distintas do conjunto: a do embasamento valoriza a rua, relaciona-se com o passeio público e propicia qualidade do mesmo ao projetar uma marquise em quase todo o perímetro. A torre, implantada afastada do perímetro da rua, possui característica modernista, inserindo-se livremente no interior da quadra, cujo jardim na cobertura do embasamento funciona como chão suspenso criando, no pilotis da torre, áreas livres e outros volumes de usos diferenciados da mesma.

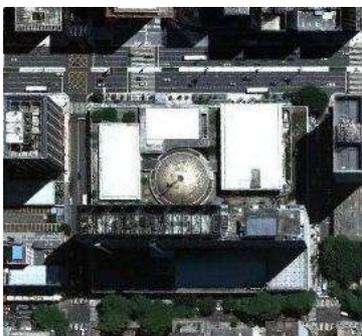


Figura 47 – Conjunto Nacional, Avenida Paulista – SP. Implantado na quadra inteira numa tipologia *base-torre*.
Fonte: Google, 2012.



Figura 48 – Conjunto Nacional, Avenida Paulista – SP. O destaque da escala do empreendimento em relação ao entorno na ocasião de sua construção.
Fonte:
<<http://www.ccn.com.br/arquitetura.php>>. Acesso em: 16/03/2012.



Figura 49 – Conjunto Nacional, Avenida Paulista – SP. Tipologia tipo *base-torre*. O embasamento ocupando a quadra inteira e a torre livre sobre a cobertura do embasamento.
Fonte: Google, 2012.

Apresenta característica da penetrabilidade por meio de galerias largas de acesso público ao nível do térreo, funcionando como alternativa para interligar as quatro ruas que lhe dão acesso, trazendo para o seu interior as atividades da cidade como comércio e serviços (Figura 50).

O embasamento do conjunto formado por três pavimentos encontra-se no alinhamento do terreno, edificando toda a área da quadra, garantindo seu entendimento como unidade. O pavimento térreo estabelece com a rua uma relação simbiótica, valoriza e assume a importância da mesma como espaço urbano, trazendo-a para o interior do edifício. São quatro acessos públicos com dimensões generosas de 11 metros de largura, que configuram extensões das calçadas, aspecto ressaltado pela preocupação de manter o mesmo material do passeio público, o mosaico português, no interior do edifício (Figura 52).

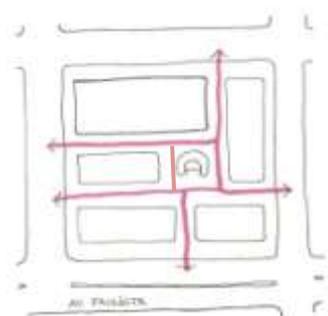


Figura 50 – Croqui de Implantação. Conjunto Nacional-SP. Permeabilidade pelas quatro vias.



Figura 51 – Conjunto Nacional-SP. Marquise protege a vitrine das lojas e torna mais agradável o passeio dos pedestres. Fonte: Google, 2012.



Figura 52 – Conjunto Nacional-SP. Grandes acessos ao interior do edifício. Fonte: Google, 2012.

Outro diferencial diz respeito ao número reduzido de acessos a garagens no seu subsolo. Por ocupar uma quadra inteira e possuir reduzidos acessos a garagens, o pedestre transita sem muitas interrupções de rampas e acessos de veículos como acontece nas quadras vizinhas parceladas em lotes menores.

O acesso com amplas medidas permite visualização do interior do edifício das atividades que ali se encontram e das ruas do lado oposto, atraindo o pedestre e conduzindo-o ao seu interior para encurtar o percurso diário entre as ruas circundantes ora como conforto da proteção do sol e da chuva, ora para simplesmente observar as vitrines existentes na sua galeria interna. A permeabilidade estimula sem impor barreiras que dificultem tais acessos.

Na parte externa do andar térreo, ao longo da fachada de todo o edifício, encontram-se diversos serviços e usos como restaurantes, livrarias, cafés, lojas de roupas, bancos e pequenos estabelecimentos comerciais. No interior do edifício, todas as galerias ou extensões das ruas se encontram numa grande praça, como uma ágora coberta. Nas galerias, encontram-se lojas, cinemas, restaurantes, livrarias etc., e na praça central, espaço para exposições, telefones públicos, bancos, além de escada rolante, elevadores e rampas circulares que dão acesso aos outros andares.

A sobreposição de usos no Conjunto Nacional, comércio, serviços e habitação, decorre de evidente revisão dos preceitos da Carta de Atenas, que previa o zoneamento funcional da cidade. A inclusão da habitação no programa, proposta pelo arquiteto, possibilita a conformação do edifício como um trecho da cidade. Os apartamentos propostos possuem diversos tamanhos, permitindo a ocupação de diferentes tipos de famílias. Propõe-se num mesmo empreendimento o encontro de diversas atividades e moradores distintos, configurando um complexo multifuncional. A densidade habitacional, diversidade de comércios e serviços (interna e externamente) num mesmo local e boa acessibilidade das ruas circundantes possibilitam maior intensidade de contatos sociais e, por consequência, mais vitalidade ao espaço. O Conjunto Nacional, além de possuir significativas relações com a cidade, é marco e referência na arquitetura brasileira.

4.2.3 MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

Arquiteta: Lina Bo Bardi.

Ano: 1956-1968.

Local: Avenida Paulista – SP.



Figura 53 – MASP – Avenida Paulista em São Paulo.
Fonte: Google, 2012.

O MASP – Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Figura 53) – se coloca de maneira exemplar na discussão da transição entre espaços públicos e privados pelo modo como se integra ao entorno. Pode-se dizer que é um edifício que amplia o programa principal de museu, desde a gênese do projeto, e gera distintas formas de apropriação pela população.

O edifício está implantado na Avenida Paulista, onde hoje predominam edifícios altos com atividades comerciais e serviços e tipologias tipo *torre* e *base-torre*. O aspecto mais marcante da obra se refere a seu partido formal. A forma projetada por Lina Bo Bardi determina as relações com a paisagem, com o espaço urbano e as necessidades do programa relacionado ao museu. O partido adotado garante permeabilidade do espaço urbano localizado no pavimento térreo, abaixo da grande caixa do museu, permitindo livre acesso a esse pavimento e ligando visualmente a Avenida Paulista à Avenida Nove de Julho (Figuras 54). O edifício, por meio de quatro grandes pilares, enquadra a paisagem do centro da cidade oferecendo uma grande esplanada como mirante: de um lado, a continuidade visual com o centro da cidade, e do outro, a continuidade com uma grande área verde, o parque Trianon.

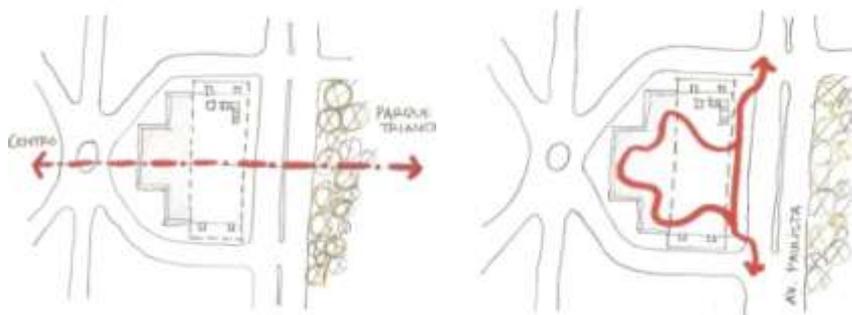


Figura 54 – Plantas de implantação do MASP, indicando permeabilidade e fácil acesso.

Nos termos de Ferraz, o antigo Belvedere, projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, funcionava como a grande sede social da elite paulistana, era ponto de encontro dos antigos moradores da Avenida, com salão de bailes, restaurantes, confeitaria e terraço, além de mirante. Hoje ainda permanece na memória da cidade como um mirante de onde se pode contemplar a paisagem do centro da cidade. Nos termos de Lina Bo Bardi:

O famoso vão do MASP não foi uma excentricidade, o que em linguagem popular se poderia chamar uma “frescura arquitetônica”. É que aquele terreno, onde estava o antigo Belvedere do Trianon, foi doado por uma família de São Paulo que impôs como condição a manutenção daquela vista, que deveria ficar para sempre na história da cidade (FERRAZ, 2011).

Para manter a vista, a arquiteta tirou partido do desnível entre as duas avenidas, dividindo o programa do museu em duas partes distintas, parte abaixo do nível da rua (Avenida Paulista) e parte acima da mesma, permitindo que o pavimento térreo fosse totalmente acessível sem barreiras físicas que impeçam o público de se deslocar do espaço da rua para o espaço do lote privado, mantendo a continuidade visual entre o centro da cidade e o parque Trianon (Figura 55 e 56).



Figura 55 – MASP em São Paulo (2012). Permeabilidade.
Vista da Avenida Paulista para o Belvedere.
Fonte: Google, 2012.



Figura 56 – MASP em São Paulo (2012). Permeabilidade.
Vista do Belvedere para a Avenida Paulista.
Fonte: Google, 2012.

Como já dito, o pavimento térreo se abre em toda extensão da Avenida Paulista, permitindo livre acesso e permanência de pessoas nesse pavimento. As barreiras encontradas são bastante sutis (planos de vidro), apenas junto à escada de acesso ao museu e que interliga todos os pavimentos (Figura 57).

A grande praça existente no térreo é composta por dois espaços bem diferenciados, mas integrados, um coberto pelo volume superior do museu e outro descoberto. A parte coberta permite ao pedestre um passeio abrigado, se distanciando do movimento de carros intenso na avenida. O material do piso, paralelepípedo, remete às ruas da cidade, contribui para reforçar a ideia do local como extensão do espaço urbano. A parte descoberta, revestida com grama, completa a praça, configura espaço de estar, com bancos que contornam a laje limite do pavimento (Figuras 58 e 59). Essa condição de projeto permite que nesse espaço a população usufrua e desenvolva diversas atividades.



Figura 57 – MASP em São Paulo (2012). Vista da Avenida Paulista. Barreiras sutis (painéis de vidro) para restringir acesso à escada e elevador de acesso ao museu. Fonte: Google, 2012.



Figura 58 – MASP em São Paulo (2012). Áreas de estar formadas pelos bancos que contornam os limites da praça. Fonte: Google, 2012.



Figura 59 – MASP em São Paulo (2012). Áreas de estar formadas por bancos que contornam os limites da praça. Fonte: Google, 2012.

A Avenida Paulista, símbolo de centro econômico importante do país e cartão postal da cidade de São Paulo, concentra agências centrais de bancos e entidades financeiras cujos alcances ultrapassam os limites geográficos. Todo esse poder econômico leva a uma concentração de cultura e de destaque na mídia como espaço para manifestações (Figuras 60 e 61). Nesse sentido, o MASP, com grande

dimensão livre no térreo, numa avenida importante e movimentada, de forma impactante constrói um espaço, uma grande praça, importante para eventos culturais, manifestações políticas, feiras e outras atividades de pequenas proporções, possibilitando abrir o seu espaço à cidade, e sendo também incrementado por ela, apesar de situar-se em terreno privado de propriedade do museu. Na análise de Camargo, o MASP possui uma implantação generosa:

[...] É uma obra revolucionária enquanto forma arquitetônica; cálculo estrutural; proposta museológica e espaço público. Um prisma transparente sustentado no ar por dois pórticos gigantes, resultado da sofisticada engenharia nacional, que permitiu deixar totalmente livre o espaço do antigo mirante, convertido numa praça coberta. Essa implantação, publicamente generosa, é reconhecida e apropriada pela população, que a tomou como local de encontros cívicos, onde se tem realizado manifestações importantíssimas da história recente deste país (CAMARGO, 2011).



Figura 60 – MASP em São Paulo (2012). Praça como espaço para manifestações.
Fonte: Google.



Figura 61 – MASP em São Paulo (2012). Praça como espaço para manifestações.
Fonte:
<<http://masp.art.br/sobreomasp/arquitetura.php>>. Acesso em: 25/05/2012.

4.2.4 Brascan Century Plaza

Arquitetos: Jorge Königsberger e Gianfranco Vannucchi.

Ano: 2000-2003.

Local: Rua Bandeira Paulista esquina com Rua Joaquim Floriano e a Rua Professor Tamandaré Toledo. São Paulo-SP.



Figura 62 – Fotos (a), (b) e (c) – Brascan Century Plaza em São Paulo. Vistas externas.
 Fonte: Brascan Century Plaza, projeto de Jorge Königsberger e Gianfranco Vannucchi. **Projetos**, São Paulo, 04.044, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.044/2397>>. Acesso em: 01/06/2011.

Projetado pelos arquitetos Jorge Königsberger e Gianfranco Vannucchi em 2000 e inaugurado em 2003, o Brascan Century Plaza situa-se no bairro Itaim Bibi, na capital paulista. Nos termos de Guerra, o projeto em questão apresenta-se como proposta de implantação em quadra aberta. Seu valor urbano consiste em abrir o empreendimento para a cidade, estimula a permeabilidade entre espaços públicos externos e internos, com tentativa de gerar uma nova centralidade de caráter coletivo²⁹.

O bairro onde o complexo está implantado passou por profundas mudanças urbanísticas a partir da década de 1970 com a canalização do córrego do Sapateiro e por verticalização intensa e mudança de usos ao longo dos anos 1990. De acordo com Melendez³⁰, as “residências unifamiliares que, até então, intercalavam-se com o comércio local e algumas indústrias foram cedendo espaço para edifícios residenciais e comerciais” (MELENDEZ, 2003, p. 13).

Desde a década de 1960, o bairro vem sofrendo intenso processo de verticalização e adensamento mas sem planejamento urbanístico ou obras de infraestrutura que beneficiem os moradores desse bairro de uso misto.

Atualmente, a região é muito valorizada no mercado imobiliário, sendo juntamente com o bairro Moema, predominantemente área de moradia. Diferentemente de regiões paulistanas de perfis semelhantes, o Itaim Bibi é carente de espaços públicos e, em

29 GUERRA, Abilio; SILVA, Aline Alcântara. Conversa com Jorge Königsberger. Brascan Century Plaza. **Projetos**, São Paulo, 11.124, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.124/3830>>. Acesso em: 01/06/2011.

30 **Revista Projetodesign**, edição 285, nov. 2003. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/konigsberger-vannucchi-arquitetos-associados-complexo-multiuso-21-11-2003.html>>. Acesso em: 10/05/2012.

consequência do sistema viário em retícula ortogonal rígida, não possui uma centralidade significativa (MELENDEZ, 2003, p. 17).



Figura 63 – Brascan Century Plaza em São Paulo (2012).
Implantação.
Fonte: Google, 2012.

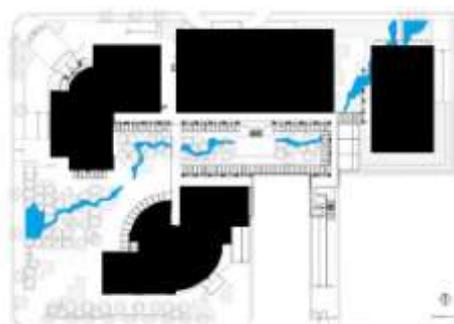


Figura 64 – Brascan Century Plaza em São Paulo (2012). Implantação.
Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.044/2397>>. Acesso em: 10/05/2012

O complexo implantado numa ponta de quadra reúne em um único espaço três edifícios tipo-torre, um hotel, uma torre corporativa e outra de escritórios, além de um edifício mais baixo de cinemas (Figuras 63 e 64). Possui acesso pelas três ruas que compõem o terreno, as Ruas Bandeira Paulista, Joaquim Floriano e a Rua Professor Tamandaré Toledo, sendo predominante no entorno edifícios implantados em lotes tradicionais e com tipologias com alturas variadas.

Diferentemente do Conjunto Nacional, que traz a representação da cidade para dentro do edifício por meio de galerias internas, o Brascan o faz por meio de galeria externa aos edifícios que o compõem e de uma grande praça interna aberta e sem muros. O acesso à praça se dá pelas Ruas Bandeira Paulista, Joaquim Floriano e a Rua Professor Tamandaré Toledo, sendo delimitada pelas lojas localizadas no térreo das torres e pelo edifício baixo onde se localizam os cinemas, interligando todos os elementos do programa. Assim, a praça gerada no projeto, demarcada por fachadas em seu perímetro, reproduz o elemento morfológico existente nas cidades tradicional (Figura 65).



Figura 65 – Brascan Century Plaza em São Paulo. Vista da praça interna.

Fonte: Brascan Century Plaza, projeto de Jorge Königsberger e Gianfranco Vannucchi. **Projetos**, São Paulo, 04.044, ago. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.044/2397>>. Acesso em: 10/05/2012.

A implantação livre das torres no terreno estimula a permeabilidade entre espaços públicos externos e internos, sendo para um dos autores do projeto, o arquiteto Jorge Königsberger, uma solução positiva. Königsberger destaca os benefícios do espaço gerado:

Creio que seu principal benefício [...] tenha sido a demonstração mais recente de como espaços privados abertos, disponibilizados ao uso público, podem contribuir para a qualificação urbanística de seu entorno, rompendo as barreiras de preconceito e segregação ainda e sempre presentes na história social brasileira (GUERRA; SILVA, 2012).

Livre de muros e gradis, a praça interna separa-se da calçada externa por meio de largos e arborizados. Um espelho d'água, juntamente com planos ajardinados, direciona o fluxo de pedestres por dentro desse espaço coletivo, orientando o espaço e delimitando os acessos privados ao interior das torres por meio do centro da quadra. O acesso às torres se dá tanto pela praça quanto por acesso independente pela rua, permitindo uma maior permeabilidade do espaço.

O posicionamento da entrada das garagens subterrâneas evita o cruzamento dos fluxos dos carros com o dos pedestres, estimulando o passeio a pé por entre as torres. Um ponto desagregador é a longa parede cega formada pelos fundos do edifício baixo dos cinemas, pois gera descontinuidade de usos na Rua Professor Tamandaré Toledo (Figura 66).



Figura 66 – Brascan Century Plaza.
Ponto desagregador, longa parede cega do bloco dos cinemas (Rua Professor Tamandaré Toledo).
Fonte: Google, 2012.

Como no Conjunto Nacional, o Brascan também explora a sobreposição de usos – hotel, salas comerciais, comércio, serviços num mesmo local. Todos esses usos são articulados por meio do pavimento térreo, pelo espaço de convívio aberto e sem barreiras, de onde se tem acesso a lojas, restaurantes, cinemas, livrarias, além do acesso às torres. Além dos usos citados, o espaço também é local de passagem, encurtando distância entre as ruas circundantes; local de estar, para descanso e observação, com bancos espalhados pela praça arborizada.

A diversidade de usos propicia a vitalidade do local dia e noite e contribui para a sensação de segurança no local. De dia, a vitalidade pulsa em virtude do funcionamento em horário comercial dos escritórios e lojas instalados no local e à noite, em detrimento do funcionamento dos cinemas, bares e restaurantes (Figura 67).



Figura 67 – Praça interna aos edifícios que dá acesso a comércio e serviços diversos.
 Fonte: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/04.044/2397>>. Acesso em: 05/06/2012.

Considerando que o bairro é pobre de espaços públicos, a forma de implantação do projeto, a diversidade de usos, a facilidade de agrupar pessoas, integrar atividades e atrair público faz do local um ponto de centralidade no bairro. No entanto, uma questão se antepõe: centralidade de quem e para quem?

4.2.5 Edifício Antares

Arquiteto: Cesar Tanure Romano.

Ano: 1971

Local: Rua Sete de Setembro e Rua Graciano Neves. Vitória- ES.



(a)



(b)

Figura 68 – Edifício Antares em Vitória-ES (2012).

(a) Acesso pela Rua Graciano Neves.

(b) Acesso pela Rua Sete de Setembro.

Fonte: Arquivo pessoal.

A importância dessa modesta obra no âmbito da pesquisa advém do contexto histórico de sua época de construção e do modo diferenciado de sua articulação com o espaço público na cidade de Vitória (ES). O desenho de rua interna destinada a pedestres, interrompendo a extensão da quadra e interligando duas importantes vias do centro de Vitória, gera uma qualificação distinta do entorno (Figura 68).

O edifício está situado no centro histórico da capital capixaba, em meio de quadra, abrindo a mesma, de forma a ser acessado pela Rua Sete de Setembro, no trecho de rua destinado a pedestres, e pela Rua Graciano Neves. No seu entorno, encontram-se construções de alturas variadas, implantadas na sua maioria sem afastamento frontal ou lateral e com predominância de térreos comerciais interligados à habitação ou serviço nos pavimentos superiores.



Figura 69 – Edifício Antares em Vitória.
Implantação.
Fonte: Google, 2012.

O edifício se insere em rua caracterizada por forte dinâmica comercial e diversidade de usos e atividades, a Rua sete de Setembro (Figura 70). A rua inicia em parte plana da cidade, Praça Costa Pereira, e se estende subindo o maciço central. Apresenta-se em duas porções distintas, na parte mais plana se configura como rua de pedestres, sendo cortada pela Rua Professor Baltazar, e continua com essa característica até a Praça Ubaldo Ramalhete. A partir desse ponto, muda de configuração, permitindo o trânsito de veículos até o Maciço central. A rua sete possui grande valor histórico para o centro da cidade, transformando-se a partir da década de 1960 em importante artéria comercial, o que atraiu o mercado imobiliário, viabilizando a partir daí construção de diversos edifícios na região.



Figura 70 – Rua Sete de Setembro em Vitória-ES.

Rua de pedestre com grande fluxo de pedestres no horário comercial.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (acervo SEDEC) e Universidade Federal do Espírito Santo (acervo NAU), 2009.

A construção do Edifício Antares destacou-se na ocasião de sua inauguração em função do conceito diferenciado do edifício, constituído por galeria comercial interna nos dois primeiros pavimentos e apartamentos nos 12 andares superiores. A galeria comercial funciona como alternativa para interligar as duas vias que lhe dão acesso, promovendo espaço com pé direito duplo, com lojas no pavimento térreo e no mezanino superior interligadas por tecnologia inédita na cidade, a escada rolante. O edifício implantado em posição privilegiada junto à rua de pedestre torna-se, na época de sua inauguração, local de status para quem morava no edifício ou frequentava a galeria Shopping Sete, localizada no seu térreo³¹.

As duas ruas de acesso ao edifício são vias de grande fluxo de pessoas no horário comercial. A Rua Graciano Neves apresenta caixa de rua e calçadas estreitas, com mão única para veículos, e a Rua Sete de Setembro, restrita a pedestres, configura-se com comércio e bares voltados para o calçadão, cuja transformação a partir da década de 1960 confirma o papel ativo de sua inserção na área central.

O edifício configura tipologia compacta, implantado sem afastamento lateral e sem afastamento frontal na testada para a Rua Sete de Setembro, já na testada da Rua Graciano Neves, possui um pequeno afastamento frontal, apenas na entrada principal, onde se tem acesso à galeria e ao hall de acesso aos apartamentos. Acima da galeria, possui 12 andares de apartamentos. Tem-se, portanto, o edifício

31 Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/secom.php?pagina=noticias&idNoticia=7979>>. Acesso em: 12/07/2012.

visualmente dividido entre a parte da galeria com grande vão aberto e a parte dos apartamentos configurados com grandes esquadrias contínuas.

A característica principal do edifício é a penetrabilidade e a permeabilidade visual (Figuras 71 e 72). Esse tipo de tipologia, como argumenta Hertzberger (1999), torna o espaço interior mais acessível e o tecido das ruas mais unido.

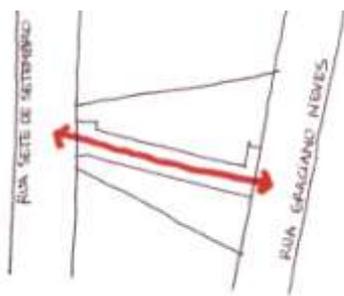


Figura 71 – Implantação do Edifício Antares. Permeabilidade visual e acesso sem barreiras.

Figura 72 – Edifício Antares. Permeabilidade visual pelas duas ruas de acesso. Fonte: Arquivo pessoal.

Existe um desnível entre a Rua Sete de Setembro e Graciano Neves, o que provocou que o acesso pela primeira seja feito por escada com cinco degraus e na segunda apenas por um (Figura 73). O acesso é estimulado pela largura expressiva da entrada principal (6,00 m na Rua Graciano Neves e 9,00 m na Rua Sete de Setembro), pelo comércio existente na galeria e pela visibilidade fácil da rua oposta, estimulando o encurtar distâncias de forma segura em relação ao trânsito de carros e protegido de sol e chuva.



Figura 73 – Galeria do Ed. Antares em Vitória. Acesso direto para a rua de pedestre (Rua Sete de Setembro).

Fonte: Arquivo pessoal.



Figura 74 – Galeria do Ed. Antares em Vitória. Toda lateral esquerda da galeria, sem aberturas para uso, ocupado por agência bancária.

Fonte: Arquivo pessoal.

Na parte externa do andar térreo, na Rua Graciano Neves, encontram-se o acesso ao estacionamento em subsolo, um restaurante e a agência bancária que se estende por todo o lado direito da galeria, com entrada apenas pela Rua Graciano Neves. A extensa fachada interna da agência bancária e a ausência de aberturas para o interior da galeria geram, como sugere Gehl (2011), uma dispersão efetiva dos acontecimentos e menos vitalidade no local (Figura 74).



Figura 75 – Galeria interna. Pavimento Térreo.

Fonte: Arquivo pessoal.

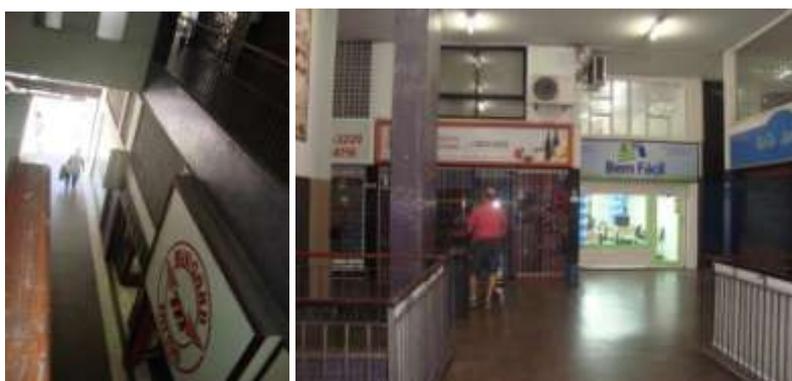


Figura 76 – Galeria interna. Pavimento Superior.

Fonte: Arquivo pessoal.

Na parte interna, encontram-se pequenos comércios variados no primeiro pavimento e segundo pavimento (Figuras 75 e 76). Neste pavimento, a maior parte das lojas encontra-se fechada e a escada rolante que interliga os dois pavimentos já não funciona mais. Como na maioria dessas tipologias, os pavimentos superiores,

apesar da falta de barreiras explícitas, não estimulam o acesso quando não são passagem para outros pontos de interesses ou não possuem um grande atrativo instalado no local.

Vale a pena ressaltar que, a partir da década de 1970, o Centro de Vitória começa a esvaziar-se, com deslocamento do contingente (comercial e populacional) para a região norte da cidade, passando por processo de abandono e deteriorização³². Diferente da época de sua inauguração, no auge da importância comercial e vitalidade da Rua Sete de Setembro, hoje essa rua, apesar de ser somente de pedestre, passa por processo de reversão do centro da cidade. Como ressaltou Netto (2009), a penetrabilidade oferecida pela galeria não é garantia de vitalidade no local onde está inserida, principalmente quando não associada à densidade populacional e diversidade de usos das arquiteturas ao seu redor.

Os projetos apresentados representam no universo das discussões o entendimento da construção da cidade, articulado ao conceito de urbanidade, podendo sugerir melhoria no convívio entre a arquitetura e o urbano. Talvez o projeto de arquitetura, em distintas escalas, possa gerar transformações no seu entorno, desde que associado a políticas urbanas de antissegregação socioeconômica da cidade. A questão de fundo da problemática tratada reside na dimensão social que subjaz a dimensão formal da arquitetura.

32 Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/arquivos/20101119_proj_visitar_centro_hist.pdf>. Acesso em: 12/07/2012.

5 A CIDADE DE VITÓRIA E O SETOR DE CAMBURI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

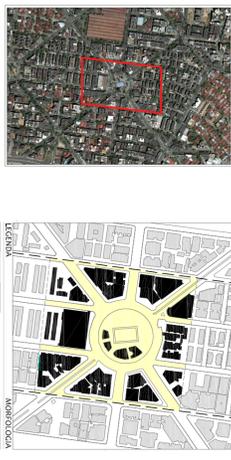
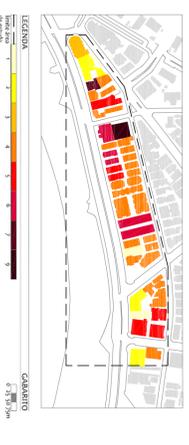
Para fins de considerações finais da dissertação, busca-se identificar os conceitos relacionados nos capítulos anteriores por meio do procedimento de leitura crítica da cidade real. Trata-se de identificar e estudar algumas experiências concretas mediante exercício de empirização do conteúdo que articula a relação entre arquitetura/rua/entorno construído. Essa leitura foi realizada em trechos específicos caracterizados como microáreas do setor urbano de Camburi, na cidade de Vitória-ES.

De antemão, cabe alertar que o exercício da leitura não é uma aplicação direta dos parâmetros das abordagens sobre os edifícios citados no capítulo 4.2. A leitura se fará, neste momento, menos no edifício e mais nas características do conjunto urbano, incluindo dimensões da morfologia, tipologia, usos e aspectos diversos que constituem parte dos fatores de vitalidade do espaço entre edifício/rua e entorno construído, denominados ambientes de transição. Contudo, busca-se identificar elos com os parâmetros mencionados no capítulo anterior na tentativa de reconhecer qualidade (ou não) das microáreas selecionadas para leitura crítica. A exposição no formato de quadros permite agrupamento temático, com visualização das variáveis de análise que compõem leitura de cada microárea. Isso permite uma apresentação de forma sintética e uma comparação entre os exemplos selecionados.

Serão expostos a seguir três quadros³³, a saber: (1) “5.1 Evolução da ocupação urbana³⁴”; (2) “5.2 Microáreas urbanas: Bairro Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi”; (3) “5.3 Aspectos agregadores das microáreas selecionadas”

33 As imagens dos quadros 2 e 3 cujas fontes não foram informadas são do arquivo pessoal da autora.

34 Este quadro síntese foi extraído da dissertação de mestrado (Trans)formação planejada de territórios urbanos em Vitória (ES): O bairro Camburi, de Eneida M. Souza Mendonça (FAU- USP, 1995) a exceção das considerações da década de 2000 até os dias atuais.

MICRO AREAS	CARACTERIZACAO GERAL	MORFOLOGIA	TIPOLOGIA/GABARITO	USOS
<p>1 Praça Regina F. Furno Jardim da Penha</p> 	 <ul style="list-style-type: none"> • Adornamento urbano de grande compatibilidade, com intenso número de pedestres, com atividades diversas e grande permeabilidade, resultante da Paisagem uniforme com edifícios com altura média, de padrão homogêneo, sem destaque de arquitetura relevante. • Área constituída por dez ruas convergentes para avenida circundante a uma praça central - Praça Regina Figueri Furno. • Serviços e espaços públicos abertos, classes média, pequenos comércios, comércio e serviços. No período noturno, o movimento se concentra na grande circulação de pessoas no comércio, em função do comércio existente na praça polivalente - e comércios temporários, como a tradicional feirinha de alimentação. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Morfologia constituída por ruas e avenidas de traçado regular, quadras irregulares e lotes de diversas tamanhos e formas com ocupação quase total das quadras, com exceção de duas praças, uma central, Praça Regina Figueri, onde convergem dez ruas e a Praça (sem nome), próxima aos Correios e situada numa ponta de quadra. • O traçado radial inspirado das ruas gera conexões e articulações em várias direções do bairro. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Na avenida circundante à praça, predominam edifícios com tipologias compactas, caracterizadas por maior continuidade da forma construída e com fachadas, na sua maioria, sem recuos laterais e frontais. Os gabaritos dos edifícios variam de dois a quatro pavimentos, sendo os pavimentos térreos constituídos por espaços comerciais, como lojas, farmácias, lanchonetes, abertos diretamente para o passeio público, e ruas avenidas e ruas que convergem para a praça, predominam os apartamentos de dois e três quartos com garagem no pavimento térreo. Outra tipologia encontrada são os edifícios tipo-gabarito, constituídos por terrenos parceláveis, integrando ruas por meio de gabaritos comerciais. A única edificação de maior porte é um supermercado ocupando toda a parte frontal voltada para o praça. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Diversidade de uso, com predomínio de comércio no pavimento térreo e habitação e serviços nos pavimentos superiores. • Possui serviços e comércio de maior porte como agência bancária e supermercado, entre tanto, predominam A praça Regina Figueri possui equipamentos de lazer como quadra poliesportiva, pequena área com brinquedos infantis, arborização e bancos de praça. • A praça (sem nome oficial) existente em ponta de quadra possui bancos de praça e arborização. • Na Praça Regina Figueri acontece, no período noturno, feira de alimentação onde são instaladas bancas de alimentos. • Na Rua Comissário Octávio de Queiroz acontecem, todos os sábados pela manhã, a feira livre, com movimento intenso de moradores locais e de bairros adjacentes. Na praça (sem nome oficial) também acontece nas manhãs das quintas-feiras pequena feira livre. • Em algumas esquinas encontram-se comércios ambulantes e equipamentos urbanos como bancas de revistas.
<p>2 Avenida Dante Michelini Jardim da Penha</p> 	<p>MICRO AREAS</p> <p>CARACTERIZACAO GERAL</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Adornamento urbano com comandade média, pela redução de número de unidades com atividades diversas e residências no local, e permeabilidade média em função da horizontal pontual entre os universos públicos e privados. • Área constituída pela via metropolitana, Avenida Dante Michelini, e vias transversais. • Edifícios com usos diversificados como hotéis, sede bancária, pequenos comércios, edifícios residenciais e amplo espaço público aberto - praça de Camburi, composta por edifícios abertos na sua maioria com quatro pavimentos, que devido à extensão alongada da avenida e do calçadão da orla geram imagem e sensação de local amplo. • Área com grande circulação de pessoas, no início da manhã e final da tarde, no calçadão da orla e em sua transversal à avenida principal, Rua Ludwik Maciel, no horário comercial, devido ao comércio e serviços diversificados. 	<p>MORFOLOGIA</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Traçado urbano composto pela avenida principal em mão dupla, com calçadão de pedestres e ciclovia no pavimento térreo, transversais com calçadas de rua mais estreitas que a avenida, todas com traçado regular, ruas não ortogonais. As quadras e os lotes são irregulares, com linhas de divórcio sinuosas e tortuosas. 	<p>TIPOLOGIA/GABARITO</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Na Avenida Dante Michelini, encontram-se edifícios com tipologias de usos diversos, alturas variando entre dois e seis pavimentos, ocupando com maior continuidade frontal a total de suas fachadas, com exceção de alguns edifícios residenciais, em sua maioria, são constituídos por pavimento térreo com garagem e três pavimentos de apartamentos; os edifícios térreos possuem comércio no pavimento térreo e três pavimentos residenciais nos pavimentos superiores. • Destacase, nesta microárea, dois edifícios constituídos em terrenos distintos, integrados por galeria aberta, central aos dois lados, inseridos no eixo das ruas que dão acesso. A galeria térrea possui comércio no pavimento térreo e três pavimentos residenciais nos pavimentos superiores, com estacionamento que imediatamente o externo quando onde estão inseridos, diminuindo distância entre a Avenida Dante Michelini e a Rua Ludwik Maciel. • Transversais à Avenida Dante Michelini e à praça, Rua Ludwik Maciel, predominam tipologia de prédios mais três pavimentos, na sua maioria residencial. Além dos usos citados, existe o espaço público da praça de Camburi com calçadão, quiosques com bar, espaço ao ar livre e pequenas academias populares ao ar livre. 	<p>USOS</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Predomínio de edifícios habitacionais com garagem no pavimento térreo. • Encontramos no local instituições bancárias, hotéis com comércio no pavimento térreo e habitação nos pavimentos superiores. • Além dos usos citados, existe o espaço público da praça de Camburi com calçadão, quiosques com bar ao ar livre e pequenas academias populares ao ar livre. 

MICRO AREAS	CARACTERÍSTICAS GERAIS	MORFOLOGIA	TIPOLOGIA/QUARTO	USOS
<p>3 Avenida Dante Michelini Mata da Praia</p> 	 <ul style="list-style-type: none"> • Aglomerado urbano com baixa permeabilidade devido à relação reduzida entre números de unidades residenciais e outras atividades, como comércio e de serviços. Possui baixa permeabilidade pela redução inerente entre os unidades públicas e privadas. • A área tem como núcleo principal a Praça Sagrada Família, onde edifícios de diversos usos compõem o paisagem no entorno. O edifício de maior porte é o edifício Sagrada Família, com 16 andares, alinhados a com ruas frontais e laterais. Do lado oposto, intercalado por via metropolitana, Avenida Dante Michelini, situa-se edifício e diclova da praça de Camburi. As ruas transversais à Avenida Dante Michelini configuram ruas locais. • Os edifícios são caracterizados por serem altos, com edifícios altos na quadra da praia e residências de dois pavimentos nas quadras internas. Outros usos, como pequenos comércios locais, aparecem apenas em algumas esquinas das quadras internas. O grande espaço público aberto é a Grande circulação de pessoas no início e final da tarde apenas no calçadão da Praia de Camburi. Nas calçadas dos edifícios, a circulação de pedestres é reduzida. 	 <p>Tratado urbano composto pela Avenida Dante Michelini, via de mão dupla, com calçada para pedestres e faixas de estacionamento para veículos. A área é caracterizada por edifícios de múltiplos níveis e estíbelas que a da Avenida Dante Michelini. As quadras de frente para a rua possuem traçado regular, sendo duas constituídas por condomínio de edifícios configurados por edifícios de dois pavimentos e com dimensões reduzidas em relação às super quadras.</p> 	 <ul style="list-style-type: none"> • Os edifícios multifamiliares que compõem as super quadras são pavimentos tipo, em média, interligados com estacionamento frontal e lateral que isolam a torre do alinhamento do lote, afastando-as da avenida que lhes dá acesso. Nas quadras internas ao talão, as tipologias encontradas são as de residências unifamiliares, colas e edifícios baixos (em um ou dois pavimentos) de uso comercial ou serviço apenas nas esquinas das quadras internas. 	 <ul style="list-style-type: none"> • Predomina a monofuncionalidade, com edifícios habitacionais configurados com ganhangem no pavimento térreo. • Além do uso comum, existe o espaço público da praça de Camburi construído estrutura de apoio aos banhistas com quiosque e deca para mesas. 
<p>4 Praça Mário E. da Silva Jardim Camburi</p> 	 <ul style="list-style-type: none"> • Aglomerado urbano de grande compactação, com grande número de unidades com atividades residenciais e médias permeabilidade, resultante da interação entre os ambientes pública e privada. • A área tem como núcleo principal a Praça Sagrada Família, onde edifícios de diversos usos compõem o paisagem no entorno. O edifício de maior porte é o edifício Sagrada Família, com 16 andares, alinhados a com ruas frontais e laterais. Do lado oposto, intercalado por via metropolitana, Avenida Dante Michelini, situa-se edifício e diclova da praça de Camburi. As ruas transversais à Avenida Dante Michelini configuram ruas locais. • Os edifícios são caracterizados por serem altos, com edifícios altos na quadra da praia e residências de dois pavimentos nas quadras internas. Outros usos, como pequenos comércios locais, aparecem apenas em algumas esquinas das quadras internas. O grande espaço público aberto é a Grande circulação de pessoas no início e final da tarde apenas no calçadão da Praia de Camburi. Nas calçadas dos edifícios, a circulação de pedestres é reduzida. 	 <p>Bairro planejado, com ruas, avenidas, quadras e lotes em formato regular. Algumas quadras são ocupadas totalmente com condomínios de edifícios, ora num bloco único, ora em diversos blocos. As unidades quadras de formato regular são intercaladas em áreas abertas, onde se encontram edifícios de diversos usos. Nas quadras abertas encontram-se pequenos vazios públicos e áreas verdes.</p> 	 <p>Predomina ao redor da praça as tipologias compacta, caracterizadas por maior continuidade da forma construída e com fachadas na sua malha com abas de rebus laterais. Em muitas edificações o estacionamento frontal é utilizado para o estacionamento de veículos. Nas quadras complementares de mesas na frente de bares e restaurantes. Os gabaritos dos edifícios variam de um a seis pavimentos.</p> 	 <ul style="list-style-type: none"> • Local com grande diversidade de usos: pequenos comércios e serviços, edifícios multifamiliares, posto policial, espaços públicos abertos com área de lazer e esportes, até edifícios com maior concentração de pessoas, como escola e igreja. Além desses, existem os usos empurados no período noturno, de quadras a quadras, como bares e restaurantes, que se caracterizam a partir de atividades e atividades na Praça Sagrada Família. 

Microáreas

ASPECTOS AGREGADORES ENTRE EDIFÍCIO/ RUA / ENTORNO CONSTRUÍDO

<p>1 Praga Regina F.Furno Jardim da Penha</p>	<ul style="list-style-type: none"> As calçadas são na sua maioria largas com calçamento em bom estado, com vegetação e marquises cortadas nas fachadas externas das lojas, propiciando boas condições para andar a pé, possibilitando maior contato entre as pessoas e maior vitalidade do lugar. As fachadas curtas, com várias entradas voltadas para as calçadas e pequenas distâncias a percorrer entre os pontos de interesse, propiciam maior agrupamento. O fluxo de pedestres é intercalado por faixas de pedestres entre as ruas e, apesar do fluxo intenso de veículos, eles não desenvolvem grande velocidade no local em função da forma circular com grande número de convergências para a avenida circundante à praça. O predomínio de edificações com limite flexível entre o público e o privado, sem barreiras externas como grades ou muros, estimula a conexão entre ambos, favorecendo o acesso das pessoas, o ver e ser visto. Na maioria das edificações, o atrasamento frontal interliga com a calçada, propiciando espaços mais largos para a circulação de pessoas. A grande quantidade de edifícios galerias contribui para diminuir distâncias entre as ruas e se utilizam do comércio como atrativo para estimular a transição. A multifuncionalidade do local, onde edifícios com comércio no pavimento térreo integrados aos usos complementares nos pavimentos superiores, como escritórios e residências, as feiras livre e de alimentação, as bancas de revistas e ambulantes existentes em algumas esquinas, propiciam diversidade de usos e consequentemente mais circulação de pessoas em vários horários do dia. As praças funcionam como área de estar, com bancos, árvores e espaços de lazer, e permitem pequenas permanências ou simplesmente contemplação da movimentação do entorno. 	
<p>2 Avenida Dante Micheline Jardim da Penha</p>	<ul style="list-style-type: none"> As calçadas dos edifícios da orla são largas e estão em bom estado físico, mas com baixa atratividade para circulação das mesmas na maior parte do percurso. A atratividade é maior apenas onde concentra os espaços comerciais, como no caso da transversal à avenida da orla, Rua Eugênio Ramos, cujos pavimentos térreos dos edifícios são constituídos de pequenos comércios como barzinhos, restaurantes, lojas femininas e farmácias, onde a atratividade é maior. Nessa rua, as fachadas curtas, sem barreiras como muros e grades, possibilitam várias entradas e pequenas distâncias a percorrer entre os pontos de interesse, propiciando maior agrupamento de pessoas. A integração do afastamento frontal com o passeio público, tomando-o mais largo e protegido por marquise contínua, estimula a atração das pessoas para circularem no local. Na Eugênio Ramos, alguns barzinhos ocupam o afastamento frontal e o passeio público com mesas de bar, gerando movimento de dia e de noite e aumentando a possibilidade de ver e ser visto. A diversidade de usos e a falta de barreiras contribuem, portanto, para maior circulação de pessoas e melhor vitalidade do local. Em outros trechos, a falta de diversidade, fachadas mais largas com usos comerciais mais restritos como agências bancárias, aumentam as distâncias a percorrer e desestimulam o caminhar, incentivando o uso de veículos. Geram, portanto, áreas mais desertas de pedestres e maior sensação de insegurança, principalmente fora do horário comercial. A estrutura da orla, com usos diversos como calçada, ciclovia, academia popular, pergolado para descanso, quiosques com bar e banheiros coletivos, contribuem para a vitalidade do local, entretanto, há falta de integração da estrutura da praia, que é um ponto turístico da cidade, com os usos existentes nas edificações de frente para a mesma. São poucos os pontos comerciais que estimulam o turismo e a vitalidade do lugar, como os bares e restaurantes e muitos pontos com agências bancárias, por exemplo, gerando principalmente no período noturno vazios no todo do local. 	
<p>3 Avenida Dante Micheline Mata da Praia</p>	<ul style="list-style-type: none"> As calçadas dos edifícios da orla são largas e encontram-se em bom estado físico, entretanto, devido a pouca atratividade de usos nos edifícios, são pouco utilizadas por pedestres. A monofuncionalidade e as longas fachadas geram longas distâncias a percorrer entre os pontos de interesse: as barreiras de grades entre o público e o privado dificultam ver e ser visto. Todos esses aspectos tomam o local pouco atrativo para circulação de pessoas, desfavorecendo o agrupar das mesmas e aumentando a sensação de insegurança no local. A estrutura da orla, com usos diversos como calçada, ciclovia, academia popular, pergolado para descanso e quiosques com bar e banheiros coletivos, contribuem para a vitalidade do local, apesar de se situarem distantes dos edifícios. 	
<p>4 Praça Mário E. da Silva Jardim Camburi</p>	<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de usos é o principal aspecto agregador desta microárea. A multifuncionalidade do local, com comércio, habitação e serviços contribui para maior circulação de pessoas em diversos horários do dia e da noite. As fachadas curtas, com pequenas distâncias a percorrer entre os pontos de interesse, propiciam maior agrupamento. Em grande parte das edificações da área de estudo, o limite é flexível entre o público e o privado, não existindo barreiras externas como grades ou muros. Dessa forma, estimula a conexão entre ambos, favorecendo o acesso das pessoas e a possibilidade de ver e ser visto. As praças existentes funcionam como área de estar, com bancos e árvores e espaços de lazer, permitindo pequenas permanências ou simplesmente observar a movimentação do entorno, além de diminuir distâncias entre as quadras por meio de caminho mais agradáveis. As calçadas com trechos bastante danificados, ainda se adaptando ao padrão da calçada cidadã existente na cidade. 	

• Todas as imagens são de arquivo pessoal da autora.

Este trabalho buscou elencar questões sobre a dimensão urbana da arquitetura, visando a subsidiar análise dos edifícios com potencial de integrar espacialmente as esferas públicas e privadas no contexto da cidade contemporânea brasileira. Em consonância com estudos recentes, argumentou-se que, apesar da arquitetura por si só não determinar a qualidade do espaço, pois são muitas e complexas as variáveis envolvidas, a configuração dos edifícios associados à morfologia das cidades pode afetar nossos modos de convívio social e os processos de segregação da cidade atual (HOLANDA, 2010; HERTZBERGER, 1999; NETTO, 2006). Entretanto, o determinismo arquitetônico ou a relação absoluta de causa-efeito, ou causalidade entre forma arquitetônica e seu resultado funcional ou social, não pode ser totalmente determinado como acreditavam os modernistas clássicos (NETTO, 2011).

A fim de identificar e caracterizar as relações espaciais entre edifício e seu entorno na cidade contemporânea, mais especificamente a espacialidade em que ocorre a fronteira entre ambos, buscou-se reconhecer o papel de cada componente desta relação. O primeiro componente avaliado foi a morfologia das cidades, revisando a evolução da mesma a partir dos dois modelos dominantes no debate acerca das cidades, o modelo tradicional e o moderno. Constatou-se que na cidade tradicional a linha de encontro entre os interesses públicos e os privados situa-se no limite entre os edifícios e os espaços comuns necessários ao funcionamento da cidade tradicional, podendo concluir que nesse período o espaço de transição entre o edifício e a rua era bem delimitado. Ao contrário da cidade tradicional, os edifícios na cidade moderna têm sua implantação descondicionada do lote, implantados de modo descontínuo do lote, desalinhados entre si e com a trama viária. Observa-se evidente ruptura morfológica e de uso na interligação do edifício e seu entorno, com o comércio retirado do solo e situado no centro da edificação, transformando os pavimentos térreos dos edifícios em espaços livres, sem atividades definidas previamente, voltadas para o uso coletivo, portanto, de domínio público.

Desses dois modelos tão distintos e de diversas críticas à eficiência do segundo modelo surgem visões contrárias ao proposto pelo movimento moderno, onde se defende que a vida urbana existe onde há mistura e superposição de funções, como habitar, recrear, trabalhar e circular (JACOBS, 2000). É retomado o valor dos espaços públicos como fator importante para o desenvolvimento da qualidade da vida urbana (GEHL, 2002). Diante do exposto, três alternativas foram destacadas

como procedimentos capazes de intermediar dois modelos tão distintos como os da cidade tradicional e moderna, utilizadas no intuito de devolver a habitabilidade da cidade moderna, influenciando nos espaços de transição de edifício/rua e edifício/entorno construído.

A primeira alternativa se refere à possibilidade de implantação do edifício moderno em contexto da cidade tradicional. O edifício do MES-RJ exemplifica tal situação ao criar novas relações locais por meio dos ambientes externos livres dispostos no seu nível térreo e oferecer o máximo de acesso e permeabilidade no mesmo, diminuindo a fronteira entre o público e o privado.

A segunda alternativa relatada se refere à quadra aberta (PORTZAMPARC, 1992), que ao fragmentar o quarteirão e dispor os edifícios autônomos de forma livre no interior da mesma torna a área permeável sem precisar romper com o tecido urbano preexistente, redefinindo a quadra. Em São Paulo, alguns exemplos de edifícios implantados em quadra aberta são citados como edifícios implantados nesse modelo, sendo analisados dois deles, o Centro Comercial Bom Retiro-SP e o Cetenco Plaza-SP. Em ambas as propostas, a qualidade da solução pode ser destacada pelo contraste na forma de implantação dos edifícios do entorno.

A terceira alternativa citada não se refere à morfologia propriamente dita, e sim aos usos mistos no pavimento térreo, com circulações integradas às infraestruturas e malha urbana que, relacionando-se com o entorno e com a construção em altura, definem os edifícios geradores de centralidade urbana (MAHFUZ, 2011). Cita-se o edifício Rockefeller Center (1931), em Nova York, como precursor dessa solução. Como exemplo brasileiro, destacou-se o edifício Brascan Century Plaza-SP e o Conjunto Nacional-SP, cuja multifuncionalidade, aliada a galerias cobertas, também cumpriu o mesmo papel.

Diante dos três caminhos citados como alternativos à cidade moderna, pode-se concluir que a morfologia atual é uma sobreposição de tecidos urbanos em diversos níveis, que, aliados à forma de implantar o edifício e aos usos inseridos nos mesmos, melhoram (ou não) a qualidade de vida das cidades contemporâneas, que neste trabalho foi analisada por meio dos pavimentos térreos dos edifícios.

Na busca de parâmetros que pudessem ajudar na leitura e comparação dos espaços de transição edifício/rua/entorno construído, foi necessário entender ou definir qual tipologia mais se adequaria a essa função. Constatou-se que o termo tipologia é uma expressão ambígua, servindo a várias interpretações, a depender de quem a utiliza.

Verificou-se na literatura examinada que o conceito inicial de tipo surgiu no século XIX por meio de Quatremère de Quincy, que determinava que o tipo é precedente para o projeto, sendo esse conceito alterado no decorrer da história da arquitetura e ampliado na leitura de autores contemporâneos, como Bill Hillier e Hanson Julienne (NETTO, 2006; HOLANDA, 2011), que consideram que o tipo não deve ser determinado apenas pela relação do edifício e a morfologia de onde está inserido, mas também relacioná-los aos indivíduos antes mesmo de serem objeto edificado.

Essas considerações sobre o conceito de tipo sinalizaram que o conceito que mais se adapta ao objeto estudado não deve ser dogmático, nem prescrever um tipo ideal. Adotou-se pesquisar tipologias com dimensão urbana, com propriedade de modificar o espaço urbano ao seu redor, ampliar suas possibilidades de uso e promover acontecimentos espontâneos de maior integração do edifício com o local onde está inserido. O papel ativo do edifício (individual ou em grupo) no seu entorno foi analisado por meio de questões relativas à implantação do edifício no lote ou quadra, à integração com o entorno existente (tecido urbano e arquitetura), bem como à articulação do programa e acesso/circulação. Outros parâmetros foram discutidos como estratégias espaciais influentes na configuração de espaços integradores.

Como estratégia inicial de análise das tipologias que criam ambientes integradores, destacou-se a importância de sempre relacionar o espaço do edifício ao espaço da rua, na busca da qualidade dos espaços de transição entre edifício/rua/entorno construído (HERTZBERGER, 1999; GEHL, 2009; NETTO, 2006; HOLANDA, 2011). Logo, os parâmetros e estratégias não são relevantes se analisados sozinhos, fora do contexto de onde esses edifícios estão inseridos.

Diante dos parâmetros e estratégias destacados pelos autores pesquisados, identificaram-se situações em que a relação edifício/rua/entorno construído contribui na qualificação do espaço urbano onde o mesmo está inserido, como também

situações onde o conjunto de edifícios, relacionados à morfologia, tipologia e usos interfere na qualidade e vitalidade do ambiente onde os mesmos se inserem.

Nos exemplos selecionados, observou-se, quanto ao parâmetro de morfologia e implantação, que os edifícios pesquisados estão na sua maioria no alinhamento do terreno ou com pouco afastamento frontal e pouco afastamento lateral, o que contribui, como avaliou Gehl e Netto, em pequenas distâncias a percorrer entre os prédios. No exemplo do MASP e do MES, pudemos perceber que a linha que determina o limite do lote praticamente desaparece. A delimitação entre o público e o privado se dá sem marcação explícita entre ambos gerando, como diz Hertzberg, uma relação de reciprocidade, de ambientes complementares entre edifício/rua/entorno construído. No conjunto Nacional, não existe recuo e a tipologia base-torre possui por meio do embasamento a relação de edifício com a rua. Apesar da demarcação rígida entre público e privado na maior parte do seu perímetro e a grande extensão das suas fachadas, possui os incentivos descritos por Gehl de agrupar pessoas e atividades, em função da quantidade de aberturas referentes a comércios localizados no térreo, diretamente para calçada sombreada por meio de marquises, intensificando o agrupar de acontecimentos.

Em situação de implantação de quadra aberta, os limites também não são explícitos e o espaço entre os edifícios ora funcionam como passagem e locais de descanso, como no exemplo do Edifício Cetenco Plaza, ora ampliam essas funções assemelhando-se à rua tradicional, limitada por térreos com usos comerciais, como no caso do Brascan Cenury Plaza e do Centro Comercial Bom Retiro. Portanto, edifícios com ambientes de transição integradores podem ser projetados independentemente do tipo de lote, tradicional ou em quadra aberta. Destaca-se que os exemplos citados em quadra aberta estão inseridos em princípio oposto (morfologia tradicional), promovendo, como afirma Hertzberg (1999), a surpresa do contraste, evitando que se caracterize imagem padrão da cidade moderna.

Constatou-se a relevância dos parâmetros referentes a acesso e circulação para a qualidade dos ambientes de transição, destacando soluções de permeabilidade visual e possibilidade de acesso sem barreiras no MES-RJ, cujas circulações sombreadas se estendem das calçadas para o interior da praça interna; a permeabilidade por meio da galeria comercial interna, com largura generosa, no

Conjunto Nacional-SP e no Edifício Antares-ES, nos quais a diminuição das distâncias entre as ruas adjacentes e a visualização do que acontece do outro lado incentiva, como afirma Gehl (2009), atração de pessoas e atividades para os ambientes de transição, curiosidade e possibilidade de troca de experiência e contato entre as pessoas.

Observou-se o valor do parâmetro referente a usos no pavimento térreo para a vitalidade dos ambientes de transição entre edifício/rua /entorno construído. Os usos culturais ou comerciais no pavimento térreo dos edifícios propiciam ambientes de transição mais receptivos ao público. A função cultural pressupõe a visitação pública e a vitalidade dos edifícios nos quais se aloja, como se observou no MASP-SP. Nesse exemplo, os espaços de espera e encontro de usuários e os usos temporários como manifestações públicas diversas ampliam o programa principal, que é o de museu, e reforçam o caráter coletivo de suas atividades. Em relação à função comercial, destaca-se o Conjunto Nacional-SP, cujas lojas na fachada externa e na galeria interna propiciam circulação de pessoas e vitalidade nos seus ambientes de transição. Vale ressaltar, como afirma Netto (2009), que tal parâmetro não é garantia de qualidade e vitalidade do espaço quando não relacionado a centralidades urbanas, inserido em bairros com certa densidade habitacional ou ruas de boa acessibilidade, como é o caso do Conjunto Nacional. No Edifício Brascan Tower, a diversidade de usos também propicia vitalidade no local em diversos horários do dia e da noite, transformando-o em centralidade urbana.

Além dos parâmetros e estratégias projetuais, destacou-se o valor de análise do local onde o edifício se insere. A morfologia, a tipologia, a diversidade e multiplicidade de públicos, usos e funções no entorno, bem como a densidade de habitantes são apontados como fatores que podem influenciar na qualidade e vitalidade dos ambientes de transição entre edifício/rua/entorno construído. Tais questões foram analisadas por meio de microáreas selecionadas no setor de Camburi. Percebem-se características diferenciadas de morfologias, tipologias e usos no setor Camburi de forma a dividi-lo, para efeito de análise, em quatro microáreas. Além de pesquisar tais parâmetros, buscou-se identificar possíveis aspectos agregadores nos espaços em questão.

Das microáreas pesquisadas, constatou-se que a microárea um (Praça Regina Frigeri Furno) possui ambiente com maior vitalidade e maior circulação de pessoas em diversos horários do dia e da noite. A morfologia configurada por ruas com traçado radial a uma praça central interliga ruas e alia tipologias compactas, com fachadas curtas e grande quantidade de aberturas no pavimento térreo voltadas para o exterior. Essa configuração diminui distâncias entre os pontos de interesse e estimula o caminhar de pedestres. Aliada a essas características, soma-se a diversidade de uso, com comércios nos pavimentos térreos e serviço ou habitação nos pavimentos superiores, propiciando vitalidade no local. No período noturno, o transitar dos habitantes que moram na região, que além de usufruírem do lazer oferecido no calçadão da praia próxima ao local, da quadra poliesportiva existente na Praça Regina Frigeri e dos usos temporários que geram bastante fluxo de pessoas como a feirinha de alimentos e artesanato existente na mesma praça, gera vitalidade. Constatam-se diversos edifícios com tipologias penetráveis, com galerias comerciais internas interligando ruas e marquises externas aos edifícios protegendo o pedestre do sol e da chuva, estimulando o caminhar.

A microárea quatro (Praça Sagrada Família, Jardim Camburi), com características semelhantes à microárea um, apresenta tipologias com pouco afastamento frontal e lateral e diversidade de usos, entretanto, percebe-se menor circulação de pedestres no local. As distâncias entre os pontos de interesse apresentam-se mais longas, em função de algumas fachadas mais extensas, como a da Igreja Sagrada Família e da Escola UP e trechos com usos não comerciais no térreo, que desestimulam o caminhar, como na microárea 1. As calçadas contam com vegetação, mas não com marquises externas aos edifícios que poderiam estimular a circulação de pedestres.

Nas outras duas microáreas pesquisadas, dois e três, a circulação de pedestres e a vitalidade do lugar são mais restritas. Na microárea dois (início da Praia de Camburi), tais características podem ser consequência da avenida de grande fluxo, extensas áreas com o mesmo uso, edifícios residenciais separados das calçadas por muros ou gradis, aumentando a distância a percorrer entre os possíveis pontos de interesse e demonstrando ausência de atrações no percurso. Tal situação, como pregam os autores pesquisados, geram o desestímulo e a insegurança do caminhar a pé. O maior ponto de interesse desta microárea é a praia, com atrativos como calçadão para caminhadas, academia ao ar livre e bar/restaurante em alguns pontos

ao longo do calçadão, mas esse uso é intenso apenas no início da manhã e final da tarde, afastado do lado oposto onde se localizam os edifícios, por via larga e de grande fluxo. Destaca-se a tentativa de interromper a extensa quadra e diminuir distâncias entre a Avenida Dante Micheline e a rua paralela à mesma, promovido por dois edifícios situados em terrenos distintos, porém interligados por galeria aberta de acesso a ambos os edifícios, com bancos, floreiras e acesso livre sem barreiras para pedestres circularem entre as vias de acesso aos mesmos. Uma torre é configurada por hotel e a outra possui uso misto, com agência bancária no térreo e habitação nos pavimentos superiores. Apesar da interligação, percebe-se o pouco fluxo pela mesma em função talvez de poucos atrativos para o pedestre no térreo dessas torres. Nesta microárea, apenas no entorno da Rua Eugênio Ramos existe uma concentração de pessoas em função da diversidade de usos, com bares, restaurantes e pequenos comércios nos pavimentos térreos desses edifícios, sustentados pela população de moradores existente ao redor dos mesmos.

A microárea três – Avenida Dante Micheline, Bairro Mata da Praia – se mostrou como o setor de menor circulação de pedestres e, portanto, de menor vitalidade. As tipologias tipo torre, monofuncionais, com afastamentos laterais e frontais, promovem longas distâncias a percorrer. As poucas aberturas externas ao longo das fachadas e a constante barreira dos muros e grades no alinhamento dos terrenos promovem segregação entre o público e o privado, diminuem a possibilidade do ver e ser visto, promovendo sensação de pouca vitalidade e insegurança. Apesar da densidade populacional, em função da grande quantidade de apartamentos, percebe-se que esse público se desloca de veículo para vencer as grandes distâncias entre os pontos de interesse e se volta para o interior dos edifícios equipados com áreas privadas de lazer ou clube recreativo privado, comum aos condomínios de edifícios.

Vale ressaltar a identificação de diversas agências bancárias instaladas nas fachadas térreas de frente para a Avenida Dante Micheline, que, como destaca Gehl (2009), em função da pouca atratividade desse tipo de uso aliado a fachadas mais extensas, gera vazios ou buracos no tecido da orla, principalmente fora do horário comercial, reduzindo a vitalidade dos espaços onde estão inseridos e desestimulando a circulação de pedestres.

Conclui-se que na construção da cidade o projeto do edifício relacionado ao seu entorno pode contribuir, apesar de não determinar, na qualidade e vitalidade dos espaços urbanos. O espaço urbano se constitui pelos edifícios e pela forma que esses edifícios se relacionam com o local em que estão inseridos, portanto, a inserção dos edifícios no tecido da cidade nunca é neutra, podendo contribuir ou não na qualidade do ambiente ao seu redor. Diante desse pressuposto, é importante que o arquiteto tenha consciência do desafio de promover, sempre que possível, o interesse público e coletivo da arquitetura, mesmo quando esse projeto se desenvolve dentro de um lote privado, ao mesmo tempo em que o urbanista pode levar em consideração na construção das legislações do município a importância de se construir a cidade para as pessoas, procurando incentivar tipologias, usos e aspectos arquitetônicos que possam contribuir para uma cidade com mais urbanidade.

Por fim, há necessidade de pensarmos a qualidade do ambiente urbano entre os edifícios sob outras óticas, ampliando a questão além da relação edifício/rua/entorno construído. Observar junto a outras áreas do conhecimento as relações socioeconômicas, as formas como as pessoas se apropriam dos ambientes urbanos num mundo cada vez mais tecnológico e mais virtual, onde se preza pouco pelo contato entre as pessoas a fim de somar conhecimentos para contribuir na construção da cidade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHIMA, C. F. S.; BRINO, Alex Carvalho. **Edifício moderno brasileiro na cidade pré-moderna: paradoxos entre paradigmas**. In: VII Seminário docomomo: cidade moderna e contemporânea: Síntese e paradoxo das artes, 2009, Rio de Janeiro.

BENEVOLO, Leonardo; LONGO, Tommaso Giura; MELOGRANI, Carlo. **Projetar a cidade Moderna**. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Org. Willi Bolie. Trad. Irene Aron, Cleonice Paes Barreto Mourão, Patrícia de Freitas Camargo. São Paulo; Belo Horizonte: Imprensa Oficial do estado de São Paulo, UFMG, 2006.

BOESIGER, W. **Le Corbusier**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

BRASIL, Luciana Tombi. David Libeskind e o Conjunto Nacional: Reflexão Crítica sobre a Nova Condição Metropolitana. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/089.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2012.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. A torre do Masp na Avenida Paulista. **Minha Cidade**, São Paulo, 06.064, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/06.064/1961>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

CAMPOS, Martha M.; ROSETTI, Tamara S. G. Silva. Notas sobre a dimensão urbana da arquitetura. **Anais do PNUM 2012- Morfologia Urbana nos Países Lusófonos/Urban Morphology in the Portuguese Speaking Countries**. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa ISCTE- IUL, 2012.

CAVALCANTI, L. **Quando o Brasil era moderno: guia de arquitetura 1928- 1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (Coord.). Museu de Arte de São Paulo. Portugal: Instituto Lina Bo e Pietro Maria Bardi, 1997. Disponível em: <<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1414>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

FIGUEROA, Mário. Habitação coletiva e a evolução da quadra. **Arquitextos**, São Paulo, 06.069, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.069/385>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GEHL, Jan. Entrevista concedida à revista **AU**, n. 215, dez. 2011. p. 60. Disponível em: <<http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/215/artigo250160-1.asp>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano**. Barcelona: Editorial Reverté, S.A., 2009.

GEHL, Jan; LARS, Gemzoe. **Novos espaços urbanos**. Prefácio de Richard Rogers. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002. Edição em português.

GUERRA, Abílio. Quadra aberta. Uma tipologia urbana rara em São Paulo. **Projetos**, São Paulo, 11.124, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.124/3819>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

GUERRA, Abílio; SILVA, Aline Alcântara. Conversa com Jorge Königsberger. Brascan Century Plaza. **Projetos**, São Paulo, 11.124, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.124/3830>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLANDA, Frederico de (Org.). **Arquitetura & urbanidade**. 2. ed. Brasília: FRBH, 2011.

HOLANDA, Frederico de. Urbanidade: arquitetônica e social. **Anais do I ENANPARQ**. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. 1 CD-ROM.

HUET, Bernard. A Cidade como espaço habitável (alternativas à carta de Atenas). **Arquitetura e Urbanismo**, dez./jan. 86/87.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRÜGER, Mário J. Teixeira. A arquitetura das tipologias. **Revista Projeto, Ensaio & pesquisa**, n. 82, 1985. p. 103-107.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LE CORBUSIER. **Por uma arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

LEITÃO, Lúcia. Espelho, espelho meu. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/849/815>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MAHFUZ, Edson da Cunha. **Tipo, projeto e método, construção disciplinar: quatro partidos em debate 1960/2000**. Porto Alegre: MarcaVisual, 2011.

MENDONÇA, Eneida M. Souza. **(Trans)formação planejada de territórios urbanos em Vitória (ES): O bairro Camburi**. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). FAU – Universidade de São Paulo, 1995.

MONTANER, Josep Maria. **Depois do movimento moderno: Arquitetura da segunda metade do século XX.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

NASCIMENTO, Cristiano Felipe Borba do. Nada vem do nada: por uma revisão contemporânea do conceito de tipo edilício. **Pós.** Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, São Paulo, n. 27, jun. 2010. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-95542010000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 jun. 2011.

NESBITT, Kate (Org.). **Uma nova agenda para a arquitetura.** Antologia teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006. Coleção Face Norte.

NETTO, Vinicius de Moraes. **Desempenho urbano e morfologia arquitetônica: Relações entre predominância tipológica e a vitalidade social e microeconômica em cidades brasileiras.** Disponível em: <http://arq.ufsc.br/infoarq/wp-content/uploads/pesquisas/projeto_tipologia_vitalidade.pdf>. Acesso em: 20/01/2012.

NETTO, Vinicius de Moraes. O efeito da arquitetura: Impactos sociais, econômicos e ambientais de diferentes configurações de quarteirão. **Arquitextos**, São Paulo, 07.079, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.079/290>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

NETTO, V.; KRAFTA. A Forma Urbana como problema de desempenho: o impacto de propriedades espaciais sobre o comportamento urbano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** (ANPUR), v. 11, p. 157-182, 2009.

NETTO, V. de M.; PASCHOALINO, R.; PINHEIRO, M. Redes sociais na cidade, ou a condição urbana da coexistência. **VIRUS**, São Carlos, n. 4, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/?sec=4&item=5&lang=pt>>. Acesso em: 29 mai. 2011.

PANERAI, Philippe R. **Análise urbana.** Brasília: UNB, 2006.

PORTZAMPARC, Chistian. A terceira era da cidade. **Revista Óculum 9.** Campinas: FAU/Pucamp, 1992.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SCALISE, B. Complexo Híbrido: Reintegração da “Cidade Partida”. **Revista Assentamentos Humanos**, Marília, v. 6, n. 1, p. 11-24, 2004.

STRÖGER, Eneida Ripoli (Org.) **O tipo na Arquitetura: da Teoria ao Projeto.** São Leopoldo-RS: Editora Unisinos, 2001.

STUMP, Vinicius Dotto. **As conexões do edifício: circulações e espaços coletivos em plantas térreas de edifícios verticais paulistas da década de 1950.** 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

